

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE)
CAMPUS FOZ DO IGUAÇU
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO, STRICTO SENSU, EM SOCIEDADE,
CULTURA E FRONTEIRAS**

LUCIANI HEINDRICKSON DA SILVA

**Do trabalho e espaço doméstico ao trabalho em cargo público: a resistência das
mulheres e os atravessamentos das formações discursivas patriarcais e feministas**

**FOZ DO IGUAÇU
2023**

LUCIANI HEINDRICKSON DA SILVA

Do trabalho e espaço doméstico ao trabalho em cargo público: a resistência das mulheres e os atravessamentos das formações discursivas patriarcais e feministas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Mestrado e Doutorado, do Centro de Educação Letras e Saúde, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras. Área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Vedovato.

**FOZ DO IGUAÇU
2023**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Heindrickson da Silva, Luciani

Do trabalho e espaço doméstico ao trabalho em cargo público: a resistência das mulheres e os atravessamentos das formações discursivas patriarcais e feministas / Luciani Heindrickson da Silva; orientadora Luciana Vedovato. -- Foz do Iguaçu, 2023.

119 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Foz do Iguaçu) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2023.

1. Mulheres. 2. Trabalho. 3. Análise de Discurso. I. Vedovato, Luciana, orient. II. Título.

HEINDRICKSON, L.S. **Do trabalho e espaço doméstico ao trabalho em cargo público: a resistência das mulheres e os atravessamentos das formações discursivas patriarcais e feministas.** 119 f. Dissertação de Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Orientadora: Luciana Vedovato. Foz do Iguaçu, 2023. LUCIANI HEINDRICKSON DA SILVA.

Aprovado em __/__/__.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luciana Vedovato (ORIENTADORA)

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Profa. Dra. Cleiser Schenatto Langaro

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Membro titular

Profa. Dra. Gesualda Lourdes dos Santos Rasia

Universidade Federal do Paraná – UFPR

Membro titular

Às mulheres extraordinárias que me antecederam e àquelas que ainda (re) existirão.

À minha filha Agatha Vitória.

AGRADECIMENTOS

Às Diretoras de Departamento da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu, que aceitaram participar desta pesquisa pois, sem elas, não seria possível realizar este trabalho.

À pioneira da cidade pela conversa encantadora e por propiciar um relato tão enriquecedor a esta pesquisa.

À Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu, na pessoa da Prefeita Karla Galende, por autorizar a realização desta pesquisa.

À professora Doutora Luciana Vedovato, por acolher meu projeto de pesquisa inicial e aceitar o desafio de me orientar neste percurso.

Ao Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em especial ao Coordenador, professor Fabio e à Secretária Vania, por me atenderem prontamente em relação às demandas burocráticas.

Aos Professores do Programa que ministraram as disciplinas cursadas, por proporcionarem acesso a novos conhecimentos e a autores que eu desconhecia.

Ao Comitê de Ética da Unioeste – CEP, que emitiu parecer favorável à realização desta pesquisa.

Às professoras Cleiser Schenatto Langaro e Gesualda Lourdes dos Santos Rasia pela leitura atenta e pelas sugestões apontadas na banca de qualificação.

Ao meu marido Marcos e à minha filha Agatha, pelo apoio incansável e pela paciência em todos os momentos, especialmente naqueles em que pensei em desistir.

À Claudete Valim de Oliveira, pelo acompanhamento psicoterapêutico e a delicadeza de sua atenção.

Às minhas queridas amigas Vani Dolinski e Liz Basso que acolheram minhas lágrimas durante os momentos amargos.

Ao meu amigo Pedro Nandi que com sua prestatividade me direcionou na busca por elementos para compor o capítulo que trata da história do município.

Aos meus colegas de turma, que durante as aulas, mesmo sem a possibilidade dos encontros presenciais devido a Pandemia de COVID-19, me propiciaram momentos importantes de reflexão e diálogo online.

À minha mentora espiritual, a todas as divindades (deusas e deuses) pela proteção investida.

As mulheres sempre trabalharam. Seu trabalho era da ordem do doméstico, da reprodução, não valorizado, não remunerado. As sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível.

Michelle Perrot

HEINDRICKSON, L.S. **Do trabalho e espaço doméstico ao trabalho em cargo público: a resistência das mulheres e os atravessamentos das formações discursivas patriarcais e feministas.** 119 f. Dissertação de Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Orientadora: Luciana Vedovato. Foz do Iguaçu, 2023.

RESUMO

Esta dissertação tem o objetivo de analisar o funcionamento do discurso em enunciados de mulheres servidoras públicas da Prefeitura do Município de Santa Terezinha de Itaipu – PR, que ocupam cargos de direção, quanto a temas que as afetam como, trabalho, família, discriminação e qualificação. Para atender ao disposto, o corpus discursivo da análise é formado por recortes de entrevistas realizadas com 9 (nove) mulheres ocupantes de cargos de Direção na Administração Pública municipal. Na intenção de compreender melhor as relações entre mulher e trabalho, esta dissertação discorre sobre as condições históricas, em uma perspectiva que privilegia a narrativa a partir das mulheres e para isso ampara-se em autoras como Perrot (2005), Lerner (2019). Discute questões relativas ao patriarcado, Saffioti (2011) e ao trabalho reprodutivo, Federici (2017;2021). Adentra questões relevantes sobre as lutas sociais e a conquista de direitos trabalhistas, no início do século XX, no Brasil e aborda a entrada das mulheres em cargos públicos recorrendo a Fraccaro (2018), Barroso (1988), Mello;Thomé (2018), dentre outros. Além disso, apresenta um breve histórico do Município de Santa Terezinha de Itaipu, bem como, problematiza o papel social da mulher na história da colonização da cidade, utilizando como base obras de autores itaipuenses como Silva (1990) e Pasini (2022) e o relato oral de uma pioneira do município. Utiliza o encaminhamento metodológico e epistemológico do materialismo histórico dialético para pensar as entrevistas e os pressupostos teóricos e analíticos da Análise de Discurso para realizar as análises, com base em categorias como formações imaginárias, formações discursivas, contradição e resistência. As análises das sequências discursivas permitem observar o funcionamento de duas Formações Discursivas, nos discursos das mulheres: a patriarcal e a feminista. A observação das materialidades discursivas, aponta para atravessamentos recorrentes nos discursos, que estabilizam saberes e dizeres em torno da existência da mulher, próprios das formações imaginárias patriarcais. Deste modo, é possível observar também a contradição operando, própria das formações discursivas que fazem parte de uma formação social capitalista. Por outro lado, observa a ruptura, o deslize, a falha, próprias do sujeito do discurso que questiona, duvida e se opõe a determinadas regras, como forma de resistência.

Palavras-chave: Mulheres; Trabalho; Análise de Discurso.

HEINDRICKSON, L.S. **From work and domestic space to public office: women's resistance and the intersections of patriarchal and feminist discursive formations.** 119 f. Dissertation of Master in Society, Culture and Frontiers - State University of Western Paraná. Supervisor: Luciana Vedovato. Foz do Iguaçu, 2023.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the functioning of the discourse in utterances of women public servants of the Municipality of Santa Terezinha de Itaipu - PR, who occupy management positions, regarding themes that affect them, such as work, family, discrimination and qualification. In order to comply with the provisions, the discursive corpus of the analysis is formed by excerpts from interviews carried out with 9 (nine) women occupying management positions in the municipal public administration. In order to better understand the relationship between women and work, this dissertation discusses the historical conditions, in a perspective that privileges the narrative from the perspective of women and, for that, it is supported by authors such as Perrot (2005), Lerner (2019). It discusses issues related to the patriarchy, Safiotti (2011) and the reproductive work, Federici (2017;2021). It also includes relevant issues about social struggles and the conquest of labor rights in Brazil at the beginning of the 20th century and addresses the entry of women into public office using Fraccaro (2018), Barroso (1988), Mello; Thomé (2018), among others. In addition, it presents a brief history of the Municipality of Santa Terezinha de Itaipu, as well as problematizes the social role of women in the history of the colonization of the city, using works by local authors such as Silva (1990) and Pasini (2022) and the oral report of a pioneer in the municipality. It uses the methodological and epistemological routing of dialectical historical materialism to think about the interviews and the theoretical and analytical assumptions of Discourse Analysis to carry out the analyses, based on categories such as imaginary formations, discursive formations, contradiction and resistance. The analyses of the discursive sequences allow observing the functioning of two Discursive Formations, in the women's discourses: the patriarchal and the feminist. The observation of discursive materialities points to recurrent intersections in discourses, which stabilize knowledge and sayings around the existence of women, typical of patriarchal imaginary formations. In this way, it is also possible to observe the contradiction operating, typical of the discursive formations that are part of a capitalist social formation. On the other hand, it observes the rupture, the slip, the failure, typical of the subject of the discourse that questions, doubts and opposes certain rules, as a form of resistance.

Keywords: Women; Work; Discourse Analysis.

HEINDRICKSON, L.S. **Del trabajo y el espacio doméstico al trabajo en cargos públicos: la resistencia de las mujeres y los atravesamientos de formaciones discursivas patriarcales y feministas.** 119 f. Disertación de Maestría en Sociedad, Cultura y Fronteras - Universidad del Estado del Oeste del Paraná Supervisora: Luciana Vedovato. Foz do Iguaçu, 2023.

RESUMEN

Esta disertación tiene como objetivo analizar el funcionamiento del discurso en los enunciados de mujeres empleadas públicas de la gobernación de Santa Terezinha de Itaipu - PR, que ocupan cargos de dirección, en relación a temas que las afectan, como el trabajo, la familia, la discriminación y la calificación. Para dar cumplimiento a lo dispuesto, el corpus discursivo del análisis está formado por extractos de entrevistas realizadas a 9 (nueve) mujeres que ocupan cargos directivos en la Administración Pública municipal. Para comprender mejor la relación entre mujer y trabajo, esta disertación discute las condiciones históricas, en una perspectiva que privilegia la narración desde la perspectiva de las mujeres y, para ello, se apoya en autoras como Perrot (2005), Lerner (2019). Discute temas relacionados con el patriarcado, Saffioti (2011) y el trabajo reproductivo en Federici (2017;2021). Se discuten cuestiones relevantes sobre las luchas sociales y la conquista de los derechos laborales en Brasil a principios del siglo XX, y se aborda el ingreso de la mujer a los cargos públicos, recurriendo a Fraccaro (2018), Barroso (1988), Mello; Thomé (2018), entre otros. Además, presenta una breve historia del Municipio de Santa Terezinha de Itaipu, así como problematiza el papel social de la mujer en la historia de la colonización de la ciudad, utilizando obras de autores locales como Silva (1990) y Pasini (2022) y el relato oral de una pionera en el municipio. Utiliza el enrutamiento metodológico y epistemológico del materialismo histórico dialéctico para pensar las entrevistas y los presupuestos teóricos y analíticos del Análisis del Discurso para realizar los análisis, a partir de categorías como formaciones imaginarias, formaciones discursivas, contradicción y resistencia. Los análisis de las secuencias discursivas permiten observar el funcionamiento de dos Formaciones Discursivas en los discursos de las mujeres: la patriarcal y la feminista. La observación de materialidades discursivas apunta a atravesamientos recurrentes en los discursos, que estabilizan saberes y decires en torno a la existencia de la mujer, propios de formaciones imaginarias patriarcales. De esta forma, también es posible observar la operación de contradicción, propia de las formaciones discursivas que hacen parte de una formación social capitalista. Por otro lado, observa la ruptura, el desliz, la falla, propias del sujeto del discurso que cuestiona, duda y contrapone ciertas reglas, como una forma de resistencia.

Palabras llave: Mujeres; Trabajo; Análisis del Discurso.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AD	Análise de Discurso
AIE	Aparelhos Ideológicos de Estado
CNDM	Conselho Nacional de Direitos das Mulheres
DAS	Direção Assessoramento Superior
EPPGG	Especialista em políticas públicas e gestão governamental
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FD	Formações Discursivas
FDF	Formação Discursiva Feminista
FDP	Formação Discursiva Patriarcal
FI	Formações Ideológicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOM	Lei Orgânica Municipal
PNAD	Pesquisa Nacional por amostra de domicílios
PR	Paraná
SD	Sequência Discursiva
TCE-PR	Tribunal de Contas do Estado do Paraná
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro Oeste
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Organograma Administrativo do Município.....	65
Tabela 2	Perfil das mulheres entrevistadas.....	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. MULHERES E TRABALHO: UM OLHAR PARA AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DO PATRIARCADO E DO FEMINISMO.....	19
1.1 O trabalho invisibilizado e o surgimento da "Dona de Casa"	25
1.2 O patriarcado, a dominação masculina e o controle dos corpos	31
1.3 Mulher e trabalho no Brasil – abordagens históricas e sociais	40
1.4 A mulher na Administração Pública	48
2. SANTA TEREZINHA DE ITAIPU – BREVE HISTÓRIA DO MUNICÍPIO	55
2.1 As mulheres no contexto da colonização do município de Santa Terezinha de Itaipu.....	59
2.2 A história das mulheres nos cargos municipais em Santa Terezinha de Itaipu...	65
2.3 A estrutura administrativa do Executivo Municipal	66
3. ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	71
3.1 O materialismo histórico-dialético como caminho epistemológico	71
3.2 A construção do corpus discursivo	74
3.3 A entrevista em pesquisa no campo da AD: um caminho metodológico em construção	76
4. ANÁLISE DE DADOS.....	83
4.1 Análise de Discurso: um encontro da língua com o real.....	83
4.2 A escuta e análise das entrevistas	88
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
6. REFERÊNCIAS	110
7. ANEXOS.....	116

INTRODUÇÃO

Essa dissertação surgiu do interesse em dar continuidade a uma pesquisa inicial que culminou na escrita do artigo: *Desafios para a liderança feminina na gestão pública municipal*, requisito para a conclusão de curso de pós-graduação, a nível de especialização em Gestão Pública Municipal, realizado entre os anos de 2020/2021, pela UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro Oeste.

Deste modo, o que determinou a escolha do tema dessa pesquisa foi a observação de que as mulheres ainda são minoria em cargos de decisão e poder. Quando olhamos para o nosso entorno, não é comum observar muitas mulheres em cargos de comando e decisão. Quantas mulheres conhecemos que ocupam cargos de Diretoria, Presidência ou são gestoras de empresas? Se adentrarmos o campo da política, não é diferente. De fato, encontramos algumas vereadoras, prefeitas, deputadas, senadoras. Mas os números ainda não são expressivos, se considerarmos que somos mais da metade da população do país (51,1%), segundo dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) do IBGE (2021). Quando pensamos em cargos de poder, no imaginário social, em um pensamento já simbolicamente organizado por estruturas cristalizadas, é comum relacionar essas figuras a homens de poder.

Dados do IBGE (2021) apontam que as mulheres possuem maior escolaridade e maior qualificação do que os homens. No entanto, isso não se reflete em melhores condições de trabalho e não necessariamente significa que elas terão maiores salários ou cargos mais elevados dentro das organizações, sejam elas públicas ou privadas. Essa constatação gerou um incômodo e o primeiro problema de pesquisa: Por que, apesar de as mulheres possuírem maior escolaridade e maior qualificação do que os homens, ainda assim, são minoria em cargos de decisão e poder? E, aquelas que alcançam esses cargos, quais desafios enfrentam?

Então, no intuito de delimitar o tema para realizar um estudo aprofundado definimos a área da administração pública municipal, e voltamos nosso olhar para a especificidade do município de Santa Terezinha de Itaipu, no Estado do Paraná, pelo fato de estar diretamente relacionada a nossa atividade laborativa, enquanto servidora pública efetiva, no município citado.

Assim, o objetivo geral dessa pesquisa é analisar o funcionamento do discurso nos enunciados de mulheres servidoras públicas do Executivo Municipal, que ocupam cargos de direção, quanto a temas que as afetam, como trabalho, família, discriminação e

qualificação. Para tanto, realizamos entrevista semiestruturada com 9 (nove) mulheres ocupantes de cargos de Direção na Administração Pública municipal.

Quanto aos objetivos específicos, pretendemos: apresentar o perfil das mulheres que ocupam cargos de direção na Administração pública, no município e observar no interior das condições de produção específicas como a do trabalho das mulheres, o funcionamento de duas formações discursivas diferentes: o que chamaremos de Formação Discursiva Feminista (FDF) e a Formação Discursiva Patriarcal (FDP).

Mas para chegar a esse ponto, foi necessário primeiro pesquisar sobre mulher e trabalho e tecer algumas considerações importantes para compreender o que é e o que significa o trabalho da mulher em nossa sociedade, e, além disso, como se deram essas relações de trabalho em momentos históricos diferentes.

Algumas autoras¹ utilizam a expressão “trabalho feminino” sinonimamente a “trabalho da mulher”. No entanto, ao pensarmos que o termo “feminino” é um atributo, e é um campo em disputa, que não se refere a mulher apenas², ou seja, poderia se referir a “qualquer pessoa que se identifique com o gênero feminino”, entendemos que não pode ser utilizado como sinônimo. Portanto, definimos que nessa pesquisa, não entraremos nessa seara e nos referiremos a “trabalho da mulher” ou “trabalho das mulheres” sendo, portanto, qualquer trabalho realizado pelas mulheres, seja no ambiente do privado (em suas casas) ou no público (o profissional, aquele em que se deixa o lar para trabalhar).

Nos primeiros movimentos realizados na tentativa de compreender o fenômeno e para realizar o levantamento de “Estado da Arte”, recorremos ao Google Acadêmico e à Plataforma Sucupira. Deparamo-nos com alguns estudos como as dissertações de Mestrado: “Liderança feminina: percepções, reflexões e desafios para a Administração Pública Fluminense”, MILTERSTEINER (2018) e “Possibilidades e desafios na carreira de mulheres em cargos de comando no Governo de Minas Gerais”, (PUIATI, 2013); artigos em periódicos como o “Trabalho de mulheres Executivas no Brasil no final do século XX”, (BRUSCHINI;PUPPIN, 2004) e um texto para discussão divulgado na revista

¹ Autoras como Federici (2019;2021) e Davis (2016, 2019) utilizam o termo “trabalho feminino”.

² Segundo Butler(2018) os termos feminino e masculino não são termos que possuem significados fixos e variam de acordo com a cultura. “A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como feminino” (BUTLER, 2018, p. 20).

do IPEA de 2012, intitulado: “Mulheres e Homens em ocupação de cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) na carreira de Especialista em políticas públicas e gestão governamental (EPPGG)”, (ABREU;MEIRELLES, 2012).

No entanto, os trabalhos citados, orientam-se por teorias e metodologias ligadas às áreas de Administração e Gestão Empresarial, Sociologia do Trabalho dentre outras. Não encontramos pesquisas que tratassem do tema: mulher e trabalho na administração pública municipal, em uma perspectiva teórica que abarque a interdisciplinaridade que pretendemos utilizar nesse estudo.

Nesse sentido, esta pesquisa se justifica pela ausência de trabalhos publicados com essa temática, que privilegiem uma abordagem das áreas da História e das Linguagens e também pela relevância social do tema, uma vez que voltando nosso olhar para a realidade concreta, lançamos luz às narrativas das mulheres, sobre o trabalho delas, em cargos, que por vezes, são atravessados pelas relações de poder estruturadas em um sistema patriarcal, e constantemente marcadas pelo viés do preconceito e do machismo.

Deste modo, no primeiro capítulo realizamos uma breve revisão da literatura acerca do tema “mulheres e trabalho”, em uma perspectiva histórica, e que privilegia a narrativa a partir das mulheres. Para isso, nos ancoramos no pensamento de autoras como Lerner (2019), Perrot (2005) e Scott (1992). Realizamos também uma breve reflexão sobre o trabalho da mulher, no contexto do privado, o trabalho “reprodutivo”: não remunerado, não visto, invisibilizado (Federici 2017), e procuramos demonstrar o quanto o trabalho da mulher, no âmbito do público é atravessado pelas atividades designadas a ela, no âmbito do privado. Considerando que existem formas de opressão e relações de poder hierárquicas que perpassam as relações entre mulheres e homens, discorreremos brevemente sobre o patriarcado, o controle dos corpos e a dominação masculina. (Lerner, 2019; Saffioti, 2011; Federici 2017).

Ainda no primeiro capítulo, recorreremos a Fraccaro (2018) para adentrarmos em questões relevantes sobre as lutas sociais e a conquista de direitos trabalhistas inerentes ao trabalho da mulher, no início do século XX, no Brasil, por compreender que a conquista desses direitos foram fundamentais para o acesso e permanência das mulheres trabalhadoras no mercado de trabalho brasileiro. Além disso, pontuamos algumas questões sobre a entrada da mulher na Administração Pública, a partir da leitura de Barroso (1988) e Melo; Thomé (2018).

Já no segundo capítulo, apresentamos um breve histórico do Município de Santa Terezinha de Itaipu, apresentando alguns dados geográficos, políticos, econômicos e ainda um pouco da história sobre a forma de colonização do município.

Tratamos de pontuar alguns aspectos relevantes sobre as mulheres no contexto da colonização do Município e, para tanto, nos valem do relato oral produzido através de entrevista realizada com uma pioneira da cidade e no artigo da professora Roseli Quilante,³ no intuito de compreender as bases em que se assentam a tradição e os costumes das mulheres, na localidade.

Discorreremos brevemente sobre a entrada das mulheres nos cargos públicos municipais e também descrevemos como se organiza e como se estrutura a Administração Pública no Município de Santa Terezinha de Itaipu, com base em pesquisas ao Portal da Transparência da Prefeitura e nas leis municipais: Lei Orgânica Municipal – LOM e Lei Complementar Nº 240/2022.

O terceiro capítulo trata de apresentar a metodologia da pesquisa e suas bases epistemológicas. Na primeira parte fundamentamos as bases do materialismo histórico dialético como caminho epistemológico, tomando o pensamento de Kosik (2002). Para a construção do corpus discursivo e para pensar as possibilidades em construir um “corpora experimental”, considerando as entrevistas, nos ancoramos em Courtine (2009) e Orlandi (2002). Para pensar a entrevista nos valem das reflexões propostas por Hobsbawn (2013), Ferraça (2022) e Thompson (1992) que apontam para possibilidades de análise considerando as narrativas orais.

Para realizar o percurso dessa análise optamos pelo aporte teórico que converge na interdisciplinaridade entre a História (em uma perspectiva que privilegie a História das Mulheres), considerando que realizamos entrevistas com as mulheres, ocupantes de cargos de Direção, com o objetivo de conhecer o seu ponto de vista; e a Língua (na perspectiva da AD – Análise de Discurso), pois, é através da linguagem que o simbólico se materializa. E, segundo Orlandi (2020, p. 15), “na Análise de Discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”. Desse modo, a nossa pesquisa trata de pensar as relações entre mulher e trabalho e como essas relações se concretizam na materialização do discurso.

³ QUILANTE, Manuel Santos dos Roseli; WELTER, Nelsi Kistemacher. A história da colonização e emancipação política de Santa Terezinha de Itaipu: a participação das mulheres. *In: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE*, 2013.

Em seguida, ainda no terceiro capítulo, apresentamos a descrição das perguntas do roteiro utilizado e descrevemos todo o processo metodológico, desde a escolha das servidoras, a forma como foram abordadas, local das entrevistas, quantas aceitaram participar, quantas foram efetivamente entrevistadas e quantas responderam ao questionário de forma escrita, até o recorte para a escolha das sequências discursivas que seriam analisadas. Além disso, apresentamos o perfil das participantes da pesquisa.

No quarto capítulo encaminhamos a análise dos questionários tomando como base a reflexão apontada no primeiro capítulo e que nos servirá de guia para compreendermos o modo como as mulheres são interpeladas, se posicionam e organizam os dizeres em torno dos temas trabalho, família e educação formal. Para darmos conta de tal objetivo, organizaremos um recorte de sequências discursivas que apresentem as materialidades temáticas apontadas. Tomaremos como fio condutor os pressupostos de Pêcheux (1997), Indursky (2005), Orlandi (2020).

1. MULHERES E TRABALHO: UM OLHAR PARA AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DO PATRIARCADO E DO FEMINISMO

O intuito deste primeiro capítulo é realizar uma breve revisão da literatura sobre o tema mulheres e trabalho em uma perspectiva histórica. Ao propormos pontuar o tema é que o faremos a partir da entrada das mulheres nas modalidades de trabalho formal. Sem querer esgotar o tema – uma vez que muitas nuances sobre a relação mulheres e trabalho ainda estão em debate – optamos por trazer a questão, uma vez que falamos, em nosso trabalho, de uma modalidade de ocupação feminina que não está na ordem do privado. Por isso, considera-se importante abordar o assunto a partir de uma perspectiva historiográfica que privilegie a narrativa a partir das mulheres⁴.

Tomamos como importante o debate em torno do trabalho e das mulheres, pois o nosso objeto caracteriza-se justamente por pensar como, em seus lugares – na Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu, ocupando cargos de direção, as mulheres observam o funcionamento das relações tensivas (designações, simbólico, cobranças, etc.) que possam existir em ocupar tais cargos.

Desse modo, ao pensarmos o trabalho, vamos, de algum modo, pensá-lo também como parte de um conjunto de regramentos, o direito, e pensá-lo no interior da administração pública direta de uma prefeitura.

Como nos referiremos a trabalho realizado por mulheres em uma perspectiva histórica, abordaremos o assunto do ponto de vista da História das Mulheres, e, para tanto, tomaremos o proposto por Lerner (2019),

(...) as mulheres são essenciais e peças centrais para criar a sociedade. São e sempre foram sujeitos e agentes da história. As mulheres “fizeram história”, mesmo sendo impedidas de conhecer a própria História e de interpretar a história⁵, seja a delas mesmas ou a dos homens (LERNER, 2019, p. 29).

⁴ É importante pontuar que o debate em torno das disputas narrativas dos acontecimentos históricos trata-se de uma abordagem teórica relativamente recente, em especial, os questionamentos feitos pela Nova História que teve como pensadores Lucien Lebrve e Marc Bloch como teóricos que sistematizaram um olhar que questiona o funcionamento da história como história geral.

⁵ Os conceitos de “História” e “história” entendidos aqui, como apresentados pela própria autora, sendo o primeiro, com inicial maiúscula, considerado o passado registrado e interpretado e o segundo, com inicial minúscula como sendo o passado não registrado, ou seja, os relatos de eventos passados, segundo os seres humanos se recordam deles (LERNER, 2019, p. 28).

Lerner (2019) pontua que assim como os homens, as mulheres sempre foram construtoras da história e, portanto, sendo metade da humanidade ou em determinados momentos até mais da metade, são fundamentais para a construção e manutenção da história, em especial, pela oralidade. No contexto da tradição oral, é possível pensarmos que muitas narrativas funcionaram e passaram de geração em geração de mulheres sem entrar nos registros históricos. Pollack (1989) nos chama a atenção para o que ele chama de subterrâneo da história: um conjunto de memórias, saberes e funcionamentos cotidianos que não estão registrados oficialmente, mas mantêm-se vivos por causa de narrativas memoriais que circulam entre coletividades.

No caso das mulheres, tais narrativas são ainda ouvidas e, de modo dialético, apresentam relatos de existências em determinados contextos históricos, mas também, trazem no bojo do simbólico materializado na oralidade traços que reforçam os saberes e práticas do patriarcado.

No que tange a questão do trabalho, a própria escrita da História era uma ocupação predominantemente masculina. Como exemplo, se considerarmos a época do surgimento da escrita, na Antiga Mesopotâmia, os registros eram efetuados por sacerdotes, escribas, servos reais ou outra classe de intelectuais que tivessem conhecimento acadêmico e esses cargos eram ocupados por homens. Os eventos eram selecionados de forma a registrar o que os homens haviam realizado, e aquilo que tinha significado para eles. As experiências das mulheres foram ignoradas ou ainda, negligenciadas e, então, ficaram sem registro. (LERNER, 2019).

Ainda segundo a autora, o conhecimento histórico “até pouco tempo atrás, considerava as mulheres irrelevantes para a criação da civilização e secundárias para atividades definidas como importantes em termos históricos” (LERNER, 2019, p. 28). Sendo assim, pode-se compreender que o registro do passado histórico da humanidade é apenas parcial, incompleto, pois, não considera as experiências das mulheres.

É possível afirmar que houve tentativas das mulheres em documentar a sua própria história, nos séculos passados, contudo, ainda não se inseriam em um campo teórico específico e um dos motivos possíveis foi que a escrita pelas mulheres se deu muito tardiamente. Não eram todas que tinham acesso à escolaridade formal. No entanto, mulheres que tinham o conhecimento da leitura e da escrita, se manifestaram através de cartas, diários, manuscritos e outros documentos. Um exemplo de fonte histórica criada por uma mulher

ainda no século XIX, em 1888, no Brasil, é o jornal *A família, de Josephina Álvares de Azevedo*⁶.

Por outro lado, segundo aponta Perrot (2005),

Ocorre igualmente uma autodestruição da memória feminina. Convencidas de sua insignificância, estendendo à sua vida passada o sentimento de pudor que lhes havia sido inculcado, muitas mulheres, no ocaso de sua existência, destruíam — ou destroem — seus papéis pessoais. Queimar papéis, na intimidade do quarto, é um gesto clássico da mulher idosa. (PERROT, 2005, p. 22).

Deste modo no que tange a escrita da história é necessário o acesso aos arquivos: fontes, vestígios, documentos e ainda segundo Perrot (2005, p.21) “isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios”

Diante da contradição que é apontada por Lerner (2019) e por Perrot (2005), entre a participação ativa das mulheres na história e a sua sistemática exclusão do processo de registro de sua participação, em momentos de tomada de consciência, surge a luta das mulheres contra a sua própria condição.

A título de exemplo, podemos considerar que um movimento bem importante em que se observa claramente essa tomada de consciência, é o movimento feminista, tomado aqui como o movimento social que surge em torno do século XVIII, na Europa, com o advento da Revolução Industrial e Francesa, a partir das inquietações e questionamentos das mulheres, no que tange aos ideais liberais de igualdade, frutos dessas revoluções, e que passa a ter status de movimento, a partir do século XIX, com o movimento sufragista. Essa é considerada a Primeira Onda do feminismo.

Segundo Pedro (2005, p. 79), o feminismo da Primeira Onda seria “centrado na reivindicação dos direitos políticos – como o de votar e ser eleita –, nos direitos sociais e econômicos – como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança”. O movimento se inicia na Europa e se espalha para os Estados Unidos da América e também para a América Latina.

⁶ Josephina foi abolicionista, republicana e desenvolveu intensa campanha pela emancipação da mulher. Pensava ser absurdo residir no homem o princípio da autoridade na família, pois considerava a mulher mais inteligente. Era favorável ao divórcio, ao voto e à elegibilidade da mulher, denunciava ainda a dificuldade de uma boa educação para a mulher e confiava que logo uma igualdade semelhante à alcançada pelas norteamericanas chegaria até nós. (TELLES, 2004, p. 357).

No que tange ao surgimento da História das Mulheres⁷ enquanto campo teórico, este, está diretamente ligado, segundo Scott (1992), ao movimento feminista que ressurgiu, na década de 1960, nos Estados Unidos. Nesse sentido, Pedro (2005) pontua que,

O feminismo chamado de “segunda onda”, surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres. Naquele momento, uma das palavras de ordem era: “o privado é político”. (PEDRO, 2005, p. 79).

Com os avanços proporcionados pelo movimento, as mulheres passaram a ocupar mais postos de trabalho e ingressaram nas universidades, inicialmente como acadêmicas, posteriormente como professoras e pesquisadoras. Com isso, e considerando a necessidade de resgatar a sua história, as mulheres reivindicaram também o direito de reescrever e construir a sua própria história. (SCOTT, 1992). Por isso,

a história deste campo não requer somente uma narrativa linear, mas um relato mais complexo, que leve em conta, ao mesmo tempo, a posição variável das mulheres na história, o movimento feminista e a disciplina da história. Embora a história das mulheres esteja certamente associada à emergência do feminismo, este não desapareceu, seja como uma presença na academia ou na sociedade em geral, ainda que os termos de sua organização e de sua existência tenham mudado (SCOTT, 1992, p. 65).

Importante destacar aqui, ao que se refere a posição variável das mulheres na história, como apontado por Scott na citação acima, muitas delas não se viam representadas no movimento feminista, seja por motivo de classe social ou raça. Hobsbawn (1995) pontua que as discussões majoritárias no interior do movimento feminista, ainda eram centradas em como conciliar trabalho fora de casa e família. Problema este que era enfrentado pelas mulheres da classe burguesa, visto que as mulheres pobres, negras e periféricas já haviam saído para o mundo do trabalho em períodos muito anteriores.

Se olharmos para os movimentos de mulheres trabalhadoras e o movimento feminista pelo sufrágio universal, no século XIX, não foi diferente. As mulheres que formavam esses

⁷ Segundo Perrot (2005, p. 19) O advento da história das mulheres deu-se na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos nos anos 1960 e na França uma década depois. Diferentes fatores imbricados — científicos, sociológicos, políticos — concorreram para a emergência do objeto "mulher", nas ciências humanas em geral e na história em particular.

movimentos não faziam parte de uma massa homogênea, contudo a representatividade no que tange a liderança, no interior desses movimentos, era majoritariamente burguesa.

Como aponta Davis (2016), nos Estados Unidos da América, por exemplo, durante a Guerra Civil, as mulheres brancas formavam grande parte da massa trabalhadora. Nesse período algumas categorias de trabalhadoras conseguiram se organizar em sindicatos, como as costureiras, que formavam grande parte das mulheres que trabalhavam fora de casa.

Nesse período iniciaram-se também os movimentos na luta pelo sufrágio feminino, encabeçado por nomes como Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony. Susan acreditava que uma vez que as mulheres assegurassem seu direito ao voto, haveria como consequência paz e felicidade para as mulheres. (DAVIS, 2016).

Mesmo que o foco principal fosse a luta pelo sufrágio, o jornal de Susan, o *Revolution*, foi de grande valia para a luta das trabalhadoras, no período em que foi publicado. Reinvidicações como a jornada de trabalho de oito horas diárias, bem como, o direito ao salário igual para trabalho igual, foram amplamente defendidas em suas páginas. Muito embora, essas relevantes contribuições, tanto Susan como Elizabeth nunca “abraçaram integralmente os princípios fundamentais da unidade e da solidariedade de classe (...). Aos olhos das sufragistas, “mulher” era o critério definitivo” (DAVIS, 2016, p. 156)

O grande ponto aqui é que, segundo Davis (2016), nem toda mulher parecia estar qualificada. As mulheres negras, por exemplo, foram invisibilizadas na campanha pelo sufrágio Norte-americano. As mulheres brancas da classe operária estavam mais preocupadas em lutar por melhores condições de trabalho e salário do que com a promessa de algo que parecia distante – o voto. Elas percebiam que mesmo seus maridos, filhos e pais que exerciam esse direito, não tinham visto suas condições de existência melhorarem (DAVIS, 2016).

Desse modo, contar a história das mulheres e a história das lutas das mulheres trabalhadoras não é tarefa fácil, pois trata-se de considerar que as mulheres não fazem parte de um grupo homogêneo, mas sim, de um grupo arranjado em fragmentos de classe. Que todo e qualquer movimento que se faça, no sentido de compreender os desdobramentos de suas lutas deve considerar as questões de classe e raça, além do gênero. Essa é a interseccionalidade tratada por Davis (2016), para quem tudo está relacionado e assim não há como tratar de uma categoria, sem tratar sobre a outra. Para ela não existe uma hierarquia, contudo, em dados momentos essas categorias podem vir a se sobrepor.

O nosso movimento de leitura em relação à luta das mulheres vai, de alguma forma, ao encontro de reflexões em torno do funcionamento, na classe trabalhadora, de um desdobramento em torno do gênero: ou seja, compreender o funcionamento universal das relações de expropriação, via meios de produção das classes dominantes, das classes dominadas. A universalidade do sistema econômico que arranja as formas simbólicas nos parece um ponto de partida para o debate, mas não apenas único. E aqui, tomamos a reflexão feita por Mészáros (2008), para quem, não se pode tomar a complexa e dinâmica existência social (em uma formação social capitalista) como homogeneizada ou uniformizada. Em nosso entendimento ao olharmos para o funcionamento do trabalho das mulheres, olhamos para um lugar que era, até pouco tempo, um não-lugar.

O cerne de nossa reflexão, o trabalho, recebe sentidos a medida em que produz mais-valia⁸, dessa forma, o trabalho das mulheres que não diretamente vinculados à venda da mão-de-obra não é contabilizado como uma existência significativa. Mas então, o que é o trabalho? E, ainda, de que trabalho especificamente estamos falando? Responder às duas questões não é necessariamente simples.

Aqui temos o primeiro movimento dentro das próprias teorias feministas em torno da questão do trabalho. Bell Hooks (2019) vai apontar de forma precisa a cisão – efeito próprio da própria formação social capitalista - em torno do trabalho das mulheres.

Mesmo, ainda, na revolução industrial, as mulheres pobres passaram a compor a massa operária explorada em turnos desumanos nas recém-nascidas indústrias. Diferentemente das mulheres da alta sociedade, como bem pontua Hooks (2019), as mulheres negras (já em tempos mais modernos), pobres, periféricas ocupam um eixo central de manutenção das relações de produção: ocupam os dois lugares de trabalho (o fabril e o doméstico) cuja libertação não está em necessariamente sair do seu espaço privado ou ter igualdade em relação ao homem equivalente em fração de classe.

O patriarcado convencional reforçou a ideia de que as preocupações das mulheres de grupos com privilégios de classe eram as únicas dignas de atenção. A reforma feminista teve como objetivo obter igualdade social para as mulheres dentro da estrutura existente. Mulheres privilegiadas queriam igualdade em relação aos homens de sua classe. Apesar do sexismo dentro de sua classe, elas não teriam desejado obter o que tinham os homens da classe trabalhadora. Os esforços feministas para garantir às

⁸ De modo sucinto, pode-se compreender a mais-valia como a diferença entre o valor real do trabalho produzido pelo trabalhador e o que ele efetivamente recebe na forma de salário, ou seja, a mais-valia refere-se ao trabalho produzido a mais e pelo qual o trabalhador não é remunerado. (Ver MARX;ENGELS, 2007).

mulheres iguallade social em relação aos homens de sua classe nitidamente coincidiam com os receios patriarcais de supremacia branca e capitalista de que os poderes brancos pudessem diminuir, se as pessoas não brancas obtivessem o mesmo acesso ao poder econômico e ao privilégio. (HOOKS, 2019, p. 69-70)

A divisão social do trabalho é, então, pensada a partir do interior das classes, reproduzindo as desigualdades de modo a provocar o escalonamento do acesso das mulheres ao trabalho fora de casa, como profissão. Em um processo bastante desigual, mulheres negras, pobres e suas filhas ficaram pelo caminho.

No pensamento de Hobsbawm (1995), a “revolução cultural” forçou o rompimento com os laços familiares e, uma vez que o conceito de família estava em mudança, a igreja também viu o centro de sua pregação transformar-se. A questão, para o autor, é que a desestruturação da família funciona diferente para as distintas classes: assim, a mulher branca burguesa pode, imediatamente sair para encontrar um trabalho equivalente à sua condição, pois deixava as crianças na escola, ou utilizava o trabalho mal remunerado de outra mulher – pobre – como babá. As redes familiares não faziam, necessariamente falta. Já para as mulheres pobres, a coletividade gerada pelas redes familiares garantia, de alguma forma, uma divisão da responsabilidade e cuidados.

Assim, as mulheres pobres tiveram que trabalhar sem ter onde deixar os filhos, sem garantia de direitos, sem nenhuma das promessas amplamente divulgadas pelos novos tempos.

A reflexão feita acima, permite elencar outros agravantes para o acesso, permanência e crescimento das mulheres nos cargos de poder. Como as mulheres chegam aos cargos de decisão? Quais as dificuldades e como são discursivizadas as tensões em torno da relação com sistemas de opressão?

1.1 O trabalho invisibilizado e o surgimento da “Dona de Casa”

Para podermos aprofundar nossa compreensão e tentar responder às questões pontuadas acima é necessário primeiro voltarmos nosso olhar para o passado, realizando um breve percurso histórico e analisando um fenômeno que é determinante para a forma como

se convencionou, dentro da sociedade burguesa capitalista (fruto da Revolução Francesa), a posição da mulher e sua relação com o trabalho: o surgimento da “dona de casa”.

De fato, quando se analisa a economia pré-industrial, não havia a separação entre trabalho doméstico e trabalho produtivo (aquele realizado nas lavouras, nos campos, o trabalho artesanal, dos pequenos comerciantes). A mulher participava ativamente de todos os tipos de trabalho, apesar de a maior parte do trabalho doméstico ser designada a ela. De acordo com Saffioti,

Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental (SAFFIOTI, 1976, p. 7).

Ainda de acordo com a autora, na Inglaterra medieval, nos burgos, e também na França, no mesmo período, as mulheres tinham o direito de trabalhar no comércio, entretanto sua liberdade estava restrita a essa atividade, sendo considerada incapaz para as demais esferas da vida cotidiana. Ou seja, neste período ela estava incluída no sistema produtivo, porém sempre subordinada ao controle de um homem, seja um membro da família, ou o mestre da oficina/proprietário do comércio.

Para compreender como se iniciou o processo de invisibilidade e a desvalorização do trabalho da mulher, recorreremos a Federici (2017). A autora aponta que ao longo desse processo, ocorreu, além da regulação e disciplinamento dos corpos femininos⁹, a disseminação da ideia amplamente difundida, nos séculos XVI e XVII, nos meios sociais da época e nos ordenamentos jurídicos, que era a “suposição de que as mulheres não deviam trabalhar fora de casa e de que tinham apenas que participar na “produção” para ajudar seus maridos” (FEDERICI, 2017, p. 182).

Além de perderem espaço em empregos que elas já ocupavam como na realização de partos e na fabricação de cerveja, as mulheres mais pobres passaram a ocupar posições de trabalho menos valorizadas: empregadas domésticas, costureiras, vendedoras ambulantes, etc. Muito do trabalho produzido pelas mulheres, (principalmente as viúvas), em suas casas

⁹ Trataremos mais pontualmente desse assunto no item 1.2 desse capítulo.

era desconsiderado pelas guildas¹⁰ (por ordem dos governos locais), pois, era visto como “não trabalho”. Deste modo, difundiu-se a ideia de que todo trabalho que a mulher realizasse em casa, seria denominado “trabalho doméstico” e ainda que fosse realizado fora de casa, a remuneração era menor quando comparada aos homens (FEDERICI, 2017).

Nesse sentido, diante da dificuldade em encontrar trabalho, somado ao processo de expropriação de terras ocorridas nesse período, entre os séculos XVI e XVII, ocorre um processo de perda de poder social e econômico para as mulheres. A perda do poder de regular os seus corpos, somada a perda de poder em relação ao trabalho assalariado e a perda do poder sobre terras, enseja em um processo de conduta massificante, que foi a prostituição.

Ou seja, segundo Federici (2017), nesse período, a prostituição passa a ser um modo de subsistência para as mulheres mais pobres e do campo, inclusive um meio de complementar a renda, até mesmo para as mulheres de artesãos. Contudo, se por um lado a prostituição até a Baixa da Idade Média tinha sido tolerada, tão logo, uma boa parcela das mulheres passa a ter sua subsistência garantida através da prostituição, as ações do Estado e demais instituições mudam em relação a isso e simultaneamente a Reforma Protestante e a caça às bruxas, a prostituição passa a ser criminalizada.

(...) a discriminação sofrida pelas mulheres como mão de obra remunerada esteve diretamente relacionada à sua função como trabalhadoras não assalariadas do lar. Dessa forma, podemos relacionar a proibição da prostituição e a expulsão das mulheres do espaço de trabalho organizado com a aparição da figura da dona de casa e da redefinição da família como lugar para a produção da força de trabalho (FEDERICI, 2017, p. 188).

De fato, para Federici (2017, p. 188), todo esse processo só foi possível graças “as forças sociais que a promoveram ou que dela foram cúmplices”. Para a autora, um fator de grande relevância que contribuiu para a desvalorização do trabalho feminino foi a campanha de artesãos exigindo a exclusão e a não contratação das mulheres em postos de trabalho em suas oficinas. A intenção era a de que os homens não precisassem competir com as mulheres, pois normalmente o seu trabalho era menor remunerado que o deles e, além disso, a necessidade de manter a mulher no lar para auxiliar na “administração da casa”, era bem vista por parte dos artesãos que passavam por dificuldades econômicas.

Muitas mulheres tentaram resistir, mas aquelas que porventura se atrevessem a trabalhar fora, eram sistematicamente rechaçadas pela sociedade, consideradas bruxas ou

¹⁰ Guilda: Segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. *S.f.* Associação de auxílio mútuo constituída na Idade Média entre as corporações de operários, artesãos, negociantes ou artistas.

megeiras. O fato é que “a exclusão das mulheres dos ofícios forneceu as bases necessárias para sua fixação no trabalho reprodutivo e para sua utilização como trabalho mal remunerado na indústria artesanal doméstica” (FEDERICI, 2017, p. 190).

O que se observa é que houve uma perda social muito ampla para as mulheres, não apenas em relação ao trabalho, mas de sua autonomia como um todo. Em relação ao espaço, como pontua Federici (2017), já não era bem-visto, em países mediterrâneos, que as mulheres andassem sozinhas nas ruas, pois corriam o risco de serem atacadas ou ridicularizadas (DAVIS, 1998 apud FEDERICI 2017).

A partir do século XVIII, com o advento da Revolução Industrial, a mão-de-obra de mulheres e de crianças, passa a ser requisitada novamente, para a produção, nas fábricas. Nesse período de grande evolução da indústria, a mão de obra masculina não bastava. A população proletária nesse período era muito pobre e vivia em condições de insalubridade, muitas vezes em locais compartilhados com outras famílias. Não havia muita estrutura, nem tantos utensílios domésticos. As jornadas de trabalho nas fábricas eram exaustivas, extenuantes, exigindo uma carga horária de 10 a 12 horas, com as horas extras, podendo chegar a 16 horas. Em vista disso, os afazeres domésticos eram relegados a segundo plano, “dado que toda a família era explorada nas fábricas do nascer ao pôr do sol” (FEDERICI, 2021, p. 71).

Dessa forma, a mulher da classe trabalhadora, a mulher operária não era distinguida como “dona de casa”. Esse conceito, segundo Federici (2021, p. 128), vai surgir a partir de “um processo que ocorreu (grosso modo) entre 1860 e a Primeira Guerra Mundial, com a exclusão gradual de mulheres e crianças do trabalho fabril”.

As mudanças ocorridas no século XIX, com a industrialização e o fortalecimento do capitalismo, romperam com o antigo contrato social e acentuaram a divisão sexual do trabalho. Como bem aponta Hobsbawn (1998),

É um paradoxo da industrialização do século XIX, que ela tendesse a aumentar e aguçar a divisão sexual do trabalho entre o trabalho doméstico (não-remunerado) e o trabalho externo (remunerado), na medida em que privava o produtor de controlar os meios de produção (HOBSBAWM, 1998, p. 154).

Diante disso, Federici (2021) destaca que a consolidação do modelo de “família moderna”, em que surge a figura da dona de casa em período integral, intensificou as lutas contra o trabalho industrial realizado por mulheres e crianças, e até mesmo leis fabris foram

promulgadas no sentido de restringir esse trabalho. Sob a alegação de que dessa forma os trabalhadores homens receberiam um “salário familiar” suficiente para sustentarem suas famílias, os sindicatos e o movimento operário apoiaram essas medidas.

Todas essas mudanças possibilitaram a instituição de um novo regime do patriarcado, ao que Federici chama de “Patriarcado do salário”, ou seja, as políticas que impossibilitavam que as mulheres tivessem seu próprio sustento foram as que criaram as “condições materiais para sua sujeição aos homens e para a apropriação de seu trabalho por parte dos trabalhadores homens”. (FEDERICI, 2017, p. 195).

Esse processo de retorno das trabalhadoras fabris para dentro das suas casas estabelece o trabalho não remunerado da mulher e sua dependência aos homens, resultando assim uma divisão da classe trabalhadora. (Federici, 2021).

Ao mesmo tempo que essa disposição beneficiou os homens isentando-os do trabalho doméstico, a formação social capitalista beneficiou-se por não ter que pagar o trabalho reprodutivo, que foi essencial para a manutenção da força de trabalho. Na opinião de Federici (2017),

[...] a assimetria de poder entre mulheres e homens na sociedade capitalista não podia ser atribuída à irrelevância do trabalho doméstico para a acumulação capitalista – o que vinha sendo desmentido pelas regras estritas que governavam a vida das mulheres – nem à sobrevivência de esquemas culturais atemporais. Pelo contrário, devia ser interpretada como o efeito de um sistema social de produção que não reconhece a produção e a reprodução do trabalho como uma fonte de acumulação do capital e, por outro lado, as mistifica como um recurso natural ou um serviço pessoal, enquanto tira proveito da condição não assalariada do trabalho envolvido (FEDERICI, 2017, p.18).

Visualizamos assim, no pensamento da autora, dois vieses para pensar o trabalho da mulher: a negação do trabalho doméstico e a naturalização da mulher como aquela que deveria realizar tal trabalho. A naturalização da mulher como a única realizadora dos trabalhos domésticos produz um efeito de difícil desconstrução: a hipótese de que o lugar da mulher é cuidando, por isso, mesmo quando elas conseguem sair de seus lugares de privados é possível que ainda continuem recebendo atribuições que tenham o cuidado como o centro organizador da carreira.

Assim, segundo Davis (2019, p. 19), “mesmo quando o trabalho das mulheres ocorre dentro do processo de produção capitalista, ele é percebido como sendo mais próximo de um

trabalho reprodutivo do que produtivo”. Desse modo, é possível pensar que a carreira da mulher é, em alguma medida, afetada por sua existência enquanto mulher (caso ela queira ter filhos, caso case-se com alguém – ou caso não faça nenhuma das duas opções), pois há sempre um trabalho a ser realizado para além daquele que é formal, cujo pagamento é estabelecido pelas leis trabalhistas. Assim, o trabalho não visibilizado (casa, filhos, etc.) é o que também serve como barreira para progressão.

E, na concepção de Federici (2021), a mulher não sofre por causa da evolução capitalista, mas pela ausência dela. Neste ponto,

A perspectiva feminista é essencial para uma análise do capitalismo, pois demonstra que, assim como o racismo e o etarismo, o machismo é um elemento estrutural do desenvolvimento capitalista, uma força material a se interpor no caminho de qualquer transformação social verdadeira, que não pode ser derrotada (como Marx acreditava) pela entrada das mulheres nas fábricas e pelo trabalho ao lado dos homens, mas exige, em vez disso, que as mulheres se rebelem contra a dominação masculina e suas bases materiais. (FEDERICI, 2021, p. 17).

Dessa maneira, observa-se que o fato de conseguir um emprego assalariado não é sinônimo de libertação do trabalho doméstico. A mulher continua trabalhando dentro e fora de casa. Seu trabalho é atravessado por essas esferas. E quanto mais trabalho, menos tempo para lutar por condições melhores, por justiça social, igualdade e contra a dominação masculina.

O trabalho reprodutivo, que ainda hoje é realizado majoritariamente pelas mulheres, por ser naturalizado como trabalho de mulheres, é um trabalho que extrapola o trabalho doméstico de limpeza e cuidado da casa. Há todo um trabalho não visto que vai além. Pode-se incluir aí o sexo e a reprodução da força de trabalho. Segundo Federici (2021, p. 28) “é servir a mão-de-obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais”.

A administração das compras, o cuidado com as roupas, a organização da casa, a educação inicial dos filhos, arrumá-los para irem à escola, providenciar sua alimentação, zelar pela saúde dos filhos e do marido, lavar, passar, atender as demandas emocionais dos filhos quando regressam da escola e/ou do companheiro que chega em casa “cansado do trabalho”, assim como tantas outras atividades que poderiam ser listadas aqui.

Por mais que, em algumas famílias, apareça a divisão de tarefas entre os membros da casa, ainda assim, a maior parte da carga recai sobre a mulher. De certa forma, segundo Federici (2021, p.) são as mulheres as responsáveis pela reprodução da vida, por garantirem

que os futuros cidadãos desempenhem o papel que a sociedade capitalista espera deles, ou seja, pelo trabalho não visto que é força motriz para o desenvolvimento do capitalismo.

Davis (2019) corrobora com a importância de um olhar mais profundo, no que concerne ao trabalho doméstico ainda vigentes no século XXI. Segundo ela, esse tema deveria ser central nos debates feministas na contemporaneidade. Segundo a autora,

O trabalho doméstico encarna a rejeição histórica e ideológica das mulheres à esfera doméstica; encarna a rejeição histórica e ideológica das mulheres à esfera privada, porque as economias capitalistas não reconhecem o trabalho reprodutivo que permite o trabalho produtivo (DAVIS, 2019, p. 26).

Dessa maneira, é necessário compreender que determinadas práticas enraizadas em nossa sociedade influenciam as condições materiais para que as mulheres acessem ou não determinados cargos e/ou carreiras (como os cargos de direção) que exigem muitas vezes, dedicação exclusiva, disponibilidade em tempo real, comprometimento, priorização das necessidades do trabalho, menos interrupções externas, possibilidades de mobilidade, realizar *networking*¹¹, etc. Uma explicação possível é pensar a sociedade, e, deste modo, o Estado perpassado pelo Direito Patriarcal, o qual será explanado no próximo item.

1.2 O Patriarcado, a dominação masculina e o controle dos corpos

Para compreender melhor a relação entre mulher e trabalho e qual o lugar que cabe a mulher nesse contexto social, é importante compreender que existem formas de opressão e sistemas hierarquizados de poder que permeiam as relações sociais entre os gêneros. Além disso, que essa relação está profundamente atrelada ao controle de seus corpos e de sua sexualidade e a construção de um imaginário social por um sistema de dominação masculina, nomeado como patriarcado, em que as relações de poder estão intrinsecamente ligadas a hierarquias de um gênero sobre o outro.

É importante nesse ponto tecer algumas considerações sobre o conceito de patriarcado. Ainda que seja difícil prever precisamente quando esse processo iniciou, Lerner

¹¹ Palavra de origem inglesa que significa “rede de contatos”. É um termo utilizado no mundo corporativo para se referir a ação de criar e cultivar relações com outros profissionais de diversas áreas, podendo usufruir delas no futuro. Retirado do site: www.wizard.com.br/carreira/networking-voce-sabe-o-que-significa-esse-termo-que-vem-do-ingles/

(2019), remonta às civilizações antigas: assírios, egípcios, gregos, mesopotâmios, romanos, judeus, para tentar explicar suas origens. Segundo a autora “o patriarcado é uma criação histórica formada por homens e mulheres em um processo que levou quase 2.500 anos até ser concluído” (LERNER, 2019, p. 261). Estima a autora que entre os anos de 3.100 a 600 a.C.

Em seu livro *A criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*, analisando os primeiros códigos de Lei (Leis Mesopotâmicas – Código de Hamurabi; as Leis Médio-Assírias; as Leis Hititas e a Lei Bíblica), a autora observa que mesmo relacionados a quatro sociedades distintas, “parece ter existido uma continuidade de conceitos legais e leis comuns entre elas” (LERNER, 2019, p. 139). Esses códigos regulamentavam os comportamentos sexuais da sociedade civil, atribuindo muito mais restrições às mulheres do que aos homens. Deste modo, Lerner conclui que a submissão sexual da mulher pelo homem, foi institucionalizada e imposta pelo poder do Estado. Assim,

Vemos então, no intervalo de mil anos que estamos discutindo, como a dominação patriarcal passou de prática privada para lei pública. O controle da sexualidade feminina, antes praticado por alguns maridos ou chefes de família, tornou-se então, assunto de regulação estatal. A isso, e evidente, sucedeu-se a tendência geral ao aumento do poder do Estado e, em decorrência disso, ao estabelecimento de uma lei pública. (LERNER, 2019, p. 161).

Nesse sentido, percebe-se que o patriarcado não está restrito apenas ao âmbito familiar, à esfera privada, mas estende-se a esfera pública, fazendo parte da estrutura da sociedade, servindo ao Estado e ao sistema capitalista, enquanto prática que subjuga as mulheres.

Ainda segundo Lerner (2019), algo importante a ser considerado para poder compreender a natureza desse sistema e desse binarismo de gênero o qual ainda está impregnado na sociedade, é que “o Estado arcaico, desde o princípio, reconheceu sua dependência da família patriarcal e igualou o funcionamento obediente da família à ordem no domínio público” (LERNER, 2019, p. 161). Assim, observa-se até hoje, a família patriarcal como modelo a ser seguido para o bom funcionamento das relações sociais. Ou seja, a esfera familiar funcionava como uma célula base para a reprodução dos valores que deveriam ser observados em outros sistemas fora da família.

Esse modelo de família, passou a ser amplamente difundido e reforçado através de ideologias e práticas sociais, durante milênios, com o auxílio dos Aparelhos ideológicos de Estado¹², como a família, a igreja e a escola.

Feitas essas considerações, vamos focar no Aparelho Ideológico da Família, por esse se constituir em um AIE que interfere diretamente nas formações imaginárias e nas formações discursivas, no que se refere a mulher, a sua posição social e a suas relações com o trabalho. Como família é um dos temas abordados na entrevista que realizamos com as mulheres em cargos de direção é preciso compreender que ela, enquanto AIE, é uma das responsáveis por organizar e manter uma Formação Discursiva, que nós trataremos, aqui em nosso trabalho, como Formação Discursiva Patriarcal e que interpela as mulheres em sua fala.

Antes de mais, é importante compreender que os arranjos familiares ocorrem de forma distinta conforme o modo de produção vigente na sociedade. E precisamos ter em mente que a família é um centro reprodutor da forma de produção dominante, de acordo com a época e com esse modo de produção (ENGELS, 2021).

O modelo de família monogâmica que conhecemos hoje, não existiu sempre. Ela foi arranjada de acordo com as necessidades econômicas, dentro de uma formação histórica, ou seja, a família é uma construção histórica e humana para Engels (2021). Inicialmente, nos estágios primitivos, considerados selvagens pelo autor, as famílias eram predominantemente consanguíneas, e os homens, e as mulheres viviam relações livres, onde todos se relacionavam com todos. Nesse estágio a mulher era livre, não havia a ideia de posse da mulher pelo homem e prevalecia o direito materno.

A partir do surgimento da agricultura e da domesticação de animais, em um estágio chamado de barbárie, é que as relações sociais e econômicas começaram a mudar e surge então um novo arranjo familiar, ao qual Engels (2021) denomina de família punaluna. Nesse modelo, as relações sexuais, que hoje conhecemos por incesto (entre pais e filhas e

¹² Segundo Althusser, “um aparelho ideológico de Estado é um sistema de instituições, organizações e práticas correspondentes, definidas. Nas instituições, organizações e práticas desse sistema é realizada toda a Ideologia de Estado ou uma parte dessa ideologia (em geral, uma combinação típica de certos elementos). A ideologia realizada em um AIE garante sua unidade de sistema “ancorada” em funções materiais, próprias de cada AIE, que não são redutíveis a essa ideologia, mas lhe servem de “suporte”. (ALTHUSSER, 1999, p. 104) Alguns exemplos de Aparelhos ideológicos de Estado: o Aparelho Escolar; o Aparelho Familiar; o Aparelho religioso (ALTHUSSER, 1999, p. 102).

entre irmãos) começam a desaparecer. Aqui nesse contexto surgem as *gens*¹³ e a linhagem ainda é a materna.

O terceiro modelo de arranjo familiar é o sindiásmico, em que ocorrem mudanças que revolucionam as relações sociais. Esse modelo surge com a aparição da propriedade privada, do sistema patriarcal e da escravidão. Aqui surge o casamento por pares (união conjugal entre um homem e uma mulher) e a poligamia era tolerada, contudo, apenas por parte do homem. Apesar de a mulher passar a ser considerada propriedade do homem, do patriarca, os casamentos se dissolvem com facilidade e os filhos ficam com a mãe.

A grande mudança que ocorre do modelo citado acima, para o modelo de família monogâmica é em relação ao direito de herança. Se antes, no modelo sindiásmico, os filhos não herdavam do pai, pois não pertenciam a sua *gens*, mas sim a da sua mãe, nesse novo arranjo familiar institui-se o direito paterno, ao qual, o direito de herança passa a recair sobre os filhos.

Tendo em perspectiva tais considerações, tomaremos como base, o modelo de família burguesa que se originou após a Revolução Francesa e com a consolidação do capitalismo. Segundo Engels (2021) esse modelo de família é pautado na figura do homem como eixo central, aquele que detém o poder econômico e por sua vez detém o poder sobre a esposa e os filhos. A figura do homem se apresenta como autoridade perante a família: ele é o pai, o mestre, o patrão, o patriarca, o modelo a ser seguido e respeitado. A figura da mulher passa a ser a de “dona do lar”, a responsável pelos cuidados com a família, a casa e os filhos.

O modelo da família a partir de tal pensamento é a da família nuclear, constituída pela figura do pai e da mãe, unidos pelo casamento, e pelos filhos. A família, passa a ser também núcleo de consumo. Já não é mais, a produtora dos bens e sim a consumidora. Althusser (1999) nos lembra que “com efeito, a Família é o elo da reprodução biológica dos representantes da “Espécie Humana”, de sua criação-adestramento, etc.” e ainda que “no modo de produção Feudal, a Família era a unidade de produção dominante. Em nosso modo de produção, trata-se de uma sobrevivência”.

É claro que ocorreram modificações nessas configurações familiares a partir da “Revolução cultural” apontada por Hobsbawn (1995), e até hoje a família vem se reestruturando e reorganizando conforme as modificações econômicas e sociais. Não

¹³ Gens: Palavra latina que designa um conjunto de pessoas que usam um mesmo nome (*nomen gentilicium*) e que descendem de um antepassado comum, sendo os varões os principais descendentes. Infopédia Dicionários Porto Editora. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$gens](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$gens). Consultado em: 12.04.2023

estamos desconsiderando os arranjos familiares da contemporaneidade, porém, para atender nossos objetivos analíticos, consideramos dar ênfase a família burguesa, ou ainda, a família tradicional, por ter sido esse tipo de arranjo que organizou e ajudou a manter até hoje uma Formação ideológica, responsável pela Formação Discursiva Patriarcal que atravessa os discursos das mulheres na contemporaneidade.

Dessa forma, a criação e a manutenção do patriarcado só foi possível devido a esse processo constante, na construção do imaginário coletivo, de que se homens e mulheres são diferentes biologicamente, então também é natural que tenham atribuições sociais distintas. Como pontua Lerner (2019), certas visões tradicionalistas colocam uma explicação religiosa para o tema da superioridade masculina, considerando natural essa divisão sexual do trabalho, em detrimento de fatores biológicos. Devido a maior força física o homem acabou por tornar-se o provedor e aquele que protege a mulher e sua prole. A mulher, pela sua capacidade reprodutiva, está destinada à maternidade e aos serviços de cuidado.

A partir disso, a ideia que passou a ser difundida é a da assimetria dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres e que conseqüentemente deveria ser aceita pelo seu caráter “natural”, colocando o homem como um ser superior à mulher.

Podemos pensar, dessa forma, que a designação do papel que cabe a mulher, ou ainda, que o lugar ocupado pela mulher na sociedade faz parte de uma formação imaginária (Pêcheux 1997), mas que antes disso, está inserida em uma formação ideológica que se torna material na aparelhagem do Estado.

Os AIE do Estado, como a escola, a igreja e a família, segundo Althusser (1999) são responsáveis pela reprodução e manutenção da ideologia dominante que em uma Formação Social Capitalista, é a ideologia burguesa. A importância dos AIE se justifica para a manutenção do poder da classe dominante que detém (e quer sempre) o poder de Estado. Importante pontuar aqui, como nos lembra Pêcheux (1997),

(...) os aparelhos ideológicos de Estado não são a *expressão* da dominação da ideologia dominante, isto é, da ideologia da classe dominante(...), mas sim que eles são seu lugar e meio de realização: “ é pela instalação dos aparelhos ideológicos de Estado, nos quais essa ideologia [a ideologia da classe dominante] é realizada e se realiza, que ela se torna dominante...” (PÊCHEUX, 1997, p. 144).

Além disso, Pêcheux (1997) nos recorda também que os Aparelhos Ideológicos de Estado “não são puros instrumentos da classe dominante(...)” mas sim “o palco de uma dura e ininterrupta luta de classes.” (PÊCHEUX, 1997, p. 145).

Assim, podemos tomar o conceito importante para pensarmos como as designações passam a funcionar no interior dos aparelhos de estado que são formações imaginárias. Para Pêcheux (1997, p. 82) “são [elas] que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.”

É importante compreender que em AD não é o sujeito histórico, o sujeito empírico que se posiciona, mas, sim as imagens que resultam de projeções e são elas que “permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso” (ORLANDI, 2020, p. 38). Deste modo, em AD o que significa são essas posições sujeito. Orlandi (2020) nos lembra ainda que,

Temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). É pois todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras (ORLANDI, 2020, p. 38).

Deste modo, o funcionamento das relações discursivas, são baseadas nessas imagens, projetadas de acordo com determinadas regras, em nosso caso, no interior de uma formação social capitalista, que formarão as diferentes posições sujeito. O regramento é, em alguma medida, determinante para pensarmos no interior de uma FD, as práticas e os lugares das posições sujeitos a serem ocupadas de acordo com os processos de interpelação. Nesse sentido,

O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não “brota” do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder. A imagem que temos de um professor, por exemplo, não cai do céu. Ela se constitui nesse confronto simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições. (ORLANDI, 2020, p.40).

Podemos pensar então, que as mulheres em cargos de direção expressam-se, no discurso, a partir de uma posição discursiva que é produzida pelas formações imaginárias que as circundam: enquanto mulher e enquanto diretora de departamento. Além disso, que seus interlocutores, esperam delas, na relação discursiva, uma posição sujeito, de acordo com essas formações imaginárias.

Podemos ainda, nos atrever a afirmar que essas formações imaginárias em torno da posição sujeito “diretora de departamento”, estão em construção, se compreendermos que esses cargos majoritariamente são ocupados por homens, funcionando aí uma formação imaginária em torno da posição sujeito “diretor de departamento”.

Além disso, é importante compreender que, por ser uma posição discursiva, é possível que em determinadas condições de produção, o sujeito do discurso se posicione enquanto outra posição-sujeito, pois pode ocupar lugares sociais distintos. Como bem lembra Grigoletto (2007, p. 5) “o sujeito sempre fala de um determinado Lugar Social, o qual é afetado por diferentes relações de poder, e isso é constitutivo de seu discurso.”

É importante distinguir lugar social de posição-sujeito. O lugar social é, sintetizando o pensamento de Grigoletto (2007), o espaço empírico, heterogêneo, que abriga diversas formações ideológicas e que fixa o lugar que o sujeito ocupa na sociedade.

Já a posição-sujeito é para Pêcheux (1997a) “a relação de identificação entre o sujeito enunciador e o sujeito do saber (forma-sujeito)”. Recorrendo a Orlandi (2020, p. 49), “devemos lembrar que o sujeito discursivo é pensado como “posição” entre outras. Não é uma forma de subjetividade mas o “lugar” que ocupa para ser sujeito do que diz”.

Dado o nosso exemplo, é possível que em determinada situação, as diretoras se posicionem enquanto subordinadas, visto que, no interior da estrutura da Administração Pública, elas se submetem hierarquicamente aos respectivos Secretários da pasta. Ou ainda, no caso das Servidoras concursadas que estão ocupando o cargo de direção, se posicionem enquanto Servidoras efetivas do município ao tratar de assuntos relativos ao seu Estatuto ou Plano de Carreira.

As formações imaginárias em torno da mulher que criam uma espécie de “identidade feminina” em que a mulher é um ser passivo, é o sexo frágil e deve ser submissa ao homem, criando o contexto ideal para a opressão masculina, não surgiram repentinamente. Foram forjadas e se solidificaram durante séculos de disciplinamento e controle dos corpos femininos, como aponta Federici (2017), em *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, em que a autora discute sobre o controle dos corpos femininos e da sua função reprodutiva. Federici (2017) postula que a crise populacional dos séculos XVI e XVII tenha intensificado esse controle pelo Estado, além desse assunto estar difundido no discurso intelectual da época. Naquele período, fazia-se necessário uma grande massa de trabalhadores, pois a força de trabalho era basicamente braçal.

A autora sustenta ainda que a “caça às bruxas” e os métodos de disciplinamento feminino, utilizados pelo Estado, como forma de retirar da mulher o controle sobre a procriação, foram essenciais para a acumulação primitiva tão necessária a formação do capitalismo.

O resultado destas políticas, que duraram duzentos anos(...) foi a escravização das mulheres à procriação. Enquanto na Idade Média elas podiam usar métodos contraceptivos e haviam exercido um controle indiscutível sobre o parto, a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista (FEDERICI, 2017, p. 178).

A autora entende a regulação da procriação como instrumento do capital e como forma de exploração da mulher para a reprodução do trabalho e para a reprodução da força de trabalho. A autora argumenta ainda que pelo mesmo motivo de a procriação ter se tornado um campo de exploração, tornar-se-ia também um campo de resistência e em considerando a recusa das mulheres em procriar, “esta recusa pudesse se transformar em luta de classes” (FEDERICI, 2017, p. 179).

Exemplos dessa exploração do corpo feminino para a reprodução da força de trabalho e que são efeitos de evidências, não somente entre as mulheres da Europa Ocidental, mas também entre as escravas, nas colônias americanas: “as negras, especialmente depois do fim do tráfico de escravos, em 1807, foram forçadas por seus senhores a se tornar criadoras de novos trabalhadores” (FEDERICI, 2017, p. 178).

Ao analisar todos os estágios do capitalismo, Federici (2017) pontua que o Estado sempre esteve presente na regulação da procriação, em determinados momentos utilizando de métodos de regulação e até mesmo de métodos coercitivos para reduzir ou aumentar a população e com isso expandir ou reduzir a força de trabalho.

É possível pensar no papel do Estado, forjado pelo direito patriarcal, como o grande regulador e controlador das relações sociais, responsável por determinar as normas para a vida em sociedade, e no caso da mulher, operando como regulador inclusive de seus corpos. Assim, compreende-se porque, ainda hoje, é tão difícil o acesso das mulheres a determinados espaços na sociedade.

Dessa maneira, toda a organização social, o acesso aos postos de trabalho, a cargos de poder, as relações interpessoais, cuidados médicos, financeiros, enfim, todo um sistema

econômico, simbólico e social é arranjado a partir de um funcionamento estrutural cujo centro é a figura do homem. Ninguém escapa a ordem patriarcal.

Saffioti (2011) recorre a Pateman (1993) para explicar como ocorre esse processo

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual. O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é social no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres –, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. O contrato original cria o que chamarei, seguindo Adrienne Rich, de ‘lei do direito sexual masculino’. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado: ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno (PATEMAN, 1993 apud SAFIOTI, 2011 p. 53-54).

Nesse sentido, a autora problematiza a evidência da subordinação da mulher ao homem, pois o contrato permite a legitimação das relações de subordinação, em que se estabelece uma hierarquia necessária para que o homem exerça a sua autoridade sobre a mulher e estabeleça meios para sua exploração.

Percebemos assim o quanto as condições em torno da existência da mulher são imaginárias no sentido que Pêcheux, 1997, nos apresenta, pois, seu funcionamento está sempre atrelado a uma matriz patriarcal que define o lugar de cada gênero. Assim, “do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado” (SAFFIOTI, 2011, p.54).

Ainda que se considere os espaços privado e público como instâncias distintas, eles estão atravessados, ou seja, “para fins analíticos, trata-se de esferas distintas; são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social” (SAFFIOTI, 2011, p. 54).

Se pensarmos que essa interrelação também se materializa na composição hierárquica do próprio Estado e nos seus desdobramentos, é possível dizermos que a inserção das mulheres no mercado de trabalho é feita, de alguma forma, como pontua Saffioti

(2011) até determinado ponto, pois a tratam dentro de uma formação social capitalista, como uma mão-de-obra diferenciada, cujo engajamento da força de trabalho difere da do homem, supostamente forjado para o capitalismo.

Desse modo, mesmo quando a mulher rompe a estrutura imposta e passa a ocupar cargos diretivos (em qualquer estrutura hierarquizada) passam por processos designativos que marcam a diferença entre os gêneros. Elas não podem apenas ser chefes, também precisam ser predicadas em sua condição de mulher seja pelo que tratemos aqui de meritocracia, “vencedora”, “arrogante” “individualista”, por atributos que digam respeito a um comportamento estereotipado: histérica, descontrolada, descompensada e, por fim, (mas não esgotando aqui), por atributos que a assemelhem ao homem: durona, mandona, sargentona. Todas essas características não funcionam de forma sistemática quando se tem um homem em cargo de chefia/autoridade o que nos leva a pensar que a forma de predicação responde, no caso das posições de poder, à uma ordem patriarcal.

1.3 Mulher e Trabalho no Brasil – abordagens históricas e sociais

Neste tópico, descreveremos algumas questões bem relevantes inerentes às lutas sociais e a conquista de direitos trabalhistas no que se refere ao trabalho da mulher no Brasil. É notório compreender que os direitos conquistados são fruto de reivindicações, revoltas e lutas que partiram de diversos movimentos sociais. Os movimentos de trabalhadores e trabalhadoras contribuíram fortemente para a aprovação de medidas regulatórias do trabalho de mulheres e crianças.

É importante compreender, antes de mais nada, que a classe operária era composta por mulheres e homens. Fraccaro

(2018), em sua pesquisa sobre *Os Direitos das Mulheres: Feminismo e Trabalho no Brasil*, aponta a cisão por sexo no mercado de trabalho brasileiro, nas primeiras décadas do século XX,

Mulheres rurais e urbanas exerciam atividade remunerada de modo a manter em dia suas tarefas domésticas de limpeza e de cuidados, com rendimentos mais baixos. Os postos mais qualificados, que requeriam maior instrução, eram ocupados por homens, ainda que se verifique uma absorção crescente delas tanto na educação quanto na força de trabalho em geral (FRACCARO, 2018, p. 30).

Ainda segundo a autora, as mulheres eram as que exerciam a maior parte do trabalho doméstico remunerado, contudo os números apresentados pelos censos oficiais poderiam ser ainda maiores, pois dependia da declaração das próprias mulheres a de se reconhecerem nesse lugar. Ou seja, nas palavras da autora: a classe operária tem dois sexos (FRACCARO, 2018, p. 21).

Segundo Fraccaro (2018), uma parcela dos estudos realizados no Brasil sobre a luta por direitos trabalhistas no país, considera que a autonomia das classes trabalhadoras foi destruída com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Esse viés interpretativo, enxerga como artificiais as conquistas realizadas pelo movimento dos trabalhadores, no período, bem como, interpretam a “ausência de enfrentamento ao Estado ou às classes poderosas (...) sustentada pela benevolência do governo e intermediada por lideranças nacionalistas” (FRACCARO, 2018, p. 23).

Além disso, de acordo com a autora, esses estudos interpretam a regulamentação do trabalho, nos anos de 1930, como um processo que restringiu o acesso de mulheres aos empregos formais, pois a legislação aprovada era fortemente protetiva, ao contrário do que ocorria na virada do século XIX para o século XX, quando não havia tais regulamentações e, com isso as mulheres seriam favorecidas em sua inclusão no mercado de trabalho formal (FRACCARO, 2018).

A autora propõe, portanto, um outro olhar, uma abordagem que considere a potencialidade, a capacidade de organização e a autonomia do movimento de trabalhadoras e trabalhadores. Há que se considerar a história das mulheres que participaram ativamente desses movimentos, a forma como se organizaram, em quais lutas se engajaram e compreender que o feminismo é um movimento social e político, permeado de disputas. Fraccaro (2018) aponta para o fato de que esse movimento de exclusão das mulheres trabalhadoras, como se elas não estivessem engajadas nas lutas feministas, contribui para a noção equivocada de que o feminismo no Brasil foi um movimento apenas das elites intelectuais e econômicas.

“Nem passivas, nem submissas”, nas palavras de Michelle Perrot (2005:152). A história da luta por direitos das mulheres no Brasil pode contribuir para se compreender que a agitação promovida por elas no chão de fábrica brasileiro influenciou partidos e movimentos sociais, bem como a formulação das leis, e ainda criou um repertório de ações praticados pelo empresariado brasileiro na medida em que implementaram benefícios a

compartilhar a maternidade e o cuidado com as crianças (FRACCARO, 2018, p. 33).

Um período considerado um marco para a classe trabalhadora inicia-se com a greve de 1917, em São Paulo. Devido à grande desigualdade social, à crise econômica e a exploração dos trabalhadores pelos latifundiários e pela burguesia industrial, surgiram diversas revoltas. Os movimentos operários e sindicais organizaram-se, de acordo com suas ideologias e correntes políticas (anarquistas e socialistas) e passaram a reivindicar melhores salários, jornadas menos extenuantes, a regulamentação do trabalho da mulher e das crianças. Dessa forma,

as greves operárias de junho de 1917, em São Paulo, se tornariam o símbolo não só da miséria social vivida pela classe trabalhadora no período, mas também de rebeldia e revolta de mulheres e homens que compunham a força de trabalho da cidade e dos anos de guerra mundial que já pesavam sobre todos (FRACCARO, 2018, p. 42).

Nesse período, segundo Fraccaro (2018) a composição da massa trabalhadora nas fábricas têxteis era majoritariamente formada por mulheres. Ela aponta também para as desigualdades salariais “Na Fábrica de Fósforos Pauliceia, os trabalhadores chegavam a receber diárias de 4\$000, mas havia lá 100 mulheres empregadas que não recebiam mais que 1\$800 por dia”¹⁴ (FRACCARO, 2018, p. 43).

Interessante notar que o discurso que passa a ser utilizado na imprensa da época, em relação ao trabalho da mulher, é perpassado pelos mesmos argumentos que vinham sendo utilizados na Europa, no período em que ocorreu a expulsão das mulheres das fábricas, como apontado no item 1.1 desse primeiro capítulo. O jornal *O Combate*, por exemplo, defendia “a limitação do trabalho das mulheres para evitar o “sofrimento da prole” e, porque, “sem a concorrência das mulheres e das crianças, os homens encontrariam mais postos de trabalho, mais bem remunerados” (FRACCARO, 2018, p. 44). Ainda afirmavam que as mulheres tinham a tendência a se sujeitar a trabalhos mal remunerados, diferente dos operários homens que não se sujeitavam a tal condição.

¹⁴ Os valores em réis citados, corresponderiam hoje a aproximadamente R\$ 100,00 e R\$ 45,00 respectivamente, segundo o conversor de moedas acessado no site: <https://www.diniznumismatica.com/p/conversao-de-reis-para-o-real.html>

Dentre as pautas colocadas pelo movimento grevista estavam: direito de greve e reunião, além da abolição da exploração do trabalho de menores de 14 anos, surge a pauta da abolição do trabalho noturno para as mulheres.

Apesar de emergentes as pautas ligadas ao trabalho da mulher eram bastante heterogêneas no interior das diversas correntes do movimento operário. Para esse, era importante sistematizar pautas que fossem promover modificações na sociedade. Contudo, algumas delas, que estavam relacionadas muito mais ao cotidiano e a vivência das mulheres nas fábricas, foram deixadas de lado. Durante as movimentações de greve e os piquetes, uma das queixas mais comuns que se ouvia das trabalhadoras era em relação aos abusos cometidos pelos mestres de oficinas ou capatazes, durante o horário de serviço. Assim,

Reivindicar respeito, que bem poderia ser uma referência a abusos sexuais cometidos por feitores e capatazes, tinha mais valor e estava mais ligado à experiência de classe das mulheres do que, até mesmo aos ideais de igualdade e emancipação (FRACARO, 2018, p. 49-50).

O fato é que apesar da pouca expressividade em números, de mulheres que participavam de movimentos, sindicatos ou greves, através das ligas operárias ou fora delas, elas estiveram presentes na organização política e social do estado brasileiro e auxiliariam nos avanços nas negociações políticas e em promover mudanças nas ordens sociais vigentes.

Efetivamente, essas reivindicações, movidas pela greve de 1917, culminaram, segundo Venancio (2001) entre os anos de 1917 a 1920, em grandes discussões em torno das questões sociais, na Câmara Federal. Nota-se que, apesar da insatisfação e mesmo indo contra os interesses de diversas camadas da elite da sociedade, o Estado se viu obrigado a discutir e normatizar leis trabalhistas como uma forma de conter as revoltas populares e acalmar os ânimos da classe patronal.

Dentre as proposições que foram discutidas nesse período algumas foram particularmente importantes para a aprovação de leis voltadas a regulamentar o trabalho da mulher.

O primeiro deles era o projeto nº 125, de 16 de julho de 1917 que pretendia estabelecer as condições de trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais, agrícolas e comerciais, determinando a proibição do trabalho noturno e regulamentando a licença da mulher grávida sem perda de seu lugar ou salário (VENANCIO, 2001, p. 184).

Se por um lado, o olhar do legislador transpareceu uma preocupação efetiva com a situação da mulher trabalhadora, percebe-se, por outro lado, o viés moralista subjacente a essas propostas, no intuito de proteger os valores da família e perpetrar o sistema patriarcal vigente. Em discurso promovido na Câmara, o deputado Maurício de Lacerda, durante seu pronunciamento, faz alusão a uma certa fragilidade do organismo feminino para o trabalho noturno e, além disso afirma que “a operária deserta de seu lar nas horas em que o cuidado pelo repouso, pelo descanso e pelo sono dos filhos é um dos problemas maternos mais encarecido pelos historiadores” (LACERDA, 1918 apud VENANCIO, 2001, p. 184).

Outros dois projetos foram propostos pelo mesmo deputado Maurício de Lacerda, ainda no decorrer do ano de 1917, porém juntados ao primeiro o que levou a proposição do Projeto de Lei Nº 284 de 1917, que instituiria um Código do Trabalho. Em relação ao trabalho da mulher, este previa então, a proibição do trabalho noturno e o descanso semanal remunerado 25 dias antes e 25 dias depois do parto. Ou seja,

A proteção da força de trabalho, em vista de uma legislação pensada como um fator de ordem sanitária e moral, envolvia o futuro da raça humana e a reprodução e conservação da própria força de trabalho. (GOMES, 1979 apud FRACARO, 2018, p. 97).

É nesse sentido que alguns teóricos consideram as leis aprovadas nesse período, em torno do trabalho da mulher, foram forjadas em um aspecto protetivo. Afinal, ainda cabia a mulher o trabalho de reprodução da vida, o cuidado com o lar, os filhos e o marido.

No decorrer da década de 1920, apesar da grande repressão sofrida pelo movimento operário por parte do Estado, houve grande movimentação e avanços na questão do trabalho da mulher em que atuaram fortemente o movimento sufragista. Venancio (2001) cita inclusive um manifesto, criado pela Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF)¹⁵, o qual protestava contra a ausência de mulheres no Conselho Nacional do Trabalho.

¹⁵ Movimento nacional organizado no Rio de Janeiro em 1922 com o objetivo de defender os direitos da mulher brasileira. Foi extinto em 1937. A Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) tem sua atuação marcada basicamente pela luta em prol do voto da mulher no Brasil. Tendo Bertha Lutz como principal articuladora, a FBPF definiu em seus estatutos suas principais reivindicações: além do voto feminino, a instrução da mulher, a proteção da mãe e da criança e a legislação que regulamenta o trabalho feminino. Fonte: <https://atlas.fgv.br/verbetes/federacao-brasileira-pelo-progresso-feminino>.

No entanto, é a partir da década de 1930 que ocorrem grandes conquistas trabalhistas para a classe operária e para as trabalhadoras. Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, inicia-se um período que inaugurou, segundo Fraccaro (2018, p. 57) um “projeto de governo corporativista e de conciliação de classes”. No intuito de estabelecer arranjos harmoniosos entre empresários e operários, o Governo inicia uma série de reformas trabalhistas, que pretendia a “construção de uma nova ordem social onde imperasse a colaboração entre as classes” (VENANCIO, 2001, p. 192).

Em diálogo com as lideranças feministas que, assim como haviam conquistado o direito de votar e serem votadas em 1932, também deram voz às diversas reivindicações das trabalhadoras, pressionando o Governo e o Congresso Constituinte visando assim,

(...) assegurar a proteção da mulher trabalhadora nas seguintes situações: na maternidade (licença pós-parto e garantia de emprego após a gestação), igualdade salarial com os homens pelo mesmo trabalho realizado, igualdade de acesso a carreiras públicas por intermédio de concurso e fim das restrições ao trabalho de mulheres casadas (MARQUES, 2016, p. 672).

Muito embora não fossem as únicas forças do movimento feminista no Brasil, segundo Fraccaro (2018, p. 134), “a FBPF e Bertha Lutz¹⁶, a partir da grande inserção internacional que cultivavam, serão elementos-chave para a instalação da legislação social”.

Bertha Lutz foi uma dessas líderes e ativistas que estiveram envolvidas diretamente nas propostas encampadas pelos movimentos de mulheres, tendo desenvolvido críticas ferrenhas ao governo, durante seu mandato eletivo como deputada federal, iniciado em julho de 1936. Ela apontava que determinadas soluções adotadas em relação à regulamentação do trabalho da mulher, eram muito mais proibitivas do que, no sentido de consolidar garantias.

Seu principal legado foi, sem dúvidas, a proposta de uma política pública voltada às mulheres, como apontado por Melo; Thomé (2018, p. 150), “seguramente a primeira política pública de gênero (ou para mulheres) desenhada para a sociedade nacional: o anteprojeto do Departamento Nacional da Mulher.” Neste projeto, Lutz propunha diversas políticas que abrangiam a assistência à mulher, a maternidade e à infância, bem como, o trabalho feminino e a previdência das trabalhadoras.

¹⁶ Não desconsideramos a importância de tantas outras mulheres ativistas feministas e de outros movimentos de mulheres que contribuíram e contribuem ativamente para a conquista de direitos no Brasil: como o movimento de mulheres negras que surgiu na segunda onda do feminismo, bem como, os movimentos de mulheres indígenas que ganharam força recentemente no cenário social. Contudo, para este momento histórico em que nos debruçamos, a figura de Bertha foi de extrema relevância devido a sua visibilidade no Brasil e no exterior, enquanto cientista e ativista política.

Além disso, Lutz elaborou a proposição que criava o Estatuto da Mulher (FRACCARO, 2018). Como o ponto crucial das discussões à época se dava em torno da assistência à maternidade e ainda ao fato de que os empregadores arcavam com o custo dos salários durante o período em que a trabalhadora se afastava de suas atividades, Lutz defendeu nesse estatuto, a necessidade da criação de um fundo que garantisse essa assistência, a partir do custeio por parte da União, das trabalhadoras e dos empregadores, sendo administrado pelo Estado. A reforma do Código Civil também foi proposta pela deputada, no intuito de “abolir em definitivo as restrições perpetradas pelo regramento” (FRACCARO, 2018, p. 162).

Contudo, suas ideias, consideradas um tanto avançadas para a sociedade da época, não saíram do papel, primeiro por causa de forte oposição causada pela relatoria da Comissão em que tramitava o projeto e, segundo, devido ao golpe de Estado ocorrido em 1937, que fechou o Congresso e extinguiu os partidos políticos, instaurando o Estado Novo.

Nesse período, portanto, as conquistas se deram lentamente, cheia de entraves promovidos por políticos que detinham pensamentos ultraconservadores, que rejeitavam o sufrágio feminino e defendiam a ideia de que o lugar da mulher era no lar. Inclusive uma ideia que percorria o imaginário comum do debate público era a de que existiam mulheres que trabalhavam por necessidade e outras por desejo. Marques (2016), aponta que, de acordo com o deputado Aarão Rebelo, o casamento era, sem dúvidas, a melhor forma de a mulher garantir o seu sustento, partindo do princípio de que ela seria sustentada pelo marido.

Contudo, era essa mesma instituição (o casamento) que as impedia de avançar em direitos sociais, pois, como as mulheres não tinham capacidade jurídica, dependiam do marido para poder acionar a justiça. “Na hipótese extrema, o próprio exercício de atividade profissional remunerada estava submetido ao arbítrio do cônjuge, capaz, legalmente, de impedir a mulher de atuar profissionalmente” (MARQUES, 2016, p. 683).

Assim sendo, percebe-se neste processo que por mais que houvesse a regulamentação do trabalho da mulher, no intuito de promover proteção e segurança, pouco era feito no sentido de garantir a permanência das mulheres em seus empregos. Além disso, todas as tentativas de regulação do trabalho feminino, em um sistema político masculino, baseiam-se sempre na regulação dos corpos femininos, priorizando um tipo de sociedade calcada na divisão sexual do trabalho que naturaliza determinados papéis “de homens” e “de mulheres”.

Vimos, portanto, que historicamente as mulheres sempre resistiram e existem várias maneiras de resistir: quando se recusam a serem exploradas sexualmente e criam meios de

contracepção para não procriar, quando ousam questionar o seu lugar e seu papel na estrutura familiar, quando resolvem sair do âmbito do privado para procurar um emprego formal, quando lutam por igualdade de direitos trabalhistas, quando ousam acessar postos de trabalho que são preenchidos majoritariamente por homens.

Trazendo a discussão para o campo da língua, em seu livro *Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*, Pêcheux (2009) nos lembra que para haver resistência é preciso “ousar se revoltar” e “ousar pensar por si mesmo”. E esse movimento ocorre através da/na língua, em um movimento de “quebra dos rituais” quando há o questionamento das regras, o questionamento daquilo que está posto. Para Pêcheux (2009) é justamente na falha, quando o sujeito é interpelado, que ocorrem os espaços onde é possível a resistência.

Ao ser interpelado em sujeito pela ideologia, o sujeito do discurso ocupa o seu lugar no emaranhado de discursos e, sempre-já sujeito, resiste. O assujeitamento, ao contrário de significar submissão, é da ordem do político e do simbólico e, portanto, da resistência. O sujeito resiste a discursos outros ao ser interpelado em sujeito do discurso pela ideologia porque, para ser sujeito, é necessário ocupar uma posição no discurso e, portanto, resistir a outras. Eis o que entendemos como sendo um dos movimentos da resistência. (DE NARDI E NASCIMENTO, 2016, p. 87-88).

Se pensarmos que a resistência só é possível porque há a dominação e vice-versa, ou seja, que “não há dominação sem resistência” (Pêcheux, 2009, p. 281), podemos traçar um paralelo com as mulheres na Administração Pública do município que estamos analisando. As mulheres que ouvimos nas entrevistas, ocupantes de cargos de direção, são interpeladas ideologicamente, e assim como bem nos lembra Pêcheux (2009), pensar a “interpelação ideológica como *ritual* supõe reconhecer que não há ritual sem falhas” (PÊCHEUX, 2009, p. 277, grifos do original).

E como bem apontado por De Nardi e Nascimento (2016, p. 88) “assim, toda tomada de posição, toda identificação com uma forma sujeito implica resistência tanto a esse lugar como aos discursos outros que o atravessam, que contradizem os saberes dessa FD ou os negam, provocando rupturas”.

Esse funcionamento é observado nos discursos das mulheres que entrevistamos quando há identificação ou desidentificação da forma sujeito, com determinada FD. As mulheres são interpeladas pelas Formações Discursivas Patriarcal e Feminista em um movimento dialético e contraditório. Observaremos melhor esse funcionamento no capítulo quatro referente as análises.

1.4 A Mulher na Administração Pública

O objetivo desse tópico é analisar como as mulheres chegam aos cargos da Administração Pública e como se dá seu estabelecimento em cargos mais altos de gestão. Para compreender esse processo é importante pontuar que há várias formas de adentrar o serviço público. O concurso é uma dessas maneiras. No entanto, é preciso compreender que quando se tratam de cargos de cunho decisório, quais sejam, de chefia ou de direção, normalmente são cargos denominados de livre nomeação e exoneração, ou ainda, simplesmente, cargos comissionados.

Desse modo, não necessariamente deve-se passar por prova de concurso público para assumir um cargo de direção, visto que esse pode vir a ser ocupado por qualquer pessoa que cumpra determinados requisitos exigidos em lei. Mas, ainda assim, considera-se importante pontuar brevemente alguns aspectos relevantes em relação à entrada da mulher nesse âmbito, através dos concursos públicos institucionalizados no país.

Barroso (1988) atenta para o fato de que a partir de 1938 houve um aumento considerável de mulheres no setor público. De 8,8% conforme o Censo do serviço público federal, em 1938, para 20,6% em 1958. Se analisarmos os cargos efetivos em comparação aos não-efetivos, vemos que o número de mulheres que ocupam cargos efetivos é bem maior: 26,4%, contra 15,9%, de não-efetivos. A hipótese levantada por Barroso é a de que provavelmente isso se deve a instituição da obrigatoriedade do concurso público, a partir do final da década de 1930, que regulamentava que tais cargos efetivos deveriam ser ocupados através de concursos públicos abertos.

Essa hipótese pode ser confirmada por Maia (2021). Segundo a autora, no intuito de promover modernização e centralização do poder administrativo, Vargas iniciou, nesse período, uma reforma administrativa, e na primeira Constituição outorgada em seu governo, em 1934, instituiu a obrigatoriedade de realização de concurso público para os cargos de carreira, bem como a estabilidade.

Barroso (1988) demonstra quatro fatores que em sua visão estão imbrincados, no sentido de explicar por que há uma maior participação das mulheres dentro dos quadros efetivos e porque o setor público tem uma importância muito maior para a mulher do que para o homem:

o fato do Estado prover serviços tradicionalmente desempenhados pelas mulheres dentro das famílias e o reforço ideológico da imagem que marca estas tarefas como “trabalho feminino”; a crescente deterioração dos salários dos servidores públicos, tornando-as cada vez menos desejáveis para os homens, exceto nos casos de postos mais elevados e em algumas empresas estatais; a menor exigência característica dos empregos públicos, tornando-os mais compatíveis com a dupla jornada das mulheres, uma vez que o trabalho doméstico e o cuidado com as crianças não são compartilhados pelos homens em casa; e a atitude menos discriminatória do Estado nas contratações, sendo supostamente ele o guardião da implementação de leis antidiscriminatórias no setor privado (BARROSO, 1988, p. 12).

Os serviços oferecidos pelo Estado, a que se refere a autora, são aqueles ligados a educação, saúde e assistência social. Ou seja, áreas em que majoritariamente as mulheres se inserem. Dessa forma, até aqui, percebe-se que mesmo em vantagem quantitativa, os cargos ocupados pelas mulheres só o são na medida em que não ultrapassem determinados limites/fronteiras, ou seja, quais cargos podem ser acessados por elas?

Um dado importante que deve ser levado em consideração nesse momento histórico, refere-se à capacidade civil da mulher para ocupar esses cargos. O Código Civil de 1916, no caput do Art. 6º, previa que as mulheres casadas eram “(...) incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer (...) Inciso II: As mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal” (BRASIL, 1916). Com isso muitas dependiam de aprovação do marido para exercer uma profissão e trabalhar ‘fora de casa’ e até mesmo aceitar herança, pois conforme estabelecia o Art. 242 “A mulher não pode, **sem autorização do marido**: Inciso IV – Aceitar ou repudiar herança, ou legado. Inciso VII. Exercer profissão” (BRASIL, 1916).

Mesmo sendo considerada relativamente incapaz, se a mulher exercesse um cargo público ou se por mais seis meses, se entregasse a profissão exercida fora do lar conjugal, seria “presumivelmente autorizada pelo marido”, a certos atos, de acordo com o Art. 247. (BRASIL, 1916). Nesse sentido, percebemos as contradições operando na legislação. Legislação essa que em virtude de seguir um modelo de família patriarcal pungente na sociedade, não considerava as vontades das mulheres baseando-se em costumes vigentes à época.

Foi apenas em 1962, após grande mobilização por parte dos movimentos de mulheres, no sentido de abolir as cláusulas que cerceavam seus direitos, é que o Código foi alterado com a promulgação da Lei Nº 4.121/1962 – Estatuto das Mulheres Casadas, igualando-as aos maridos juridicamente. (MELO; THOMÉ, 2018). No entanto, percebemos que as alterações realizadas pela referida lei, promoveram mudanças importantes, mas ainda

mantiveram ideias vigentes de submissão e posse da mulher pelo marido e de ser incumbida de tarefas relacionadas aos papéis sociais atribuídos a ela, como podemos visualizar no Art. 240 “**A mulher assume, com o casamento, os apelidos do marido e a condição de sua companheira, consorte e colaboradora dos encargos da família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta**” (grifo nosso).

Se retomarmos a família como aparelho ideológico podemos ver desdobrado na legislação um reforço da valoração moral e ética vigentes no período em que foi escrita, assim, o Estado, por meio do Direito faz funcionar o ordenamento dos corpos das mulheres, após a mudança de estado civil, e, também, a repressão, para aquelas que descumprissem tais regramentos. A repressão poderia ser a desmoralização pública, o tratamento dado às mulheres não casadas, viúvas, etc., como não possuidoras de direitos e existência. Por muito tempo, a mulher só existia enquanto sujeito do direito se vinculasse sua vida a de um homem.

Barroso (1988) nos apresenta alguns dados citando um estudo realizado por Santos em 1978, em que entrevista 63 profissionais do sexo feminino que eram empregadas em quatro empresas estatais. Em uma dessas empresas, menos de 5% dos engenheiros, contadores, economistas ou geólogos eram mulheres, além disso, nos cargos de gerência o percentual de mulheres era bem menor, variando de 0,96% a 8,1% (SANTOS, 1982 apud BARROSO, 1988).

Outro dado que nos chama a atenção diz respeito à classe social das entrevistadas, 54% delas vinham de famílias de classe alta e média alta e ao menos “47% das mulheres entrevistadas (...) tiveram que acionar sua rede informal de relações” para galgarem um cargo nessas empresas, ainda que supostamente as empresas estatais deveriam utilizar critérios impessoais para a contratação. (SANTOS, 1982 apud BARROSO, 1988, p. 15).

Apesar de não citar em seu artigo qual a forma de contratação utilizada, devemos lembrar que nessa época as contratações via concurso público haviam diminuído consideravelmente e as contratações via regime CLT estavam autorizadas, o que provavelmente é o caso. Além do que, segundo Barroso (1988, p. 15) “os concursos abertos e mesmo os métodos mais formais parecem se limitar a funções administrativas e burocráticas”.

Nesse sentido, percebe-se neste estudo de caso que houve espaço para as mulheres, contudo, não para qualquer mulher e sim para uma classe privilegiada que teve que contar com sua rede familiar (amigos e parentes) e, além disso, ficaram restritas, ou quase, a determinadas carreiras que no imaginário social são consideradas aptas ao público feminino.

Mas é apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que as mulheres passam a ter, ao menos no papel, assegurada a tão almejada igualdade jurídica e, ademais, é claro, muitos outros direitos são conquistados. Contudo, não pode se considerar que tenha gerado grandes modificações estruturais. Nesse ponto é interessante pensar em como a promulgação da Constituição, além de ser um acontecimento histórico, na medida em que funciona como marco histórico para produção de memória, também pode ser considerada um acontecimento discursivo. Pois bem, como afirma Pêcheux,

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita” (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

Assim, a memória representa a estabilização do discurso, a paráfrase, a repetição. Já o acontecimento discursivo, é a ruptura, a transformação, a mudança no sentido, no uso da palavra, é a resignificação.

a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjeturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior (PÊCHEUX, 1999, p. 53).

Como bem aponta Indursky (2003), contudo, não há que se falar em apagamento da memória, pois “um acontecimento discursivo rompe com a ordem do repetível, instaurando um novo sentido, mas não consegue produzir o “esquecimento” do sentido-outro, que o precede” (INDURSKY, 2003, p. 107).

Então, no que se refere a participação política feminina, a promulgação da Constituição Federal de 1988, pode ser considerada um marco, um divisor de águas, pois passa a prever efetivamente os direitos requeridos há tantos anos pelo movimento feminista. Através da campanha Mulher e Constituinte, promovida pelo Conselho Nacional de Direitos das Mulheres (CNDM), mulheres de diversos setores da sociedade uniram-se para debater quais direitos a Constituição deveria contemplar (MODELLI, 2018). Elas apresentavam suas

propostas e discutiam com lideranças de todos os partidos. Essa articulação entre o CNDM e demais mulheres da sociedade civil ficou conhecida como Lobby do Batom.

Nesse sentido é que entendemos que enquanto documento histórico a Constituição instaura novas formas jurídicas em torno das relações civis, servindo de base inclusive para que se criassem legislações específicas em torno dos crimes contra a mulher. Por tal razão, entendemos que a discursividade em torno das mulheres também é de outra ordem, considerando o fato de que as mulheres participaram ativamente na construção dessa discursividade.

Deste modo, é essa Constituição que assegura em seu Art. 5º, Inciso I que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” e dentre outros dispositivos, prevê a “proibição da diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil” (art. 7, XXX). Outrossim, o Art. 37, Inciso II, prevê que “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei”.

A partir disso, segundo pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), no Atlas do Estado brasileiro, “no setor público, o total de vínculos aumentou de aproximadamente 5,1 milhões para 11,4 milhões, de 1986 a 2017. A expansão global no setor público foi, portanto, de 123% em relação à 1986, com crescimento médio anual de 2,5%.”

Esse aumento foi mais expressivo no âmbito da administração pública municipal, devido a alguns fatores como: o crescimento do número de municípios no país, além da municipalização da burocracia pública brasileira, em que grande parte dos serviços do núcleo de bem-estar (educação, saúde e assistência social) passaram a ser providos pelos municípios. (IPEA, 2017). Além disso, 40% das ocupações correspondem aos profissionais do "núcleo-duro" dos serviços de educação ou saúde: professores, médicos, enfermeiros e agentes de saúde. Ou seja, fica claro que pouca coisa mudou desde as décadas analisadas por Barroso (1988).

Em se tratando da desigualdade de gêneros, alguns dados do estudo realizado chamam a atenção, pois apontam para disparidades ainda existentes no serviço público. As mulheres atingem 59% da força de trabalho no serviço público brasileiro e o salário médio de uma servidora pública é 25% menor do que dos servidores homens. No serviço público municipal as mulheres também são maioria, com uma expansão de 52% para 66%, desde

1986. O próprio Atlas oferece uma explicação “especulativa” para os números altamente díspares: o fato da expansão estar relacionada com o crescimento das contratações em cargos que são majoritariamente ocupados por mulheres, quais seja, os já citados aqui anteriormente: professoras e profissionais da área da saúde.

Sendo assim, em relação às menores remunerações, a explicação é a mesma, como já mencionamos aqui. O que acontece nesse campo é a reprodução de uma desigualdade presente na sociedade que estipula o tipo de profissão de cada gênero, pois

apesar dos avanços, a estrutura do mercado de trabalho ainda é extremamente sensível ao papel tradicional feminino, e as trabalhadoras estão concentradas naquelas atividades relacionadas a essas tarefas: cuidadora de crianças, velhos e doentes. A concentração da mão-de-obra feminina está nos setores de educação, saúde, serviços sociais, serviços domésticos, alojamento e alimentação, atividades que dizem respeito à reprodução da vida (MELO; THOMÉ, 2018, p. 113).

Dentro da estrutura do Estado não é diferente, e se olharmos para a média salarial por gênero, isso também se reflete. Não que o Estado pague menos para as mulheres, mas elas estão ocupando carreiras com salários menores.

Ao olharmos especificamente para a questão do acesso a cargos de direção e chefia na administração pública, em artigo intitulado “*Os tetos e as paredes de vidro da Administração Pública Federal brasileira (1995 – 2017)*”, as autoras Xavier; Yannoulas (2019) citam estudos como o de Cappellin (2008) - que observa a existência de segregação de funções tanto horizontais como verticais dentro das organizações e indaga como é possível que as mulheres continuem sendo excluídas de determinados espaços e de determinados cargos de poder, em sociedades que se dizem igualitárias e difundem os valores de equidade de gênero. As autoras apontam, ainda, estudos realizados por autores estadunidenses, que tratam das metáforas do “teto de vidro” e das “paredes de vidro”.

A metáfora do “teto de vidro” tem o intuito de demonstrar quais as barreiras invisíveis criadas por atitudes machistas e misóginas, no próprio ciclo organizacional, que as mulheres devem enfrentar para alçarem cargos do alto escalão.

Já a metáfora das “paredes de vidro” tenta demonstrar a “existência de filtros de exclusão e diferenciação de oportunidades entre homens e mulheres com base, entre outros elementos, na formação e estudos superiores” (Cappellin, 2008 apud Xavier; Yannoulas, 2019, p. 278).

Esses são, portanto, segundo os autores, mecanismos de exclusão das mulheres, utilizados no interior das organizações, para afastá-las de determinadas áreas e funções.

(...) embora os mecanismos de “discriminação manifesta”, isto é, as regras e os códigos pensados para salvaguardar e proteger os espaços de poder dos homens, haviam deixado de existir na maior parte dos países capitalistas ocidentais; mecanismos de “discriminação encoberta” eram utilizados a fim de garantir a inserção subordinada das mulheres no espaço produtivo (YANNOULAS; VALLEJOS, 1998).

A partir disso podemos pensar que se antes, o acesso e a autonomia das mulheres para o trabalho público eram regidos por leis que afastavam seu direito, na atualidade essas barreiras legais foram, de certa forma ultrapassadas, contudo, permaneceram os mecanismos de exclusão, como os citados anteriormente: atitudes machistas e misóginas, nas organizações, além das práticas de exclusão em detrimento de sua qualificação, que mascaram a discriminação procurando determinar qual espaço, quais carreiras e quais cargos elas podem alcançar.

A partir do exposto podemos observar que até a Constituição de 1988, o Estado – tendo como base estruturante o próprio patriarcado – cerceava as mulheres em várias frentes: éticas, morais, trabalhistas. Se pensarmos a partir da promulgação da constituição de 1988 temos o fundamento legal para que as mulheres avançassem, o patriarcado não deixou de existir, fazendo funcionar uma memória em torno das mulheres, de como elas deveriam ser, de como deveriam se comportar que perdura, apesar dos avanços legais.

Para tentar entender melhor a relação mulher/trabalho, na administração pública, vamos tomar como estudo de caso, o Município de Santa Terezinha de Itaipu e, para tanto, apresentaremos abaixo um pouco da história da cidade e de sua estrutura administrativa.

2 SANTA TEREZINHA DE ITAIPU – BREVE HISTÓRIA DO MUNICÍPIO

O município de Santa Terezinha de Itaipu, fica localizado no Estado do Paraná, na região oeste, com área de 259,393 km². Segundo dados do último censo realizado pelo IBGE, em 2010 a população era de 20.841 habitantes e em 2021 a população estimada era de 23.927 pessoas. Tem como limites, ao norte, o Lago de Itaipu, ao sul, o Parque Nacional do Iguaçu, a leste, a cidade de São Miguel do Iguaçu e a oeste, Foz do Iguaçu.

Pela forma de colonização, a história de Santa Terezinha de Itaipu é semelhante à de outros municípios da região oeste. De acordo com os registros realizados pelo professor Adilson Pasini¹⁷ (2022), os primórdios do município remontam aos anos de 1889 quando da instalação da Colônia Militar na região oeste do Paraná.

Segundo Klauck (2005), a região ainda era muito inóspita e desprovida de estradas que ligassem a região sul a região norte do estado, além de ser considerada adversa, devido a diversas situações a serem enfrentadas, como a desbravação de florestas, doenças, etc. Para que se instalasse a Colônia Militar, foi necessário “abrir o caminho”, da região dos campos gerais a Foz do Iguaçu. Para o autor, um dos motivos para a empreitada seria a posição estratégica da região, localizada em uma área de tríplice fronteira e o outro seria a “necessidade de se reconhecer e fazer reconhecer perante as outras nações, o “corpo da pátria” (KLAUCK, 2005, p. 251). No intuito de “ocupar o vazio” dessa região, a partir da década de 1930,

É o que leva Vargas a conclamar a “Marcha para o Oeste” e é o que demonstra a fala de Lupion, quando enuncia a presença de terras, mas alerta para a ausência do fundamental: personagens históricos e ações concretas de ocupação que pudessem dotar um território reconhecido de uma identidade (KLAUCK, 2005, p. 247).

De acordo com Klauck (2005), o auge da grande “Marcha para o Oeste” foi entre as décadas de 1950 a 1960, processo viabilizado através das grandes empresas colonizadoras, que conclamavam as famílias nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul,

¹⁷ Adilson Pasini, é pioneiro do município de Santa Terezinha de Itaipu, tendo nascido em Criciúma, veio com a família, para o município, com cinco anos de idade, em 1957. Bacharel em Ciências Contábeis pela FACISA/Unioeste e Pós-graduado pela UFSC. Foi professor da UNIOESTE, UNIFOZ E UDC. Autor de livros e diversos artigos. A obra que nos serviu de referência é: Minha Rua, Nossa História (2022). (Ver referências bibliográficas).

promovendo assim a ocupação do território da região oeste do Paraná, bem como, o despertar de uma nova identidade.

Importante destacar que essas famílias eram, em grande parte, descendentes de imigrantes italianos e alemães, que ocuparam a região sul do Brasil (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), a partir do século XIX, através de um projeto imigratório, que ocorreu no país, fomentado pelo governo brasileiro logo após a abolição da escravidão, “como parte de um projeto de “branqueamento” e de preenchimento de “vazios” territoriais, dando o tom da população e da economia local” (PEDRO, 2004, p. 233).

São esses atores: os imigrantes e seus descendentes que virão a fazer parte também, dessa política adotada por Vargas, no sentido de “ocupar os vazios” na região oeste do Paraná. Apesar de, segundo apontado por Klauck (2005), o Estado brasileiro reconhecer e autorizar a concessão de terras para a exploração da erva-mate, na região, desde o século XIX, não havia, no entanto, o reconhecimento da população que vivia e trabalhava no local (dentre eles muitos empreendedores e trabalhadores estrangeiros).

Portanto, quando se fala em “vazio”, este se configura pela ausência de populações reconhecidamente ocupantes deste espaço” (Klauck, 2005, p. 246), trazendo um efeito de evidência sobre a intenção do Estado brasileiro em formar uma identidade regional, quando “autoriza” determinadas populações ou etnias a ocuparem o espaço antes habitado por uma diversidade de atores sociais.

Em se tratando do município de Santa Terezinha de Itaipu, foi apenas em 1952 que se iniciou o processo de colonização das terras onde hoje se encontra a cidade, que a época era denominada “vila criciúma”, segundo Pasini (2022). A denominação se deve ao fato de a época os primeiros colonizadores terem vindo dessa região, em Santa Catarina (SILVA, 1995)¹⁸.

Ainda segundo Silva (1995), as terras que hoje formam o território de Santa Terezinha de Itaipu, foram adquiridas em 1950 pela Construtora Dal Bó de Veranópolis, no Rio Grande do Sul, que tinha como sócio-gerente o senhor Silvino Dal Bó. Criou-se então a

¹⁸ Sebastião Francisco da Silva, chegou em Santa Terezinha de Itaipu, em 1973. Formado em Letras Franco-portuguesas, pela Faculdade de Ciências e Letras de Jacarezinho, em 1971. Foi professor de língua Portuguesa no Colégio Dom Manoel Konner e em 1977 fundou o Colégio Cenecista Flávio Dal Bó (hoje extinto), do qual foi diretor e administrador. É autor da letra e música do Hino Oficial do Município de Santa Terezinha de Itaipu. A obra de referência para essa dissertação foi: Na trilha dos pioneiros: Santa Terezinha de Itaipu (1995). Segundo o próprio autor, o trabalho é um ensaio, fruto de pesquisas junto à população itaipuense e arquivos regionais (SILVA, 1995, p. VII).

Colonizadora Criciúma Ltda. E, nesse mesmo ano, iniciaram-se os processos de exploração do lugar.

Com a instalação da Colonizadora Criciúma, “que tinha como objetivo transformar a região num celeiro de grãos e promover o nascimento de uma cidade” (PASINI, 2022, p. 115), inicia-se efetivamente o processo de colonização, sendo aberta a primeira picada, no dia 1º de Maio de 1952, que posteriormente se transformaria na Avenida 1º de Maio, principal rua da cidade.

É importante salientar que, apesar de a colonização ter se dado oficialmente através de uma empresa colonizadora, essa intervenção, acabou por expulsar os povos originários e outros povos que habitavam essa região, assim como ocorreu em outras regiões do Paraná, sendo obrigados a buscar abrigo em outros lugares (QUILANTE;WELTER, 2013).

Como citado anteriormente, a cidade, assim como grande parte da região oeste, foi formada majoritariamente por imigrantes italianos e alemães, vindos da região sul do país: Rio Grande do Sul e principalmente do estado de Santa Catarina,

Aproximadamente 71% dos pioneiros vieram da região sul do estado de Santa Catarina, principalmente de Araranguá, Braço do Norte, Criciúma, Ermo, Forquilha, Grão-Pará, Içara, Itainópolis, Jacinto Machado, Jaguarão, Jaguaruna, Lajes, Maracajá, Meleiro, Morro dos Estevam, Morro Grande, Nova Veneza, Orleans, Praia Grande, Siderópolis, Timbé do Sul, Treze de Maio, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Tubarão, Turbo, Urussanga e outros. Aproximadamente 24% dos pioneiros vieram do Estado do Rio Grande do Sul e regiões do estado do Paraná (PASINI, 2022, p. 141).

Um dos principais atrativos para a imigração era a promessa por parte das empresas colonizadoras de que as novas terras seriam muito férteis e apropriadas para o cultivo de diversas lavouras, principalmente o café. O cultivo seria realizado através de uma técnica chamada “sombreado”, uma nova espécie que havia sido inventada para facilitar nas transações de terra. (SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, 2020). No entanto, esse tipo de plantio não obteve sucesso, devido ao clima da região. Posteriormente, devido à cultura de café não ter se desenvolvido bem na região, as culturas de trigo, milho e soja vieram a prevalecer, sendo as principais produzidas até hoje.

Além dos imigrantes italianos e alemães, a cidade recebeu também imigrantes poloneses, ucranianos, portugueses, paraguaios, entre outros. Importante notar que as

menções referentes às populações negra e indígena são muito pouco ou quase nada citadas nesses registros históricos a que tivemos acesso.

No que se refere a toponímia da cidade, segundo dados levantados por Silva (1995), por ocasião da primeira festa religiosa, em 1953, o senhor Silvino Dal Bó (fundador da colonizadora), realizou a doação de uma imagem de Santa Terezinha manifestando assim seu desejo em torná-la a santa padroeira da cidade.

Por ocasião da criação do distrito, que era pertencente à Foz do Iguaçu, em 29 de outubro de 1959, oficializou-se então o nome “Distrito de Santa Terezinha”, que teve como primeiro subprefeito, José Milioli. Houve um movimento para tentar modificar o nome para Silvinópolis, contudo o espírito religioso prevaleceu (SILVA, 1995). Nas décadas que se seguiram, o município contou com muitos avanços: criação de escolas rurais, ginásios, clubes, linha de ônibus intermunicipal e a expansão do comércio e da agricultura.

Em meados de 1981, iniciou-se um movimento visando a emancipação política do município, que já contava a época com 11.137 habitantes, sendo 7.792 da área urbana e 3.745 da área rural. Segundo dados obtidos no site da Prefeitura Municipal, Santa Terezinha era na época o maior distrito do Brasil, tanto em população como em arrecadação. No intuito de promover a emancipação, foi montada uma comissão pró-emancipação e uma comitiva popular foi a Curitiba entregar o projeto ao governador do estado Ney Braga.

No dia 20 de dezembro de 1981, realizou-se um plebiscito com o objetivo de consultar a população sobre a emancipação do então distrito de Santa Terezinha, o qual foi aprovado com 95% de votos favoráveis. O município foi oficialmente criado no dia 03 de maio de 1982, através da sanção da Lei nº. 7.572, pelo governador Ney Braga.

A inclusão da palavra “Itaipu” ao nome do distrito de Santa Terezinha, foi “devido a construção da barragem da usina de Itaipu, no rio Paraná, cujas águas margeiam as terras do município” (PASINI, 2022, p. 117). Foi também uma maneira de o diferenciar de outros dois municípios brasileiros que já existiam com o mesmo nome, um na Bahia e outro no Ceará (Prefeitura). No mesmo ano da criação do município foram realizadas as primeiras eleições municipais, no mês de novembro de 1982 e tendo como início do mandato o ano de 1983.

Nesta época existiam apenas dois partidos políticos: o PDS e o PMDB. Os candidatos que concorreram ao cargo do Executivo pelo PDS foram: Edvar Sávio e Professor Sebastião Francisco da Silva. Pelo PMDB, foram lançadas as candidaturas de Natalino Spada e Leonízio Magagnin.

Contudo, um acidente fatal ocorrido no dia 03 de novembro de 1982, levou a óbito o senhor Natalino Spada, e sua esposa Lenir dos Reis Spada assumiu a candidatura. A eleição ocorreu em 15 de novembro e o município elegeu, então, uma prefeita: Lenir dos Reis Spada¹⁹, para o período de 1983 a 1988. Para a Câmara Municipal, foi eleito o senhor Arnaldo Camargo de Freitas, também do PMDB, como Presidente.

2.1 As mulheres no contexto da colonização do município de Santa Terezinha de Itaipu

Antes de adentrarmos no tema de como ocorreu a entrada das mulheres em cargos públicos do Executivo em Santa Terezinha de Itaipu, consideramos relevante tratar brevemente sobre a história das mulheres que colonizaram o município, pois, como mencionamos no primeiro capítulo dessa dissertação, procuramos privilegiar aqui a História das Mulheres. Então, se pensarmos que grande parte das publicações mais antigas sobre o processo de colonização do Oeste paranaense e por consequência, da colonização do próprio município estudado são relatos históricos que privilegiam e enaltecem as obras e feitos dos colonizadores (homens), nos carecem informações e relatos sobre as mulheres e sobre seus feitos.

Levando em consideração que algumas delas tiveram destaque nas áreas de educação, saúde e nas atividades de assistência social, é importante tecer algumas considerações. Ainda que o foco aqui não seja adentrar com profundidade no tema, é importante trazer à tona essa realidade para que se compreenda a forma como ocorreu a base de formação do simbólico, especialmente no que se refere ao papel designado a mulher, baseado nas crenças e costumes das famílias de colonizadores que migraram para cá.

¹⁹ Apesar de não ser o foco dessa pesquisa, consideramos importante mencionar uma breve biografia de Lenir Spada pelo fato de ter sido a primeira mulher a assumir um cargo público, de decisão, a frente da Prefeitura do município de Santa Terezinha de Itaipu e também por ter sido a primeira Prefeita eleita do Estado do Paraná. Lenir é natural de Seberi-Rio Grande do Sul, mas ainda jovem veio para o Paraná, e se estabeleceu em Alvorada do Iguaçu, que é a região onde hoje encontra-se a prainha de Santa Terezinha de Itaipu. A família Spada foi uma das pioneiras de Alvorada, permanecendo lá por 18 anos, empreenderam no comércio de secos e molhados e mais tarde passaram a vender desde sementes a utensílos domésticos. Também foram os primeiros a vender combustível na região. Com a construção da usina hidrelétrica de Itaipu e o alagamento da região em que moravam, foram obrigados a se mudar e instalaram domicílio no então distrito de Santa Terezinha de Itaipu, em 1980. Por conta do falecimento do marido, o partido a que ele estava filiado, solicitou a Lenir que assumisse o seu lugar por acreditar que ela tinha potencial para seguir a carreira política e o legado do marido. Segundo Lenir, o maior desafio foi lidar com as críticas dos opositores que insistiam em dizer que ela não era capaz de ocupar aquele cargo. Fonte: Revista 100 Fronteiras – Jul-2022. Disponível em: <https://100fronteiras.com/historia/noticia/a-historia-da-primeira-prefeita-de-santa-terezinha-de-itaipu-lenir-spada/>

Como mencionado anteriormente, a colonização do município ocorreu em grande parte por imigrantes que vieram da região sul do país: Santa Catarina e Rio Grande do Sul, descendentes em sua maioria de imigrantes italianos e alemães. Assim, quando partiram de suas cidades, rumo as novas terras a serem desbravadas, trouxeram consigo não apenas seus bens materiais, mas sim toda a sua cultura e seus costumes.

Para isso, recorreremos ao relato oral de uma das pioneiras da cidade - a qual chamaremos de Dona Valentina, para preservar sua identidade - sendo uma das primeiras professoras da antiga Vila Criciúma. Segundo a pioneira, o papel da mulher era bem definido²⁰, sendo a responsável pelos cuidados do lar, do marido, dos filhos e ainda dos cuidados com a horta e o trato com animais pequenos como porcos e galinhas. Ela mesma conta que quando decidiu estudar o “Curso Normal Regional” (equivalente hoje ao curso de Magistério), na escola das “irmãs”, ainda em sua cidade natal, Forquilha-SC, o pai a fez escolher entre o estudo ou a herança. Ela relata que não titubeou e escolheu estudar.

Tendo vindo muito jovem, recém-casada, ela e o marido, ambos professores, ela nos conta que no início passaram por muitas dificuldades materiais, pois nem casa para morar tinham. Seu emprego, na pequena escola da então “Vila Criciúma”, era apenas meio período (matutino) e, no contraturno, ela tinha que dar conta das atividades da casa. Quando os filhos nasceram, ela relata que realizava um tipo de escambo, o que ela chama carinhosamente de “troca de amor”, com outras mulheres da comunidade. Ela costurava e bordava para as crianças de outras famílias, enquanto essas mesmas crianças “meninas”, cuidavam de seus bebês.

Depois que os filhos cresceram, ela nos conta que passou a ministrar aulas o dia todo. Mas só passou a “ter empregada”²¹ para auxiliar nas tarefas domésticas, bem mais tarde, depois que os filhos já eram adultos.

Em relação à participação nas atividades da igreja, ela diz haver sido muito ativa e inclusive muitas outras senhoras participavam ativamente. Em dias de festa, relata que às mulheres era designado todo o serviço de preparo dos alimentos: o preparo das aves (cortar,

²⁰ Se observarmos o funcionamento do sintagma “bem definido” notaremos que torna material o que tratávamos por formação imaginária anteriormente: mãe, esposa, cuidadora etc.

²¹ Aqui também é possível observar o que Lerner (2009) aponta para a divisão de classe no interior de uma classe. Uma mulher em uma condição financeira um pouco melhor condiciona outra mulher aos trabalhos domésticos. A construção dessa organização é extremamente patriarcal, pois o Estado não oferta condições para que as mulheres possam exercer a profissão (creches etc.), então, nota-se uma reprodução das condições de produção da exploração no interior de uma mesma categoria.

temperar), o preparo de pães, bolachas e tortas que seriam servidos no almoço. Para os homens ficava a tarefa de assar o churrasco.

Quando questionada se tinha recordações de outras pessoas (habitantes nativos, como negros, indígenas) ou outros trabalhadores que já viviam aqui quando da sua chegada, ela relata haver muitos paraguaios morando na região. Conta ainda que havia uma espécie de “favelinha” onde moravam muitas famílias de paraguaios e as mulheres que viviam lá não gostavam de trabalhar, nas suas palavras: “eu tentei...eu queria catequizá-los, mas elas não queriam saber de nada”. Disse que elas “viviam de vendas de produtos que buscavam na Argentina”, e que “passavam o dia todo fumando e tomando tereré²²”.

Nota-se no excerto da narrativa, um conjunto valorativo que recobre a palavra: não gostar de trabalhar é um argumento bastante difundido em movimentos colonizadores, pois os que chegam para tomar as terras são sempre os trabalhadores, os que nela já estão, ou não o sabem fazer, ou o fazem de forma inadequada. A própria ideia de “ocupação do vazio territorial” do oeste paranaense reforça o fato de que os que aqui estavam não eram parte de um projeto de nação. O verbo catequizar torna concreta a identificação entre colonizadores (os de 1500 e os de agora), em que eles seriam os responsáveis pela prosperidade uma vez que assim como os portugueses, também eram europeus.

Outro fato interessante relatado por ela, trata dos costumes em utilizar garrafadas que eram preparadas com ervas medicinais da região. Conta que era muito comum o uso desses preparados para todo tipo de doença e relata que, inclusive, foi curada de hepatite com uma garrafada preparada por um senhor que detinha os conhecimentos das plantas. Esse conhecimento, segundo dona Valentina, não eram todas as pessoas que possuíam. As parteiras também utilizavam desses conhecimentos e usavam os preparados para auxiliar na recuperação das puérperas. Uma das senhoras que utilizava plantas medicinais e garrafadas e, segundo dona Valentina, muito provavelmente, realizava partos era a senhora Adelaide Alderete, paraguaia, que vivia em uma região mais afastada da então vila Criciúma (primeiro nome da localidade onde hoje fica o município de Santa Terezinha de Itaipu).

Quando questionada sobre a submissão das mulheres em relação aos homens, dona Valentina afirma que em seu relacionamento conjugal nunca teve problemas. Que ela tinha toda a liberdade para realizar as atividades que pretendia. **Não precisava pedir**

²² De origem Guaraní: Refresco de mate sorvido com bombilha, e que se distingue do chimarrão por ter água fria em vez de água quente. (Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 2010, p. 2028).

autorização²³ (grifo nosso), bastava avisar o marido. Assim como ele também fazia. Ela e o marido mantinham diálogo e respeito. Contudo, nem todas as famílias eram assim.

Um dado importante relatado por ela, foi em relação a sua timidez. Ela afirma que não gostava muito de frequentar ambientes “sociais”. Segundo ela, não se sentia bem. Já o marido gostava muito. Ela preferia frequentar ambientes em que ela se sentia “firme”, segundo suas próprias palavras, como na igreja e na escola, por exemplo.

Nesse sentido, a ideia inicial de trazer o relato de Dona Valentina era descrever minimamente os costumes e tradições no que se refere aos papéis sociais designados a mulher, à época da colonização, mas, após realizada a escuta, não havia como não analisar, mesmo que brevemente, a sua fala.

A visão trazida por dona Valentina, quando verbalizada, demonstra claramente, sua ideia de trabalho atravessada por um viés patriarcal e eurocêntrico, o qual é totalmente justificado pelo momento histórico vivido: a visão do europeu colonizador, aquele que é “autorizado” a colonizar e a trazer o progresso para as novas terras, como apontado por Klauck (2005).

No entendimento de dona Valentina, existia um tipo de trabalho que era valorizado (o do branco colonizador); já, o “trabalho” das mulheres paraguaias não era considerado, nem era visto como trabalho. Esses dizeres estabilizados são responsáveis por construir os estereótipos de determinados grupos que, na visão do colonizador são tidos como inferiores. São dizeres que invisibilizam e apagam outras formas de trabalho que não a de sua cultura. O modo como essas mulheres paraguaias se relacionavam com o trabalho não condiz com a visão de trabalho no interior de uma formação social capitalista.

É importante lembrar também que quando se refere aos paraguaios, dona Valentina está se referindo a um povo que tem em sua origem a ascendência em povos originários, indígenas da etnia Guarani, que habitavam originariamente a região. Quando relata o uso e os costumes das garrafadas, ela se refere a “um senhor”, apenas, não o nomeia e não o qualifica. Podemos pensar que a omissão dessa informação está relacionada ao preconceito e com a tentativa de invisibilização e apagamento das culturas originárias e de seus saberes.

Em relação à cultura religiosa, em sua fala, dona Valentina é interpelada pela

²³ Este enunciado é em si mesmo já contraditório, pois implica, a partir das Formações Imaginárias de feminino e de masculino o funcionamento da necessidade.

ideologia do colonizador, de forma a pensar que, como a igreja institucionalmente dominante era a igreja católica, todos deveriam converter-se ao catolicismo.

O “lugar” da mulher é bem dimensionado em seu relato: apesar de em algumas famílias, a mulher ter rompido barreiras, como a seu próprio exemplo, e ter conseguido estudar, se formar e ter uma profissão, para a época, esse não era o lugar-comum. Como vimos anteriormente, ela mesma admite, em determinado momento, que “não se sentia bem em todos os lugares públicos”, que “era tímida”, não gostava muito de “socializar” e, ainda, que, se sentia “firme” apenas nos lugares em que se sentia segura: na escola e na igreja, ou seja, espaços esses socialmente destinados às mulheres. Esse sentimento de inadequação relatado por dona Valentina, pode muito nos dizer sobre o lugar que compete à mulher, no plano do simbólico, que é sempre o lugar do privado, e quando ela rompe essa barreira, indo para o público, passa a reproduzir os papéis pré-determinados a ela, na esfera do privado.

A partir da história oral trazida pela pioneira, pudemos observar de que modo a base de formação da cidade é organizada, no bojo do simbólico, a partir dessas estruturas (patriarcal e eurocêntrica). Deste modo, percebemos que as mulheres que migraram com suas famílias para a região onde hoje é o município de Santa Terezinha de Itaipu, continuaram a reproduzir as tradições (do patriarcado, do pensamento colonizador europeu) em que o papel social da mulher é bem definido, como pudemos verificar nos relatos de dona Valentina.

Saffioti (1978) aponta que as mudanças nos arranjos familiares, em decorrência da vida moderna, provocadas pelos processos de urbanização e de industrialização, em meados do século XIX até início do século XX, não foram homogêneas na sociedade brasileira. Certas regiões do país, por serem mais afetadas pela imigração europeia, como, por exemplo a região sul, mantiveram e tiveram até reforçadas as estruturas patriarcais de família.

Apesar de inúmeras vezes o trabalho da mulher não aparecer como relevante para a colonização, devido a fatores já pontuados no primeiro capítulo dessa dissertação: como o fato de que a História foi escrita por homens e a mulher foi sistematicamente excluída e invisibilizada nesse processo ou ainda devido à desvalorização do trabalho doméstico realizado por elas; em que pese sua participação na construção do município, elas tiveram sua relevância. É importante destacar que sem o trabalho realizado por essas mulheres, não haveria desenvolvimento, pois as necessidades básicas de sobrevivência, educação e de reprodução da vida, eram elas que as supriam.

Assim, para Quilante;Welter (2013), é possível destacar trabalhos realizados pelas mulheres à época: “trabalhos comunitários, uma ajudando a outra, e a preocupação com a manutenção das famílias unidas, sua educação, saúde, os afazeres domésticos, além de ajudar os maridos no trabalho com o campo”.

Além disso, era a mulher a responsável pela educação dos filhos e por sua formação religiosa. Cabia a mulher manter o bem-estar da família e a conciliação de conflitos. Não é por acaso que as primeiras professoras eram mulheres, que atuavam voluntariamente, e muitas vezes ministravam as aulas em lugares provisórios (QUILANTE;WELTER, 2013).

Como aponta Silva (1995), em 1953 foi inaugurada a primeira escola do município - Escola Municipal da Colonizadora Criciúma – cuja professora era a senhora Dirce Zanetta Smânia, passando a ser auxiliada em 1955, pela senhora Assunta Venson. Em 1957, passou a fazer parte do quadro de professores a senhora Alzira Zilli e, em 1958, a senhora Elvira Arns Eyng.

Para além da responsabilidade de educar, como na época o acesso a médicos era restrito e não havia hospitais nas proximidades, também cabia a algumas mulheres denominadas de “parteiras” auxiliar as gestantes no momento do parto. A senhora Adelaide Alderete foi uma dessas. A medicina natural “das ervas e plantas medicinais” também era conhecida e difundida por mulheres denominadas “curandeiras” e/ou “benzedeiros”. (QUILANTE;WELTER, 2013).

Ainda, segundo Quilante;Welter (2013) o que por vezes não é mencionado é que muitas mulheres também precisaram “ocupar o lugar do homem” em alguns papéis tradicionalmente designados a eles, como tomar decisões relativas à manutenção da propriedade, da família e de seus negócios, por diversos motivos como: doença do marido ou até mesmo a viuvez. Uma administradora, por exemplo, foi a senhora Sebastiana Barusso, que administrou a beneficiadora de arroz da família (PASINI, 2022, p. 81).

De fato, quando se coloca a mulher como sujeita da história percebemos o quanto o seu trabalho não foi apenas coadjuvante, mas sim determinante para o desenvolvimento e para a formação do município de Santa Terezinha de Itaipu.

Já tratamos anteriormente da entrada das mulheres na administração pública em âmbito nacional. Mas como e em que momento a mulher passa a ocupar os cargos públicos, no âmbito do Executivo, no município? O primeiro passo foi a eleição de uma mulher para comandar o mais alto posto do Executivo municipal, a Prefeita Lenir dos Reis Spada.

2.2 A história das mulheres nos cargos municipais em Santa Terezinha de Itaipu

A entrada das mulheres na administração pública municipal coincide com este acontecimento histórico, da emancipação do município e a eleição da primeira Prefeita. Segundo Silva (1995), as seguintes mulheres assumiram cargos na primeira formação do gabinete da Prefeita Lenir Spada: Zélia Zilli e Maria de Lourdes Frasson Zanelatto, como Inspetoras de Ensino. Em fevereiro de 1984, por conta da exoneração do Diretor de Educação, Cultura e Ação Social, Zacarias Fabrício Dias, assumiu a senhora Edir Barusso.

Importante pontuar que neste primeiro momento, para o Legislativo municipal não houve candidatas mulheres, portanto na Câmara Municipal não havia representatividade feminina.

Na próxima gestão, em janeiro de 1989 assume o cargo de chefe do Executivo o senhor José Carlos Montemezzo, que compõe o quadro administrativo com: Zélia Zilli, como inspetora de Ensino, Angela Maria Both Eyng como Chefe de Divisão de Educação, Cultura, Saúde e Ação Social; Sônia Lima Souza como Secretária de Educação, Cultura e Esportes, sendo substituída por Marilene Cócchia Prudêncio em junho de 1991. Para o legislativo foram eleitas duas mulheres: Ana Maria Carlessi e Delci Elena Corbari Pereira (SILVA, 1995).

Em 1993, assume o posto maior do Executivo, o senhor José Luiz Dias, compondo o seu gabinete com: Marilene Cócchia Prudêncio, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Ana Maria Carlessi, Vice-Prefeita e Secretária de Saúde e Ação Social; Delci Elena Corbari Pereira, como Diretora do Departamento de Promoção Social. Nesta legislatura não se elegeram mulheres para o legislativo municipal (SILVA, 1995).

Importante pontuar que a organização administrativa dos cargos do Executivo vem sendo reestruturada constantemente, conforme o governo, e conforme a necessidade. Nota-se que nessa primeira década após a emancipação, a participação das mulheres nos cargos públicos ainda era bastante tímida.

Os dados ora apresentados foram todos retirados do livro “*Na trilha dos pioneiros*”, de autoria do Professor Sebastião Francisco da Silva, o qual se limita a esse período histórico devido a sua pesquisa alcançar até o ano de 1995, data de publicação de seu livro.

Em 1997 assume a Prefeitura, no cargo de chefe do Executivo a senhora Ana Maria Carlessi. A partir deste ponto, nossa pesquisa encontrou limitações, devido à dificuldade de encontrar informações sobre as demais administrações. Recorremos ao sítio da Prefeitura

Municipal e Portal da Transparência do Município de Santa Terezinha de Itaipu, bem como, a biblioteca pública municipal.

No intuito de colher informações referente a participação das mulheres em cargos de direção, nas gestões do Executivo Municipal, referente aos períodos do mandato da senhora Ana Maria Carlessi, nos anos de 1997 a 2000; do senhor Claudio Eberhard, nos períodos de 2001 a 2004; e de 2005 a 2008; de Ana Maria Carlessi, entre 2009 a 2012; e de Claudio Eberhard, no período de 2013 a 2016 e 2017 a 2020, protocolamos o requerimento de número 5.937/2022, via Web, no sítio da Prefeitura Municipal do município, no dia 16 de novembro de 2022. A referida solicitação foi acolhida pelo Gabinete da Prefeita e despachado para o setor de Recursos Humanos, no dia 18 de novembro de 2022, contudo não obtivemos resposta até a presente data.

Outras informações solicitadas no mesmo requerimento tratam de questionamentos quanto a realização de concurso público no município; para quais cargos foi realizado o concurso; quantas mulheres assumiram e em que cargos assumiram.

Quanto à biblioteca pública municipal, não encontramos jornais, nem tampouco revistas ou livros que pudessem auxiliar na busca desses dados.

2.3 A estrutura administrativa do Executivo Municipal

Para que se possa ter uma visão melhor de como se organiza e como se estrutura a administração pública no âmbito do município, aborda-se nesse tópico alguns aspectos relevantes.

Em pesquisa à Lei Orgânica do Município de Santa Terezinha de Itaipu, encontramos que os órgãos que compõem a administração pública no município são os Poderes: Executivo e Legislativo, harmônicos e independentes entre si. Ambos são órgãos que pertencem à Administração Direta. O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal e o Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado pelos Secretários Municipais (SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, 1990).

Nos deteremos aqui apenas na organização administrativa no âmbito do Executivo Municipal, pois, este foi o local escolhido para a realização desta pesquisa. Atualmente a chefe do Poder Executivo é uma mulher, a senhora Karla Galende.

No organograma administrativo disponibilizado no Portal da Transparência do Município, encontra-se a organização administrativa disposta da seguinte maneira: Gabinete

do Prefeito e as seguintes Secretarias: de Administração; Agropecuária e Meio Ambiente; Assistência Social; Esporte e Lazer; Fazenda; Indústria, Comércio e Turismo; Saúde; Obras e Serviços Públicos; e Planejamento, além dos Departamentos de Cultura e Departamento Municipal de Trânsito que não estão ligados diretamente a nenhuma dessas Secretarias.

Ligados diretamente ao Gabinete da Prefeita estão os órgãos de: Assessoria Especial de Governo, Assistência de Gabinete, Assessoria de Gabinete, Assessoria Especial de Captação de Recursos e Relações Institucionais, Controle Interno, Departamento de Comunicação Social, Procuradoria Geral do Município, Assessoria Técnica Especial.

As Secretarias se subdividem conforme disposição abaixo:

Tabela 1 – Organização Administrativa do Município

SECRETARIAS	DEPARTAMENTOS
Secretaria de Administração	Depto. Administrativo
	Depto. Compras, Licitações e Contratos
	Informática
	Depto Recursos Humanos e Gestão de Pessoal
	Depto. Segurança Patrimonial

Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	Depto. de Agropecuária
	Depto. de Meio Ambiente
	Depto. de Resíduos Sólidos

Secretaria de Assistência Social	Depto. Gestão de Sistema de Assistência Social
	Depto. de Proteção Social
	Depto. de Habitação

Secretaria de Esportes e Lazer	Depto. de Esportes

Secretaria de Educação	Depto. do Sistema de Ensino Municipal
Secretaria de Saúde	Depto. de Saúde
	Depto. de Urgência e Emergência
	Depto. de Especialidades
	Depto. de Gestão Administrativa
	Depto. de Saúde Bucal
	Depto. de Assistência Farmacêutica
	Depto. de Vigilância em Saúde

Secretaria de Obras e Serviços Públicos	Depto. de Obras e Serviços Públicos
	Depto. de Obras e Serviços Rodoviários

Secretaria da Fazenda	Depto. de Tesouro
	Depto. de Receita e Cadastro Técnico Urbano
	Depto. de Orçamento e Gestão Fiscal

Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo	Depto. de Indústria e Comércio
	Depto. de Turismo

Secretaria de Planejamento	Depto. de Planejamento Urbano e Projetos

Fonte: Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu- PR, disponível em: stitaipu.pr.gov.br/transparencia/organograma.html

Cada Secretaria é administrada por um Secretário ou Secretária e cada Departamento é administrado por um Diretor ou Diretora. Os departamentos ainda são subdivididos em Divisões e Seções, onde para cada um, há um Chefe de Divisão ou Chefe de Seção respectivamente.

Quanto a estrutura administrativa de Santa Terezinha de Itaipu, no âmbito do Executivo Municipal, é formada por cargos de provimento efetivos que são ocupados por servidores concursados, de carreira; cargos de provimento em comissão de livre nomeação

e exoneração, que são respectivamente de Assessoramento, Chefia e Direção; cargos de agentes políticos; e cargos de função gratificada.

Importante mencionar que os cargos de provimento efetivo são todos cargos técnicos, estruturados da seguinte forma: **I** - AA - Grupo Apoio à Administração; **II** - OP - Grupo Operacional; **III** - FV - Grupo Fiscalização e Vigilância; **III** - TP - Grupo Técnico-Profissional; **IV** - PS - Grupo Profissional Superior. (SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, 2022).

Todos os cargos de nível hierárquico superior, ou seja, que requeiram competências de tomada de decisão, são necessariamente cargos de provimento em comissão, que tem a sua nomeação baseada na confiança da autoridade nomeante para com o nomeado, e podem ser ocupados por qualquer cidadão que preencha os requisitos necessários estipulados em lei.

Direção e chefia pressupõem competências decisórias e o exercício do poder hierárquico em relação a outros servidores, conforme atribuições previstas na lei em sentido formal que institui os respectivos cargos ou funções de confiança; os cargos de direção estão relacionados ao nível estratégico da organização, enquanto os cargos de chefia atuam no nível tático e operacional. (TCE-PR, Acórdão Nº 3212/21)

A Constituição Federal de 1988 determina em seu Art. 37, Inciso V, que desses cargos comissionados, exista previsão legal que determine o mínimo percentual de cargos que sejam ocupados por Servidores Efetivos. Ou seja, há previsão, na legislação, inclusive na legislação do próprio município de que estes cargos sejam providos por servidores de carreira. Neste caso, quando o servidor efetivo assume um cargo em comissão ele necessariamente se afasta do cargo efetivo, passando a perceber a remuneração do cargo comissionado.

De acordo com a Lei Complementar Nº 240/2022, de 01 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a Estruturação do Quadro de Pessoal do Município de Santa Terezinha de Itaipu e o Plano da Carreira dos seus Servidores, verificou-se que há 128 cargos comissionados existentes na estrutura da administração do Município, contudo nem todos estão ocupados. Desses, 18 cargos são de Assessoramento, 31 de Direção e 79 são cargos de Chefia.

Em apuração realizada no Portal de Transparência da Prefeitura de Santa Terezinha de Itaipu, em outubro de 2022, verificou-se que há 107 cargos de provimento em Comissão ocupados. Dentre esses, 31 são cargos de direção, que são o foco desta pesquisa. Verificou-se que 14 são ocupados por homens e 17 são ocupados por mulheres. Contrariando o que

vinha sendo pesquisado até o momento, no município, especificamente nesses cargos, as mulheres estão em quantitativo maior do que os homens. Contudo, em verificação mais apurada, por Secretarias, notou-se que há uma disparidade de gênero: o maior número de cargos de direção ocupados por mulheres estão nas Secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social. Essa constatação coaduna com o exposto no item 1.4 do primeiro capítulo dessa dissertação, conforme exposto por Barroso (1988) e Melo; Thomé (2018) e apenas reafirma o papel social da mulher enquanto aquela que cuida.

Em relação aos salários, conforme apurado também no Portal da Transparência, verificamos que todas as Diretoras e Diretores de Departamento recebem a mesma remuneração, conforme o símbolo e nível de vencimento (CC2), de acordo com o disposto no Anexo III da Lei Complementar Nº 240/2022.

3 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Nesse capítulo nos dedicaremos a expor as bases teórico-metodológicas que escolhemos trilhar. Tomamos como base o materialismo histórico dialético como caminho epistemológico e os pressupostos teóricos e analíticos da Análise do Discurso de base materialista, para nos auxiliar nesse percurso.

3.1 O Materialismo histórico-dialético como caminho epistemológico

Para pensarmos as bases epistemológicas do trabalho é preciso lembrar que ao falar da história a partir das relações de produção, fala-se de como, na luta de classe, posicionam-se trabalhadoras e trabalhadores e os donos de meio de produção.

No primeiro capítulo, a categoria trabalho foi mobilizada para pensar o lugar da mulher dentro da classe trabalhadora, mesmo que ainda de forma sumária, tal debate é importante, pois desnaturaliza a homogeneidade em torno do trabalho em dois aspectos que consideramos relevantes, considerando o nosso objeto: o primeiro de que ele é o centro da sociedade (pensado em sua forma capitalista) e o segundo de que possa ser classificado de acordo com sua importância (há trabalhos melhores e há trabalhos de menor valor, há o trabalho intelectual e há o trabalho braçal).

E se o mobilizamos é pensando que a base da história marxista que sustenta o materialismo histórico e dialético, não se faz pela tentativa idealista de explicação do mundo concreto, mas é o mundo concreto que fornece elementos para reflexão teórica, filosófica e da própria história.

Para sustentação de nossas bases metodológicas de trabalho, vamos pensar dois movimentos: a) a reflexão de qualquer objeto científico a partir da base materialista e b) o conjunto de métodos para tal reflexão. O primeiro passo é pensar que toda ciência de base materialista tem relação com a história – enquanto concepção de arranjo das práticas sociais organizadas no interior das relações de produção – e com o real, tomado aqui, na acepção althusseriana “a primazia do real sobre seu conhecimento, ou primazia do ser sobre seu pensamento” (ALTHUSSER; BADIOU, 1979, p.42).

É devido a isso que nos valem da vertente epistemológica que é a concepção materialista, criada a partir de Marx, que busca entender a realidade do mundo a partir de

sua totalidade. Leite (2019) ao tratar do materialismo marxista pontua que o que move a evolução da história é a luta de classes. A sociedade se organiza de forma a manter uma estrutura com base na propriedade privada e na exploração do trabalho assalariado do proletariado. É através dessas observações e análises que Marx funda o materialismo histórico dialético que procura “compreender a realidade do mundo a partir das grandes transformações da história e das sociedades humanas” (LEITE, 2019, p. 49). Materialista no sentido de entender a condição material da existência humana, histórico, pois compreende que a existência do ser humano é condicionada historicamente e dialético, uma vez que considera o movimento de contradição na própria história (LEITE, 2019, p. 49).

Quando Marx descreve a sociedade burguesa, seu objeto de pesquisa, ele a descreve como “o produto da ação recíproca dos homens” (Marx, 2009, p. 244), portanto, na contramão do que normalmente aprendemos em metodologia da pesquisa, e nas ciências da natureza - onde o pesquisador deve manter uma postura de distanciamento de seu objeto - em Ciências Sociais, o homem não vê o seu objeto “de fora”, mas sim, está implicado no objeto de pesquisa. Para Netto (2011, p. 23) “a pesquisa – e a teoria que dela resulta – da sociedade exclui qualquer pretensão de “neutralidade”, geralmente identificada com “objetividade”.

Nesse sentido, ao nos debruçarmos sobre o nosso objeto de estudo, o qual é a observação do trabalho da mulher no contexto da Administração Pública, ocupando cargos de direção, e utilizando a entrevista como técnica de coleta de dados, entendemos que já estamos nos posicionando enquanto pesquisadora e enquanto participante da pesquisa, em um movimento dialético.

Partimos, pois, da ideia de que tudo pode ser explicado e racionalmente conhecido, pois parte-se da realidade concreta, do mundo material, para a compreensão da totalidade. E é a realidade concreta, nos termos de Kosik (2002) que nos ajuda a pensar justamente nos pontos lacunares, uma vez que

complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade (KOSIK, 2002, p.15).

A pseudoconcreticidade é, em nosso entendimento, um ponto angular para observarmos o funcionamento das repetições estruturais em torno dos sistemas patriarcais, pois o efeito de evidência provocado pela regularidade de um sistema simbólico burguês, machista e capitalista, por exemplo, faz funcionar o regramento em torno das formas de existência das mulheres e do modo que elas podem existir. Esse efeito de naturalização é também sustentado na discursividade que tenta arranjar a estrutura da língua de modo a fazê-la transparente e inequívoca.

Para explorarmos o conceito de totalidade, vamos tomar a leitura marxista proposta por Kosik (2002, p. 42), para quem a totalidade é a realidade concreta, não de forma automatizada, mas fundamentalmente, por meio do questionamento “o que é a realidade?” A questão fundante do processo investigativo da realidade desmobiliza a ordem da evidência e faz com que as leituras em torno no objeto passem a não responder apenas a modelos descritivos e quantitativos de elaboração científica.

Em nosso caso, para tentarmos exemplificar, poderíamos levantar questionamentos da seguinte ordem: por que o trabalho realizado pelas mulheres nos espaços privados não é contabilizado? Por que a divisão dos trabalhos considerados domésticos ainda é um problema? Por que em prefeituras, ou na administração estatal, vemos poucas mulheres em cargos de chefia, comandando secretarias municipais, estaduais ou mesmo ministérios da governança?

O questionamento daquilo que se apresenta como naturalizado desloca a totalidade, pois o

Princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como um momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função dupla, a única capaz de dele fazer efetivamente um fato histórico: de um lado, a definir a si mesmo, e de outro, definir o todo [...] (KOSIK, 2002, p.49)

E se tratamos da dialética como modo de funcionamento da realidade concreta é pelo fato de que

o conhecimento dialético da realidade não deixa intactos os conceitos no ulterior caminho do conhecer, não é uma sistematização dos conceitos que procede por uma soma, sistematização essa fundada sobre uma base

imutável e encontrada uma vez por todas: é um processo em espiral mútua compenetração e elucidação dos conceitos, no qual a abstratividade (unilateralidade e isolamento) dos aspectos é superada em uma correlação dialética, quantitativo-qualitativa, regressivo-progressivo (KOSIK, 2002, p.50).

Pensar no percurso metodológico pela ótica materialista dialética desenha, então, um caminho rigoroso no que tange às práticas de chegada ao objeto, sem deixar de pensar o funcionamento do todo estruturado, mas não de forma imutável.

Podemos, então, com uma lupa, olhar para o trabalho das mulheres na administração pública, mas antes ainda, o trabalho das mulheres, antes ainda as mulheres na sociedade capitalista, a sociedade capitalista, etc. A espiral de construção do pensamento científico na concepção dialética não é, como disse Kosik, somatória, mas organizadora. O fato histórico da luta das mulheres por condições igualitárias de trabalho, não está apartada da luta da classe operária em um sistema capitalista. Por isso o todo complexo é fundamentalmente construído por partes conectadas e indissociáveis. A separação torna tanto a parte como o todo vazios.

E para pensarmos em nossa pesquisa é preciso, antes, apresentarmos alguns pontos: a) estamos lidando, para análise, com os pressupostos teóricos e analíticos da Análise de Discurso francesa que tem sustentação no funcionamento da sociedade a partir da luta de classes e o materialismo histórico como o princípio para a compreensão dos processos discursivos; b) a análise de discurso faz funcionar uma tríade: ideologia, discurso e língua que não podem ser pensadas como uma soma de partes (à exemplo da totalidade), mas como um funcionamento indissociável de elementos que organizam sentidos.

Na sequência explicaremos como estabelecemos a construção do corpus discursivo, para a realização das análises propriamente ditas, a partir das entrevistas realizadas com as diretoras de departamento inseridas na estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu.

3.2 A construção do corpus discursivo

Estabelecer o corpus de análise é, do ponto de vista da orientação metodológica da pesquisa, um dos trabalhos mais complexos, pois exige um movimento duplo: estabelecer a forma que ele terá e em quais condições de produção ele será tomado. Para pensarmos

tais elementos, tomaremos o dito por Courtine (2009, p.54)

Definiremos um *corpus discursivo* como um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP [condições de produção] do discurso. A constituição de um *corpus* discursivo é, de fato, uma operação que consiste em realizar, por meio de um dispositivo material de uma certa forma (isto é, estruturado conforme um certo plano), hipóteses emitidas na definição dos objetivos de uma pesquisa (COURTINE, 2009, p.54)

Uma das questões da construção do corpus discursivo é o modo como o montamos. Consideramos que o corpus que estamos montando em nosso trabalho é experimental, ou seja, constituído “a partir de pesquisas empíricas por questionários, por respostas a certas regras...” (COURTINE, 2009, p.58), entretanto, o próprio autor aponta para a menor frequência de tal tipo de trabalho dentro do campo teórico da Análise de Discurso.

A raridade nos faz dimensionar um envolvimento maior com a entrevista - não apenas a transcrição - mas toda a construção das escolhas das entrevistadas, das perguntas a serem feitas e para tentar refletir o movimento metodológico da entrevista vamos lançar mão de um encaminhamento mais comum no campo de estudo da História: a história oral e seus desdobramentos.

É importante lembrar que enquanto campo do saber, a AD é, por fundação, uma disciplina de entremeio (ORLANDI, 2002), cujas fronteiras teóricas são porosas e moventes e assim podemos ocupar de forma provisória metodologias e reflexões de outras áreas do saber.²⁴

Assim, nas duas primeiras partes de nosso trabalho, tentamos estabelecer as condições de produção no sentido marxista: como mulheres e trabalho se encontram nas formações sociais e, em especial, como as mulheres de Santa Terezinha de Itaipu, servidoras públicas, trabalham. Para fazer isso, escolhemos a entrevista como técnica de coleta de dados e o processo de seleção das entrevistadas foi bastante complexo. Havíamos definido que seriam apenas as concursadas em cargos de chefia e/ou direção, ou seja, aquelas do quadro permanente sem indicação externa. Mas um dado chamou atenção: em tais condições seriam pouquíssimas - o que já nos mostra, de algum modo, o

²⁴ É importante lembrar que outros conceitos como o de memória já nos é emprestado da História. Mesmo os sentidos produzidos pelas palavras, na perspectiva materialista de análise, são sentidos que estão em disputa na luta de classes., pois “a Linguística é solicitada constantemente para fora do seu domínio” (PÊCHEUX, 2009, p. 77)

funcionamento da ocupação de tais cargos – entretanto, depois do seminário de teses e dissertações realizado em meados de 2022, por conta das sugestões da banca, optamos por ampliar o quadro de possível entrevistadas.

Desse modo, as mulheres escolhidas para o desenvolvimento dessa pesquisa foram todas as servidoras públicas, em cargos em comissão, que ocupam cargos de cunho decisório e poder hierárquico maior, dentre eles: os cargos de direção, dispostos em diversos setores da Prefeitura do Município de Santa Terezinha de Itaipu. Optamos aqui, por não considerar os cargos de Prefeita e de Secretárias, por serem cargos de agentes políticos.

Como mencionado anteriormente, no capítulo 2, são esses cargos que estão relacionados ao nível estratégico da organização e, por serem o cargo mais alto dentro dos departamentos, o nível de exigência é maior, bem como, a responsabilidade, o comprometimento e até mesmo a quantidade de tempo dedicado a ele. O recorte foi definido através de levantamento prévio realizado junto ao órgão, onde se constatou que há 17 (dezessete) mulheres ocupando atualmente cargos de direção, nos seguintes departamentos: Recursos Humanos e Gestão de Pessoal, Comunicação Social, Orçamento e Gestão Fiscal, Tesouro, Meio Ambiente, Sistema de Ensino Municipal, Assistência Farmacêutica, Especialidades, Gestão Administrativa, Saúde, Urgência e Emergência, Vigilância em Saúde, Saúde Bucal, Indústria e Comércio, Turismo, Sistema de Assistência Social, e Habitação. Deste modo, definiu-se que as entrevistas seriam direcionadas a essas mulheres.

Feitas tais considerações para o modo como organizamos as entrevistadas, pontuaremos as questões e a coleta de dados propriamente dita.

3.3 A entrevista em pesquisa no campo da AD: um caminho metodológico em construção

Antes de adentrarmos na questão da pesquisa, é importante salientar que em toda a pesquisa que envolve seres humanos há a questão ética. A ética é parte do funcionamento da investigação, pois permitiu que todas as envolvidas no processo soubessem como e em quais condições a pesquisa foi realizada. Para tanto, as perguntas que serão abaixo descritas tramitaram antes no Comitê de Ética da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. As participantes também assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE, e terão, ao término da investigação, acesso aos resultados da pesquisa.

É preciso salientar que pesquisar as condições históricas em andamento não é uma tarefa que tenha por objetivo um resultado, pois a escuta das servidoras nos permitiu andar por caminhos que continuam sendo delineados. Como pontuamos anteriormente, estamos lidando com um objeto, uma parcela da totalidade concreta, observada em um momento específico, constituída pela dialética e pela contradição que são próprias da construção da história, na perspectiva materialista que adotamos.

Mas organizamos o questionário a partir de nosso objetivo de pesquisa, que é analisar a percepção das mulheres servidoras públicas do Executivo Municipal, que ocupam cargos de direção, quanto a temas que as afetam, como trabalho, família, discriminação e qualificação. As entrevistas são, na perspectiva experimental, um caminho a ser construído, isto porque, tomando da história oral algumas definições,

a pesquisa e a documentação estão integradas de maneira especial, uma vez que é realizando uma pesquisa, em arquivos, bibliotecas, etc., e com base em um projeto que se produzem entrevistas, que se transformarão em documentos, os quais, por sua vez, serão incorporados ao conjunto de fontes para novas pesquisas. A relação da história oral com arquivos e demais instituições de consultas e documentos é, portanto, bidirecional: enquanto se obtém, das fontes já existentes, material para a pesquisa e a realização de entrevistas, estas últimas tornar-se-ão novos documentos, enriquecendo e, muitas vezes, explicando aqueles que se recorreu de início (ALBERTI, 2005, p.81)

A reflexão acima, em certa medida, atesta a importância em torno da coleta de dados que, obviamente, não se trata de recolher apenas dados. Hobsbawm (2013, p.284) aponta para a precariedade em torno da falta de “um corpo material” para a narrativa da história dos movimentos de massa. Para o autor,

Em muitos casos, o historiador dos movimentos populares descobre apenas o que está procurando, não o que já está esperando por ele. Muitas fontes para a história dos movimentos populares apenas foram reconhecidas como tais porque alguém fez uma pergunta e depois sondou desesperadamente em busca de alguma maneira – qualquer maneira – de respondê-la (HOBSBAWN, 2013, p.285).

Os dizeres do historiador retomam, de algum modo, o apontamento feito por Courtine (2009) apresentado anteriormente: a experimentação na montagem do corpus é marcada pela forma como indagamos a realidade concreta: por que tão poucas mulheres estão em cargos administrativos de chefia e direção? Para tentar responder tal questão que se desdobra em tantas outras, olhamos para uma narrativa não consolidada ou glorificante,

nos termos de Hobsbawm, olhamos para o dia-a-dia, para os vãos da grande narrativa historiográfica.

Nesse sentido, as entrevistas mobilizam complexidades distintas daquelas que são apresentadas nos corpora constituídos por arquivos, algumas dessas complexidades conforme pontuou Ferraça (2022) ainda estão no devir da construção teórico-metodológica da Análise do Discurso, mas que nos provocam: como definimos as questões? Quais os sentidos que tais questões vão mobilizar no jogo pergunta/resposta? Como aquilo que não é enunciado é dito? Como lidamos com os silêncios, pausas, etc.? Mesmo que não respondamos todas as questões aqui levantadas, é importante, ainda conforme pontuou Ferraça (2022), refletirmos sobre o papel da entrevista nas pesquisas em Análise de Discurso e como, feita a entrevista, serão organizados os recortes para análise.

E tendo todas as reflexões acima no horizonte é que construímos tanto o percurso da entrevista (como entrevistar, quem, onde, de que forma, gravar ou não) até as perguntas.

Conforme apontado anteriormente, o arranjo das questões é uma tentativa de formular possíveis meios de responder os objetivos de pesquisa. Mas há um conjunto de elementos que aparecem ainda de forma muito incipiente no campo da pesquisa com entrevista em AD que estão em jogo: como entrevistar? Quais os meios de registro da entrevista? Com quais questões é melhor começar?

Paul Thompson (1992), em *A voz do passado: história oral*, apresenta um conjunto de elementos a serem pensados antes da entrevista. Tais elementos vão desde uma exploração antecipada do campo de trabalho em que a entrevista se fará presente e, no caso de nossa pesquisa, o fato de vivenciar a dinâmica do serviço público municipal já se apresentou como um *locus* privilegiado, pois permitiu que as condições de produção fossem observadas e a compreensão das respostas partida, de alguma maneira, de um reconhecimento de tais condições.

Entretanto, em nossa tentativa de pensar a entrevista na AD, não nos interessa o controle em torno da entrevista, a busca por respostas específicas, mas compreender o modo como as mulheres se posicionam diante de questionamentos que afetam suas existências. Tentar compreender o simbólico da estruturação patriarcal em atividades administrativas, observar deslizos, contradições, falhas. O percurso da entrevista é em si uma discursividade que se apresentará para análise, para leituras e sentidos.

Talvez, o debate seja que o lugar do entrevistado materialize, como pontuou Hobsbawm (2013) os espaços lacunares. Mas não lacunares no sentido apenas de falta de,

mas de como as faltas (ou preenchimentos) são organizadas pelas diferentes classes. Assim, a tentativa da construção das perguntas foi a de tentar estabelecer um fio condutor para as entrevistas. Abaixo passaremos para a descrição das perguntas.²⁵

A primeira parte do questionário destina-se a obter alguns dados pessoais das entrevistadas. As primeiras perguntas, de um a três, são direcionadas a apresentação profissional e a compreender quais os desafios enfrentados por essas mulheres durante a trajetória na carreira, além de buscar compreender se consideram importante uma maior escolarização e experiência profissional para ascender profissionalmente.

Já a pergunta de número quatro refere-se a família e trabalho, no sentido de compreender como administram suas vidas pessoal e profissional e de que forma conciliam essas tarefas.

Em relação às questões de número cinco e seis, referem-se à percepção que as servidoras têm sobre discriminação de gênero em seu ambiente de trabalho. Se percebem que o fato de ser mulher possa ter dificultado ou facilitado o acesso ao cargo, se houve alguma discriminação e por parte de quem.

As últimas questões, quais sejam, número sete e oito, referem-se ao relacionamento entre homem e mulher, no sentido de verificar qual a visão das servidoras em relação ao esforço que uma mulher deve realizar para que seu trabalho seja reconhecido e qual sua percepção no que se refere as desigualdades de gênero dentro da Administração Pública.

O primeiro passo foi entrar em contato com essas servidoras para agendar local e horário para a realização das entrevistas. O procedimento foi contatá-las via redes sociais como e-mail e WhatsApp. Os contatos foram obtidos, mediante autorização prévia dessas mulheres, com outros membros da Prefeitura, com os quais a pesquisadora já tinha contato. Todas as 17 (dezesete) diretoras foram contatadas. Dessas, 15 (quinze) mulheres responderam afirmativamente prontificando-se a participar e 2 (duas) não se manifestaram. Dentre as que se disponibilizaram a participar, 2 (duas) manifestaram objeção em serem entrevistadas pessoalmente, alegando motivos pessoais e 3 (três) devido à falta de tempo, contudo se dispuseram a responder o questionário (roteiro prévio) por escrito e encaminhá-los posteriormente; e 1 (uma) das servidoras não pode participar da entrevista agendada por ter entrado em licença maternidade antes do período previsto. Das que se dispuseram a enviar

²⁵ O questionário completo pode ser visualizado no Anexo I

o questionário preenchido, apenas 3 (três) devolveram. Portanto, a quantidade de mulheres efetivamente entrevistadas foram 9 (nove) e 3 (três) que encaminharam os questionários.

Na sequência, optamos pela utilização apenas das entrevistas orais por considerar que na oralidade o sujeito se coloca de forma mais espontânea, liberto das amarras da escrita. Além disso, por tratar-se de entrevista semiestruturada, em que se tem apenas um roteiro como base, existe a possibilidade de flexibilidade, podendo ser alterado conforme o pesquisador sente a necessidade, dependendo da resposta de seu interlocutor. Durante a análise dos questionários que foram respondidos por escrito percebeu-se que por vezes, os sujeitos da pesquisa se detiveram a responder pontualmente à questão, de maneira formal e objetiva, talvez pela rigidez da forma de elaboração do roteiro, e em alguns momentos nos parece que até mesmo a compreensão das perguntas ficaram comprometidas.

Das 9 (nove) entrevistas, 7 (sete) realizaram-se no local de trabalho das servidoras entrevistadas e duas realizaram-se no local de trabalho da pesquisadora, mediante contato prévio, nos dias e horários pré-agendados, entre os dias 17 de outubro e 17 de novembro de 2022. Antes do início de cada entrevista, a pesquisadora apresentou o TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido²⁶ e solicitou a assinatura de cada uma para que obtivesse a autorização para realizar a gravação e a transcrição das falas. Além disso, as servidoras foram alertadas quanto a garantia de confidencialidade e a privacidade das informações prestadas e que qualquer dado que pudesse identificá-las seria omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, bem como, o material seria armazenado em local seguro e somente teriam acesso a eles, a aluna e sua professora orientadora. O questionário utilizado consta no Anexo I deste trabalho.

Todas as mulheres autorizaram a gravação das entrevistas, portanto, optou-se por não realizar anotações nesse momento, no intuito de manter o vínculo (olho no olho), com o sujeito da pesquisa, no sentido de passar segurança e interesse pelo assunto abordado.

Interessante pontuar que algumas mulheres se sentiram muito à vontade desde o início da entrevista e falaram livremente, contando suas experiências e suas percepções com riqueza de detalhes. Com essa abertura, foi possível, inclusive, adicionar algumas questões que não estavam estabelecidas previamente. Algumas, por outro lado, iniciaram a entrevista com certa timidez, mas, no decorrer do processo, sentiram-se confortáveis e conseguiram responder às questões com mais liberdade. Outras, ainda, se limitaram a responder

²⁶ Disponível na íntegra no Anexo II

pontualmente o que a questão solicitava. Compreendemos que todo esse processo é constitutivo de uma entrevista semi-estruturada e que privilegie uma investigação qualitativa do fenômeno, em um corpora experimental.

Em determinados momentos, quando não compreendia muito bem o que a entrevistada queria dizer com aquela afirmação, questionava: “como assim?”, fazendo com que a entrevistada refletisse por um momento e prontamente respondesse com uma paráfrase²⁷. Como apontado por Orlandi (2020),

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito, em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. Por isso é inútil, do ponto de vista discursivo, perguntar para o sujeito o que ele quis dizer quando disse “X” (ilusão da entrevista *in loco*). O que ele sabe não é suficiente para compreendermos que efeitos de sentidos estão ali presentificados (ORLANDI, 2020, p. 30).

Desse modo, para o que nos propomos analisar, que são as sequências discursivas, a partir do aporte teórico da AD, não faz diferença se o sujeito disse “isto” com essas ou com aquelas palavras. Não importa o conhecimento ou o controle que ele tem sobre o que diz, mas sim, o que ele diz.

Orlandi (2020, p. 32) ainda acrescenta que “ao falarmos nos filiamos a redes de sentidos, mas não aprendemos como fazê-lo, ficando ao sabor da ideologia e do inconsciente”. É a nossa relação com a língua e a história, além do modo como vivenciamos nossas experiências, através da ideologia, é que seremos atingidos por determinados sentidos e não outros (ORLANDI, 2020).

Após esse primeiro momento, passamos a transcrição dos dados. O momento da transcrição já nos proporcionou grande reflexão sobre a quantidade de informações que foram possíveis coletar, além da riqueza das informações prestadas e do quão complexo seria nosso trabalho de escolha, recorte e análise das sequências discursivas. É preciso lembrar que enquanto pesquisadores também somos atravessados constantemente, pela história e pela língua. O pesquisador, em Ciências Sociais, é um sujeito que, ao mesmo tempo em que produz conhecimento, vai se constituindo enquanto pesquisador. Podemos pensar na

²⁷ Segundo Orlandi (2020, p. 34), “os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer”.

pesquisa nesse campo, como um processo dialógico e ideológico, onde pesquisador e pesquisa vão se constituindo de forma recíproca.

O recorte, portanto, ocorreu a fim de selecionar as sequências discursivas, a partir do questionário utilizado que serviu de roteiro para responder às indagações que nortearam nossa pesquisa, ou seja, de forma a atender os objetivos propostos. Privilegiamos, assim, as questões por sua repetibilidade e também por sua singularidade, em alguns casos.

Para melhor visualizar o perfil das mulheres entrevistadas, montamos a seguinte tabela.

Tabela 2 – Perfil mulheres entrevistadas

IDADE	FORMAÇÃO	ESTADO CIVIL	FILHOS
40	Pós-graduação especialização	Casada	03
41	Graduação	Casada	02
48	Cursando Graduação	Casada	02
48	Pós-graduação especialização	Viúva	01
38	Pós-graduação especialização	Casada	02
42	Graduação	Casada	01
33	Pós-graduação especialização	União estável	00
31	Pós-graduação Mestrado	Casada	00
39	Pós-graduação especialização	Casada	02

Fonte: Dados da pesquisa

4 ANÁLISE DE DADOS

Esse capítulo tem por objetivo apresentar as sequências discursivas, selecionadas a partir do recorte das entrevistas, para a realização das análises.

4.1 Análise de Discurso: um encontro da língua com o real

O percurso teórico metodológico feito até aqui nos permitiu pensar o modo como chegaríamos às entrevistas. A entrada no objeto de análise é, sem dúvida, um dos momentos mais importantes da pesquisa, pois definirá todo o percurso analítico.

A proposta de análise é: observar no interior das condições de produção específicas como a do trabalho das mulheres o funcionamento de duas formações discursivas diferentes: o que chamaremos de Formação Discursiva Feminista (FDF) e a Formação Discursiva Patriarcal (FDP). A opção pela nomenclatura patriarcal é pelo que dissemos no primeiro capítulo em relação ao modo como o patriarcado (em uma certa medida alinhado à Formação Social Capitalista) é estruturante das formas simbólicas da existência tanto de homens, como de mulheres e também de suas relações de trabalho.

Feito tal movimento, passaremos à análise do corpus constituído pelas respostas das entrevistadas divididos em 3 temas: trabalho, estudo e família. Tomaremos como sequência discursiva de referência as respostas dadas, uma vez que, de acordo com Courtine (2009), as sequências discursivas de referência (doravante SDR) serão relacionadas a

um sujeito da enunciação como a uma situação de enunciação determináveis em relação a certo número de coordenadas espaço-temporais e mais geralmente circunstanciais (tempo da enunciação, lugar da enunciação, circunstâncias da enunciação, que incluem a presença de alocutários determinados (COURTINE, 2009, p. 108).

Em nosso contexto de pesquisa, as sujeitas da enunciação foram entrevistadas a partir da condição de trabalhadoras na administração pública direta do município de Santa Terezinha do Itaipu, ocupantes de cargos que exigem tomadas de decisões, trabalhadoras, no interior da luta de classes e que, de um modo geral, não têm, com frequência o registro

de fala feito. Entendemos também que a escolha da SDR coaduna com o apontado por Courtine (2009),

Escolher uma sequência discursiva de referência equivale assim a determinar a pertinência histórica de tal conjuntura, a situar a produção dessa sequência na circulação de formulações trazidas por sequências discursivas que se opõem, se respondem, se citam...., a descrever, enfim, o âmbito institucional e as circunstâncias enunciativas dessa produção (COURTINE, 2009, p.108)

Apontamos, considerando a citação, que estamos trabalhando com um corpus experimental e, como tal, tateamos os desdobramentos da análise considerando o programa metodológico escolhido. Entretanto, ao falarmos de mulheres, em especial, mulheres que tentam organizar suas próprias narrativas, colocamos em movimentos outros lugares da história que movimentam (ainda que lentamente) o simbólico arranjado sobre a ótica do patriarcado. Definido o que entendemos por sequência discursiva de referência, passaremos à definição de Formação discursiva e é dela que retiraremos nossos recortes para análise.

Antes de adentrar o conceito de Formação Discursiva, consideramos necessário primeiramente mobilizar outros dois conceitos importantes em AD, que formará parte de nosso dispositivo analítico, os conceitos de: Formação ideológica e Contradição. Como apontam Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997, p. 166) “cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem 'individuais' nem 'universais', mas se relacionam mais ou menos diretamente as posições de classes em conflito umas com as outras”.

Ou seja, dentro dos AIE, é possível encontrar várias formações ideológicas que correspondem, de certa maneira, às duas diferentes classes sociais (as dos detentores dos meios de produção e a dos proletários), ou ainda, aos fragmentos de classes relacionados a cada uma delas, segundo Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997).

Quando afirmamos que os sujeitos, no caso de nossa pesquisa, as mulheres, são interpeladas, dentro de uma determinada Formação Ideológica, por Formações Discursivas Patriarcais e Feministas, é que nos ancoramos em Pêcheux e Fuchs, que explicam,

a interpelação, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção

(ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas)
PÊCHEUX E FUCHS ([1975] 1997, p. 165-166).

É importante levar em consideração também que a ideologia promove uma naturalização dos sentidos. Uma falsa impressão de que os sentidos parecem ser límpidos, transparentes, óbvios. No entanto, as palavras têm inúmeros sentidos que podem ser diferentes conforme a posição-sujeito.

As palavras, expressões, proposições, etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (...) nas quais essas posições se inscrevem (PÊCHEUX, 1997, p. 160).

Podemos pensar que no interior do Aparelho Ideológico da família, encontramos uma Formação ideológica que organiza o lugar da mulher e do homem. E mesmo em se tratando de uma família burguesa ou uma família proletária, para usar os termos de Engels (2021), há um funcionamento em comum. O lugar do homem é provendo e o da mulher é cuidando. O homem é o “senhor da palavra”, aquele a quem cabe o domínio da fala, do que diz respeito ao público, à mulher, aquela que cala, a que deve se conter, manter-se submissa e de preferência contentar-se em exercer suas funções no âmbito do privado.

Tomemos como exemplo o relato oral produzido pela pioneira da cidade (ver capítulo 2, item 2.2), para compreender melhor esse funcionamento. No momento em que dona Valentina afirma que ela não tinha que pedir autorização ao marido para realizar os afazeres fora do âmbito doméstico (as atividades relacionadas a igreja ou os serviços comunitários que prestava, além da própria atividade profissional), ela não percebe que enquanto sujeito, ela está, quer tenha consciência disso ou não, inserida em uma Formação ideológica, e é interpelada pela ideologia dominante dentro dessa formação. E que, por mais que ela não precisasse se reportar ao marido, esse não era o modo de funcionamento comum para a época, no interior de uma família tradicional.

Em seu caso, especificamente, talvez o elemento chave fosse o fato de que tanto ela como o marido, detinham uma posição social, que para a época era de privilégio. Ambos professores. Ou seja, dona Valentina, já havia rompido algo, no passado, como forma de resistência: escolher o estudo em detrimento da herança. Além disso, podemos levantar a seguinte hipótese: e se, dona Valentina, à época, tivesse se interessado em envolver-se com

outras atividades públicas, como a política, por exemplo, ela seria autorizada? Muito provavelmente não.

E é aqui que entra o conceito de Contradição. É preciso lembrar o que nos diz Althusser (1999) a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção é própria da dinâmica do modo de produção capitalista e das práticas ideológicas. Desse modo, Pêcheux (1997) propõe que por meio da contradição seja possível falar em *reprodução-transformação (das estruturas sociais ou do sentido)*, assim como proposto por Althusser (1999). Relembrando o próprio Pêcheux (1997, p. 127), “os aparelhos ideológicos são heterogêneos [e] os AIE não são puros instrumentos da ideologia dominante, mas resultado de uma intensa e contínua luta de classes”.

É no interior desses mesmos aparelhos que se encontra a contradição. E para haver transformação é necessário haver primeiro a contradição. Portanto, se pensarmos que as formações discursivas abrigam a contradição, é possível notar as diferentes posições sujeito em funcionamento, trazendo em seu bojo a possibilidade do diferente, do novo e da resistência.

A partir desse ponto é que trataremos sobre Formação discursiva e para tratá-lo em nossa pesquisa, vamos partir da definição proposta por Pêcheux (1997, p. 160)²⁸ “Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”. Pêcheux (1997), toma a ideologia junto a noção de sujeito “como princípio organizador da formação discursiva” (INDURSKY, 2005, p. 4).

É preciso compreender, pois, que o sujeito da Análise do Discurso não é o sujeito individual, mas sim aquele que é resultado da relação da linguagem com a história. Ele não é totalmente livre e nem totalmente determinado. Ele, ao mesmo tempo, afeta e é afetado pelas práticas discursivas (LEANDRO FERREIRA, 2001).

Corroborando com essa noção, Orlandi (2020, p. 46) aponta que “ele [sujeito] é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos”. E essas posições

²⁸ [\[1\]](#) Não ignoramos o debate em torno da definição de Formação Discursiva conforme pontua o próprio Courtine (2009), Guilhaumou;Mazière (2010) e mesmo Pêcheux (1977) em Remontemos de Foucault a Spinoza, entretanto, para manter o fio condutor de nossa pesquisa, optamos por uma concepção de Formação Discursiva que mantenha a relação com a ideologia.

são mutáveis. Se remetermos as mulheres da nossa pesquisa, elas podem se posicionar enquanto sujeito “diretora de departamento”, enquanto sujeito “mulher”, enquanto sujeito “esposa” em detrimento do meio social em que estão inseridas ou do papel que as cabe.

Deste modo, para Pêcheux (1997, p. 161), “os indivíduos são ‘interpelados’(em sujeitos de seu discurso), pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”.

Então, é preciso levar em consideração, que as Formações Discursivas não são homogêneas, pelo contrário, são heterogêneas, pois são atravessadas por discursos vários. O próprio Pêcheux (1997), é quem nos apresenta as modalidades de tomada de posição do sujeito, que segundo ele, fazem com que a Formação Discursiva seja atravessada por outros discursos.

A primeira delas é a *superposição*, em que o sujeito do discurso se identifica plenamente com a forma-sujeito da FD que afeta o sujeito, caracterizando o “discurso do ‘bom sujeito’ que reflete espontaneamente o Sujeito” (PÊCHEUX, 1997, p. 215).

A segunda delas é o que caracteriza o discurso do “mau sujeito”, ou seja, aquele em que o sujeito do discurso contesta a forma-sujeito. Nessa modalidade, há “uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...)” (PÊCHEUX, 1997, p. 215).

Como bem aponta Indursky (2005) é importante compreender que há uma contra-identificação do sujeito do discurso, no entanto, isso ocorre dentro da própria FD, ou ainda, “o sujeito do discurso questiona saberes pertencentes à formação Discursiva em que ele se inscreve” (INDURSKY, 2005, p. 6).

Se pensarmos nas formações discursivas que tratamos em nossa pesquisa, como mencionamos anteriormente, a FD Patriarcal e a FD Feminista, vamos perceber que elas organizam determinados saberes e práticas que são constitutivas de uma determinada Formação Ideológica, quais sejam a patriarcal e a feminista. No entanto, como bem apontado por Pêcheux (1997), nem sempre o sujeito do discurso se identificará totalmente com aquela FD, podendo ocorrer aí a contestação e a dúvida, o discurso do “mau sujeito”.

Deste modo, concordamos com Indursky (2005, p. 10), quando afirma não ser possível na atualidade “trabalhar com uma FD fechada e homogênea” e ainda que “não é desejável o fechamento de uma máquina discursiva (...) entendendo fechamento mais como um *efeito de fechamento*, e este efeito é necessário para que o analista possa fazer o seu trabalho”.

A partir desse ponto, visando compreender melhor esse atravessamento nas duas FDs que mobilizamos, passamos a descrever brevemente qual o funcionamento e os saberes que circulam dentro de cada uma delas e na sequência realizamos a análise das SDs, de acordo com os recortes escolhidos.

Destacamos aqui que não está no nosso escopo de análise compreender as tomadas de posições das mulheres entrevistadas, sejam elas feministas ou não, tampouco a compreensão que elas teriam do movimento feminista e de suas diferentes vertentes. O que nos interessa é o processo discursivo gerado nas entrevistas, para compreender os atravessamentos que ocorrem em seu interior.

As sequências discursivas foram recortadas conforme os temas que abordamos na entrevista: trabalho/família, discriminação, estudo/qualificação.

4.2 A escuta e análise das entrevistas

Como mencionamos no primeiro capítulo dessa dissertação, o patriarcado sustenta determinada ideologia, em relação aos papéis sociais, ao comportamento e a identidade de mulheres e homens na sociedade e essa ideologia é posta em funcionamento e mantida por meio dos AIE. Considerando que uma das formas de apreensão das formações ideológicas é também a linguagem e suas materialidades, no discurso, e ainda, no interior das Formações Discursivas, entendemos que os saberes e dizeres que compõem uma Formação Discursiva Patriarcal, coadunam com essa ideologia, fazendo funcionar memórias discursivas sobre as mulheres, quais lugares ocupam, como são designadas, como deveriam existir.

E quais são esses campos de práticas e saberes que circulam na FD patriarcal? Podemos pensar, por exemplo, no papel social da mulher enquanto aquela que cuida. A ideia de que a mulher nasce com um dom para o cuidado, que é constitutivo da “natureza feminina”, pelo fato de biologicamente ser aquela que “gera” e, portanto, é instintivo o amor maternal, o zelo e a preocupação não apenas com a prole, mas também com o marido, que passa a ser visto e tratado como filho. É notório também o dizer estabilizado de que a mulher tem mais sensibilidade e tato para lidar com situações adversas. As sequências discursivas apresentadas abaixo nos chamaram atenção pela sua repetibilidade, pois aparecem no discurso de várias diretoras entrevistadas:

SD 1 *A gente consegue perceber o carinho que cada gênero tem...que isso é uma coisa que a gente já traz...*

SD2 *você já nasce com aquilo...e a mulher ela é mais delicada, ela é mais sensível...então é diferente...não adianta, o homem não consegue ser igual a gente né?*

SD3 *então eu acho que a mulher, de certa maneira, ela tem um pouco mais de tato pra lidar com as situações...na realidade eu acho que isso daí foi até provado cientificamente, né?*

SD4 *Eu acho que automaticamente a mulher já se esforça mais, eu acho que é um perfil da mulher... a gente geralmente a gente responde mais, se preocupa mais, carrega mais do que os homens.*

SD5 *Ah porque eu falo: mulher tem um cuidado a mais, um ...não sei uma visão melhor das coisas.*

Se desdobrarmos as SDs acima, temos as seguintes afirmações em relação à mulher:

(...) *ela tem carinho*

(...) *ela é mais delicada*

(...) *ela é mais sensível*

(...) *ela tem um pouco mais de tato*

(...) *ela se esforça mais*

(...) *ela responde mais, se preocupa mais, carrega mais*

(...) *ela tem um cuidado a mais*

Se olharmos para o funcionamento do predicativo do sujeito (delicada, sensível) há, no modo como os atributos são construídos, uma tentativa de impor à figura da mulher uma maior predisposição ao cuidado, à compreensão, ao entendimento das situações com terceiros, mas que a envolvam. Trata-se então, como bem pontuou Indursky (1999)²⁹ ao falar sobre a designação, de analisar “o discurso sobre” as mulheres. E o modo como tal discurso configura a estrutura da língua para que o lugar das mulheres seja pensado como aquela que está disponível, aquela que aceita, que entende, etc. Esse funcionamento designativo, muitas

²⁹ Da ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In: INDURSKY, F. FERREIRA, M. C. L. (org.) **Os múltiplos territórios da Análise de discurso**. Porto Alegre, Sagra Luzzatto, 1999. Ao pensarmos na designação como o discurso sobre entendemos que há tentativa – por vezes expressada pelas próprias mulheres que são partes também de um arranjo patriarcal – de posicionar as mulheres na estrutura social. Uma das formas linguísticas de construção de lugares é o modo como atribuímos valores aos seres, via predicação.

vezes repassado de mulheres para mulheres³⁰ contribui para reforçar os saberes e práticas de uma FD patriarcal. Muitos de tais saberes são repassados oralmente (mãe para filhas, tias para sobrinhas, avós para netas, grupo de mulheres mais velhas para mulheres mais jovens) e passam a compor uma organização memorial nos termos de Pollak (1992, p.10):

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela também é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p.10)³¹

Assim, por exemplo, a repetição do advérbio **mais**, nos termos de Pêcheux (2015, p.47)³² é parte de um “jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como “boa-forma”, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo”. É importante lembrar que o acontecimento aqui (mesmo que não entremos agora na categoria) pode dizer respeito ao fato de que as mulheres saíram para ocupar postos de trabalho. Então, funciona na sequência discursiva marcada, um percurso contraditório que diz de uma mulher que trabalha fora de casa, ocupa cargos de poder e chefia e retomam uma memória sobre mulheres que cuidam.

Os substantivos: *carinho*, *tato* e *cuidado* nos remetem, no discurso das entrevistadas, a atributos que deveriam ser inatos da mulher. O uso do verbo “**ter**” nos discursos produzidos, funciona como modalizador de obrigação. Há um duplo funcionamento de sentido: a mulher tem mesmo esses atributos ou ela é obrigada a ter? Considerando as formações imaginárias em torno da mulher, podemos pensar que na Formação Discursiva patriarcal, há, além daquilo que é considerado constitutivo da mulher, determinadas regras pré-estabelecidas em torno do que se espera da mulher em relação a seu comportamento, seja no âmbito do privado ou do público. Nesse caso, mesmo quando assumem cargos de liderança e/ou chefia, espera-se da mulher que ela mantenha esses comportamentos: *que ela tenha tato*, *que ela tenha carinho*, etc.

³⁰ Ver Lerner (2019), sobre como o patriarcado interpela as mulheres para reproduzi-lo.

³¹ Disponível em

<<http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>> acesso em junho de 2023

³² ACHARD, Pierre. **Papel da Memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes, 4 ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2015

Portanto, ao atribuir essas designações às mulheres em geral, há uma generalização/homogeneização em torno dos atributos e comportamentos apropriados a cada gênero. Como se fosse possível afirmar que todas as mulheres são assim apenas pelo fato de serem mulheres. Como vimos no primeiro capítulo, essas designações são fruto de uma formação imaginária responsável por criar estereótipos de gênero, atribuindo à mulher determinado papel e/ou determinadas qualidades.

Outro papel social atribuído a mulher em uma FD patriarcal diz respeito a responsabilidade pelo serviço doméstico. As próximas sequências discursivas selecionadas, nos chamam a atenção pela forma como aparece, na materialização do discurso das mulheres entrevistadas, a quem compete esse trabalho.

SD1 *Na enfermagem eles trabalham muito e tinha dias que ele trabalhava trinta horas seguidas, então **eu ficava em casa**, eu dizia que não era justo ele trabalhar trinta horas seguidas ...**eu tenho um horário**, e eu ainda fazer com que ele faça as coisas dentro de casa, **então eu fazia**.*

SD2 ***Eu faço tudo em casa**, eu não tenho empregada, nada, **é tudo comigo** em casa. Eu sozinha.*

SD3 (...) *mas é porque o meu marido não gosta mesmo, **ele não assume** (...), talvez é **um pouco machismo dele**, sabe, **essas atividades de casa**.*

SD4 *...porque lá em casa **as tarefas são divididas**, então...de manhã cedo **ele me ajuda [marido]** quando um [filho] vai pra escola...meio dia **quando a gente [família] chega** já tá tudo pronto, **eu já deixo** tudo meio preparado.*

SD5 (...) *a **gente se divide** nas tarefas, **ele me ajuda** com tudo que a gente tem que fazer em casa.*

SD6 *A gente sempre **se ajuda**, **cada um faz um pouquinho** pra não sobrecarregar nem um nem o outro...então **a gente divide** tranquilo, isso nunca foi um problema né? O dia que eu tô muito cansada ele faz, o dia que ele tá cansado eu faço e a gente vai levando, se ajustando.*

SD7 *Mas **tarefa de casa a gente divide em casa**, tudo junto. **Nós não somos de dividir** é... responsabilidade, assim: essa responsabilidade é sua, essa é minha. Nós dividimos tudo ao “junto”.*

Desdobrando as SDs acima:

- **eu ficava em casa**

- então **eu fazia**

- *eu faço tudo*
- *ele não assume*
- *ele me ajuda*
- *a gente se ajuda*
- *a gente divide*

As SDs 1, 2 e 3 foram recortadas da fala de apenas uma das diretoras de departamento que enfatizou o fato de ela realizar todo o trabalho doméstico sozinha. O uso constante do pronome em 1ª pessoa: “**eu**”, indicando para o sujeito que realiza a ação, no caso, ela mesma, dá ênfase as ações realizadas por ela. Nas afirmações da entrevistada: “*eu ficava em casa*”, “*eu tenho um horário*” e “*então eu fazia*”.

Na materialidade do discurso fica evidente o funcionamento de uma formação ideológica em que prevalece a formação imaginária patriarcal, de que cabe a mulher a realização do trabalho doméstico (Lerner, 2019; Federici, 2017) e mesmo tendo um trabalho fora de casa, pelo fato de ter um horário mais flexível e em determinados momentos estar mais presente em casa do que o marido, implicaria a ela a responsabilidade em realizar todo esse trabalho. Afinal, em uma sociedade patriarcal, cabe a mulher realizar tais atividades.

Interessante pontuar que não há questionamento aqui. Não ocorre ruptura, pois o sujeito se identifica totalmente com a FD patriarcal, naquilo que Pêcheux (1997) designa como o discurso do bom sujeito.

Nas SDs 4, 5, 6 e 7 cabe observar o funcionamento dos verbos: **dividir** e **ajudar**. O verbo **dividir** aparece nos enunciados produzidos, no que se refere as atividades domésticas, segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa³³, com o sentido de repartir, ou ainda, separar em partes, estabelecer divisões, como em: “**as tarefas são divididas**” e “**a gente se divide nas tarefas**”. O verbo **ajudar** pode ser entendido aqui como um auxílio, uma contribuição para que outra pessoa realize algo. Ou seja, nesse sentido atribuído ao verbo, o homem apenas “ajuda”. Não caberia a ele originariamente realizar esse serviço, contudo, como ele é “parceiro, companheiro, etc.” ele ajuda no exercício dessas atividades.

Além disso, nas SDs 4 e 5 não há como mensurar se as tarefas são divididas com equidade. O funcionamento do verbo dividir aí está atrelado ao verbo ajudar. Aqui o sujeito é atravessado pela FD feminista, pois reconhece que o trabalho doméstico deve ser realizado

³³ Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/chave> [consultado em 10-7-2023].

por todos (homens e mulheres), mas, ao mesmo tempo, é interpelado por saberes discursivos de uma FD patriarcal como em: **ele me ajuda e eu já deixo tudo meio preparado**. E nessa suposta divisão de tarefas, não fica claro o que cabe a cada um. Qual a quantidade desse trabalho reprodutivo (seja o trabalho de cuidado, o trabalho de limpeza da casa) acaba recaindo majoritariamente sobre a mulher? E ainda, quando os homens auxiliam, será que eles auxiliam em todos os tipos de tarefas? Nesse caso, percebemos a contra identificação operando segundo o que Pêcheux (1997) denominou de discurso do mau sujeito,

discurso em que o sujeito do discurso, através de uma “tomada de posição”, se contrapõe à forma-sujeito (...) conduzindo o sujeito do discurso a contraidentificar-se com alguns saberes da formação discursiva que o afeta (INDURSKY, 2005, p. 5-6).

Ou seja, o sujeito do discurso não mais se identifica plenamente com os saberes e práticas que circulam na FD patriarcal, que retomam a memória de que cabe tão somente a mulher a realização do serviço doméstico, como vimos nas SDs 1,2 e 3: **então eu fazia e eu faço tudo**.

Recordando que o sujeito em AD é o sujeito histórico, dividido e interpelado pela ideologia, portanto fragmentado em diferentes posições-sujeito. A forma sujeito é, deste modo, “o conjunto das diferentes posições de sujeito em uma formação discursiva como modalidades particulares de identificação do sujeito da enunciação ao sujeito do saber (...)” (COURTINE, 1981, p. 51).

Feitas essas considerações, é possível compreender que as formações discursivas são heterogêneas justamente porque decorrem de uma forma sujeito que é fragmentada, que abre espaço para o diferente, o novo e o contraditório. Sendo assim, as formações discursivas são heterogêneas porque abrigam, em seu interior, a contradição, que lhe é constitutiva. (INDURSKY, 2005).

Dessa forma, entendemos que os dizeres: **as tarefas são divididas e ele me ajuda**, se instituem “como forma de resistência à forma sujeito e ao domínio de saberes que ela organiza’ (INDURSKY, 2005, p. 6). É possível verificar também a contradição operando aqui. Ao mesmo tempo em que o sujeito afirma que as tarefas são divididas, passando uma noção de equidade, por outro lado, reconhece que é ajudado. Assim, percebemos o movimento de tensão que ocorre no interior da FD, em que aparece o discurso outro, a alteridade, a diferença, resultando em uma FD heterogênea (INDURSKY, 2005).

Já na SD 6 o verbo **ajudar** aparece precedido do pronome reflexivo “se”: **a gente se ajuda**, o que indica reciprocidade da ação. Ou seja, ambos se auxiliam realizando as tarefas domésticas. Dessa forma, o entendimento é de que cabe a ambos tal responsabilidade. O que fica evidenciado com a sequência: “**cada um faz um pouquinho**”.

Retomando Pêcheux (1997) quando afirma que não há ritual sem falhas e Indursky (2005) que complementa,

é porque o ritual é sujeito a falhas que o sujeito pode se contra-identificar com os saberes de sua formação discursiva e passar a questioná-los. Da mesma forma, é porque o ritual está sujeito a falhas que o sujeito do discurso pode desidentificar-se com a FD em que estava inscrito para identificar-se com outra FD.

Nesse sentido, observamos aqui outros saberes sendo mobilizados. Saberes que circulam em uma FD feminista, pois apontam para uma divisão de tarefas mais igualitária e que caberia a ambos realizar, apesar de continuar utilizando o termo **ajudar**, na materialização do discurso. É justamente pela “porosidade” das formações discursivas, para utilizar o termo de Indursky (2005), que se torna possível outros saberes circulando em uma FD. E é nesse movimento que acontece a desidentificação do sujeito, nos movimentos de questionamento, dúvida, contradição e resistência.

Em resumo, nas sequências discursivas acima, temos a materialização, na língua, dos efeitos de sentido que buscam definir em uma perspectiva ideológica, a quem cabe o trabalho reprodutivo (Federici, 2017). E mesmo que tenham ocorrido mudanças, na contemporaneidade, em relação aos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, percebemos o quanto as tarefas domésticas ainda afetam diretamente as mulheres. E mesmo que detenham cargos mais altos na administração pública, essa é uma questão que atravessa suas existências.

Outro dizer frequente na FD patriarcal e que diz respeito ao que é constitutivo do homem, é em relação à formação imaginária de que ele já “nasce” com certos atributos para a chefia e a liderança e com isso teria “facilidade” para impor respeito e tomar decisões práticas. Como vimos no primeiro capítulo, Lerner, (2019) nos aponta que durante longo período da história, a posição de “chefe da família”, de patriarca, daquele que toma as decisões importantes em relação à família e aos negócios, foi delegada ao homem, devido a crença de que era ele quem detinha os atributos necessários para assumir essa posição.

Além disso, retomando Saffioti (2011), o patriarcado é um sistema que além de organizar as relações sociais no âmbito da vida privada, fazendo circular determinadas práticas, saberes e dizeres, também organiza as relações sociais no âmbito da vida em sociedade. Privado e público se atravessam.

Na materialidade analisada, as qualidades atribuídas ao homem justificam até mesmo a facilidade em ocupar posições de decisão em determinadas áreas dentro da Administração Pública como: planejamento, obras, etc. Áreas essas, que, segundo as práticas e dizeres patriarcais, seriam destinadas aos homens.

As sequências discursivas selecionadas abaixo, foram recortadas das respostas relacionadas a questionamentos sobre a discriminação que mulheres sofrem quando tentam alcançar cargos de direção e poder e sobre os motivos de determinados cargos de direção não serem ocupados por mulheres:

*SD1 Eu acho que é importante também você se impor independente de você ser mulher ou ser homem, **isso é uma coisa mais da figura masculina, vamos colocar assim, ele [homem] já chega se impondo né?***

*SD2 Eu vejo, que talvez porque **o homem é mais objetivo, mais sucinto...mulher não, mulher ela é mais cautelosa.***

*SD3 **homem tem que ser mais lógico, homem tem que ser mais decisivo, homem tem que ser mais, né? Homem não precisa fazer rodeio nem falar palavra bonita.***

Desdobrando as SDs acima temos os seguintes atributos relacionados ao homem:

- (...) ele já chega se impondo
- (...) ele é mais objetivo
- (...) ele é mais sucinto
- (...) ele é mais lógico
- (...) ele é mais decisivo
- (...) ele não precisa fazer rodeio
- (...) ele não precisa falar palavra bonita

Na SD1, o verbo **impor**, funciona como verbo intransitivo, e segundo definição do Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, significa ter imponência e fazer-se respeitar. O sujeito do discurso reconhece a necessidade de fazer-se respeitar, de se impor para alcançar

e/ou manter-se em um cargo de decisão: *é importante também você se impor, independente de você ser mulher ou ser homem*. Ou seja, a imponência é posta aqui como uma condição para ocupar/manter a posição de diretora de departamento. Por outro lado, a postura de imposição é vista como se fosse um atributo frequentemente comum aos homens: *isso é uma coisa mais da figura masculina*. A formação imaginária presente nesse dizer, da figura do homem imponente, é integrante da formação ideológica que sustenta a representação do homem como aquele que desfruta de uma posição de privilégio e poder social, econômico e político na sociedade: aquele que se impõe, que lidera, que decide, que é respeitado.

No entanto, a atribuição de imponência, apesar de estar relacionada a figura masculina, aparece como uma possibilidade de ser colocada em prática pelas mulheres também. Ou seja, quando o sujeito afirma que é importante você se impor independente de ser homem ou mulher, podemos pensar que o não-dito se constitui em: você pode aprender a agir dessa maneira, ou ainda, que determinadas qualidades não são constitutivas de homens e/ou mulheres apenas. Percebemos o deslize, a contradição, pois nessa afirmação, há o funcionamento de um saber que não faz parte da Formação Discursiva Patriarcal. Devemos lembrar que todo discurso é uma relação com a falta, o equívoco, considerando que a linguagem é incompleta. Orlandi (2020, p. 81) aponta que “o não-dito é subsidiário ao dito. De alguma forma, o complementa, acrescenta-se (...) ao longo do dizer, há toda uma margem de não-ditos que também significam”.

Nas SDs 2 e 3, o advérbio **mais** aparece com a função de comparativo. Segundo Cunha & Cintra (2017) “forma-se o comparativo de superioridade antepondo-se o advérbio *mais* e pospondo-se a conjunção *que* ou *do que* ao adjetivo”. No entanto, nas sequências analisadas, a conjunção *que* está oculta. Apesar de não aparecer explicitamente, na materialidade do discurso, a quem se compara os adjetivos: **objetivo, sucinto, lógico e decisivo**, é possível apreender que se está comparando a mulher.

Aqui retomamos Indursky (1999) quando trata de analisar o “discurso sobre” e a forma como a designação dos atributos do homem, nesse caso, é construída a partir do uso do predicativo do sujeito (objetivo, sucinto, lógico, decisivo). Outro ponto a ser destacado em relação aos adjetivos acima é que eles estão relacionados a racionalidade. É possível apreender na materialidade das entrevistas, enunciados como os descritos acima, que sustentam as formações imaginárias patriarcais, de que a racionalidade, assim como os outros atributos citados, sejam qualidades intrínsecas ao homem, que circula nos dizeres de uma FD patriarcal. Mais ainda, que tais atributos seriam facilitadores para alçar

determinados cargos de direção. É preciso lembrar que esses dizeres são acionados por aquilo que Pêcheux chama de interdiscurso. Como nos lembra Orlandi (2005, p. 11), Pêcheux define interdiscurso como “memória discursiva, o já-dito que torna possível todo o dizer”.

De acordo com este conceito, as pessoas são filiadas a um saber discursivo que não se aprende, mas que produz seus efeitos por intermédio da ideologia e do inconsciente. O interdiscurso é articulado ao complexo de formações ideológicas representadas no discurso pelas formações discursivas: algo significa antes, em outro lugar e independentemente (ORLANDI, 2005, p. 11).

E é justamente pelo fato de esses saberes e dizeres significarem em outro lugar, é que eles se tornam estabilizados e aparecem no discurso das mulheres entrevistadas como conceitos cristalizados e homogeneizantes.

Quanto a última afirmação, na SD 3: *Homem não precisa fazer rodeio nem falar palavra bonita*. Há no modo em que a sentença foi construída um efeito de fechamento, uma tentativa de atribuir um comportamento homogeneizante ao homem, que reafirma tudo o que foi dito anteriormente. Veja: **se** o homem é objetivo, lógico, decisivo, sucinto, **logo**, ele não precisa fazer rodeio, ele não precisa falar palavra bonita, pois se espera que ele aja dessa maneira. O seu comportamento está atrelado a forma como ele foi qualificado anteriormente.

Essa forma de dizer: **homem não precisa**, retoma de outros discursos inscritos na história, o já-dito, o pré-construído - e aqui cabe novamente mobilizar o conceito de interdiscurso, como memória discursiva que torna possível todo o dizer – em torno dos atributos e qualificações designados ao homem, em uma FD patriarcal, como, por exemplo: **homem não precisa ser rico, homem não precisa ser bonito ou ainda, homem não precisa se cuidar**. O uso do verbo **precisar** aqui (nas locuções verbais: **precisa + fazer/precisa + falar**) funciona como modalizador que indica obrigatoriedade e precedido do advérbio de negação **não**, indica que não há essa obrigatoriedade de comportamento por parte do homem.

Outro ponto a considerar aqui diz respeito ao que não é dito. Quando o sujeito do discurso afirma que o **homem não precisa**, podemos pensar que o que não está sendo dito, e de certa forma fica subentendido, é que **a mulher precisa fazer rodeio e falar palavra bonita** para ser aceita, para ser respeitada. Como bem aponta Orlandi (2020) a AD nos propõe uma nova prática de leitura possível: a discursiva, que “consiste em considerar o que

é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária” (ORLANDI, 2020, p. 32).

No primeiro capítulo dessa dissertação, mencionamos o fato de que certos atributos qualificam o homem para assumir uma posição de liderança e/ou um cargo decisório nas organizações, já em contraponto, quando se trata da mulher assumindo tais cargos, as mesmas qualidades atribuídas ao homem passam a ter outro significado, ou ainda como aponta Orlandi (2020) outros efeitos de sentido. As mesmas designações que o homem recebe e que são consideradas qualidades positivas, quando se referem a mulher, podem ser vistas como negativas. Por exemplo, quando um homem age de maneira assertiva é considerado natural, já a mulher, se detém essa postura, é considerada agressiva.

Um saber discursivo que compõe a FD feminista é que mulheres e homens devem ter os mesmos direitos e deveres, sejam políticos, sociais, econômicos, jurídicos, etc. E ainda, que a mulher pode e deve “ocupar o lugar que ela quiser”. Profissionalmente, por exemplo, a mulher tem a mesma capacidade que o homem para assumir qualquer cargo e/ou posição na sociedade.

As sequências discursivas apresentadas a seguir, nos chamaram a atenção pela repetibilidade:

*SD1 (...) que **as mulheres SIM** (ênfase), **conseguem** ocupar cargos de decisão, **conseguem** (suspira) fazer o papel muito melhor, às vezes, que homens.*

*SD2 (...) porque a mulher ela **consegue** administrar a casa, os filhos, a vida particular e dos estudos ...a gente **consegue** conciliar todas as rotinas.*

*SD3 (...) eu não era diretora ainda mas já tinha iniciado na Administração Pública e mesmo com o filho pequeno, depois eu fui nomeada Diretora, e **consegui** atender todas as expectativas que foram colocadas.*

Para facilitar a análise desdobramos as sequências discursivas da seguinte maneira:

*(...) as mulheres **conseguem** ocupar cargos de decisão;*

*(...) as mulheres **conseguem** fazer o papel muito melhor que homens;*

*(...) a mulher **consegue** administrar a casa, os filhos, a vida particular e dos estudos...*

*(...) a mulher **consegue** conciliar todas as rotinas;*

*(...) a mulher **consegue** atender todas as expectativas*

Se observarmos o modo como o verbo **conseguir** é empregado nas três SDs acima, percebemos que há uma ênfase na capacidade da mulher em assumir tais papéis. O verbo **conseguir** funciona aqui como sinônimo de **poder, ser capaz, ter potencial**, segundo o Dicionário Online de Sinônimos³⁴. Nos discursos que circulam na FD feminista é comum ouvir que **a mulher pode, a mulher deve ou ainda, a mulher consegue**. Esse discurso do empoderamento é retomado de discursos outros, de já-ditos, do interdiscurso. É um discurso que parte de um movimento de ruptura e resistência, contudo, não uma resistência individual e sim coletiva. Importante pontuar que o conceito de empoderamento que estamos colocando aqui, compactua com a perspectiva feminista trazida por Sardenberg (2006)³⁵. A autora aponta que:

O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latinoamericanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com o a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. Mas para nós o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas” (SARDENBERG, 2006, p. 2).

Dessa maneira, se observarmos a SD1, o sujeito do discurso assume uma posição de resistência a discursos outros produzidos em uma FD patriarcal, que dizem de uma mulher que deve ocupar seu lugar no âmbito do privado, atendo-se ao trabalho doméstico e ao cuidado com a família. Ou ainda, do dizer estabilizado de que a mulher não teria capacidade para ocupar determinados cargos (de decisão, poder, por exemplo) pois esses exigem qualidades que seriam atributos naturais do homem. Nesse ponto relembramos De Nardi e Nascimento (2016, p 87-88) quando pontuam que, “o sujeito resiste a discursos outros ao ser interpelado em sujeito do discurso pela ideologia porque, para ser sujeito, é necessário ocupar uma posição no discurso e, portanto, resistir a outras.

³⁴ Dicionário Online de Sinônimos, <https://www.sinonimos.com.br/conseguir/>. [Consultado em:] 13-07-2023.

³⁵ Para melhor compreender o conceito, consultar SARDENBERG, C.M.B 2006. Conceituando empoderamento na perspectiva feminista. *In*: Repositório Institucional da UFBA. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848>

Na mesma SD, temos ainda: *conseguem fazer o papel muito melhor, às vezes, que homens*. Temos, no modo como a sentença foi construída e no uso do advérbio de intensidade: **muito**, uma tentativa de qualificar as mulheres e alçá-las a uma posição até mesmo superior aos homens no que se refere ao papel desempenhado por elas nesses cargos. Podemos pensar que esse dizer está relacionado a um saber que compreende que a mulher, assim como o homem, pode ser treinada para desempenhar determinados papéis, e ainda que, ao se dedicar, poderia desenvolver certas atividades ou profissões até melhor que o homem. Esse saber fica evidenciado em outros discursos da entrevista que realizamos, por exemplo: *às vezes, na forma de se colocar ela não consegue se impor dentro do mercado de trabalho...e não é porque ela não é capaz, é porque ela ainda não aprendeu*.

Na SD2 o uso do verbo conseguir tem a mesma função, destacando a capacidade da mulher: *a mulher ela consegue administrar a casa, os filhos, a vida particular e dos estudos*, relacionando o desempenho da mulher a várias tarefas, no entanto, o que chama a atenção é o fato de que, de todas as atividades listadas, as que aparecem em primeiro plano estão relacionadas ao papel social da mulher enquanto aquela que “cuida”, para então, ao final, fazer menção a vida particular e aos estudos. Isso nos leva a pensar que durante muito tempo, a mulher teve que abrir mão de seus anseios, para atender a demanda familiar, como bem pontuaram Perrot (2005), Federici (2017) e Saffioti (2011).

Importante observar ainda que o sujeito não percebe que é interpelado ideologicamente, pois, quando afirma que as mulheres são capazes de realizar todas essas atividades, talvez a intenção seja a de enaltecer a capacidade da mulher, qualificando-a como “aquela que pode tudo realizar” e “aquela que pode realizar várias atividades ao mesmo tempo”, como se isso fosse uma vantagem em relação ao homem. Mas, por outro lado, não percebe o quanto desse dizer está relacionado a uma formação ideológica própria de uma formação social capitalista, que impulsionou/obligou a mulher a assumir postos de trabalho fora de casa e a continuar sendo aquela que administra todas as demandas do lar, dos filhos e do marido, como bem pontuou Federici (2017), trazendo como consequência disso, a sobrecarga de trabalho físico e mental. É possível, deste modo, perceber na materialidade discursiva analisada, a contradição operando, própria de qualquer Formação Discursiva, como nos lembra Orlandi (2020),

(...) é preciso não pensar as formações discursivas como blocos homogêneos funcionando automaticamente. Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluídas,

configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações (ORLANDI, 2020, p 42).

Ao analisarmos a SD3 percebemos que o verbo conseguir produz um efeito de sentido que reafirma as capacidades atribuídas a mulher: *mesmo com o filho pequeno (...) consegui atender todas as expectativas*. Então, quando o sujeito do discurso afirma que conseguiu atender todas as expectativas, podemos nos indagar quais seriam essas expectativas e por parte de quem? Podemos levantar a seguinte hipótese: que essas expectativas estariam relacionadas ao trabalho da mulher enquanto profissional, enquanto detentora de um cargo de decisão, mas também, enquanto mãe, enquanto aquela que cuida. Além disso, que essas expectativas seriam direcionadas a ela pelo chefe, pelo marido, pela sociedade em geral, por ela mesma?

Essa sequência confirma o que foi dito anteriormente na SD2 e nos mostra o quanto as formações imaginárias patriarcais, em torno da mulher, atravessam ambas as formações discursivas: a FD patriarcal e a FD feminista. A capacidade em atender todas essas demandas (realizar várias atividades ao mesmo tempo, administrar a casa, cuidar dos filhos pequenos e ainda ocupar um cargo importante na profissão), aparecem, na materialidade do discurso das entrevistadas, como qualidades da mulher emancipada, da mulher independente, mas, na verdade, sustentam saberes e práticas de uma Formação Discursiva patriarcal, que compõe a Formação Social capitalista, pois, como já vimos no primeiro capítulo dessa dissertação, o modo de produção capitalista transformou as relações de trabalho e no que se refere ao gênero, as mulheres passaram a ter seu trabalho duplamente explorado: enquanto “donas de casa” e “trabalhadoras assalariadas” (SAFFIOTI, 2011).

Outro saber discursivo recorrente que aparece na FDF, visível na materialidade das entrevistas que realizamos, é a importância dos estudos e da qualificação, como um fator preponderante para ser respeitada e alcançar cargos mais elevados, mas não só.

SD1 Sim, eu acredito que o Mestrado ele me ajudou muito a estar aqui hoje também (...) Eu acho que quanto mais estudo...eu sempre falo, eu sou a defensora da educação, do estudo (...)

SD2 Se você não estiver se atualizando...principalmente pra nós mulheres, a gente tem que estar com muito mais bagagem, porque é mais difícil (...)

SD3 Sim, eu sinto por mim... se eu tivesse maior...mais graduações, mais escolarização, talvez eu fosse até mais respeitada...porque assim, eu não tenho uma graduação, uma

formação onde eu posso provar de que eu sei do que eu tô falando, eu tenho experiência, e as pessoas ainda levam muito em consideração.

*SD4 (...) daí **a gente tem que conhecer muito mais**...porque se ele [homem] falar que vamos colocar areia e terra no lugar de cimento pra fazer uma casa, tá tudo bem, mas se uma mulher falar isso, ela é louca porque a casa vai cair, perai vamos ver a opinião de um homem...**então a gente sempre tem que mostrar a mais.***

*SD5 eu acho que **a gente precisa provar**, eles acham que todos são capazes mas a gente às vezes tem que provar que a gente é capaz disso ou **muitas vezes por meio de certificados, de diplomas e da própria competência.***

*SD6 Às vezes **nós precisamos provar mais né**, pra poder ter aceitação dentro da sociedade, que assim, acaba nos gerando esses desafios **e a gente vai na nossa busca de conhecimento, pra tentar mostrar a nossa competência.***

Nos desdobramentos das SDs acima, temos as seguintes afirmações em relação a qualificação da mulher para ocupar cargos de decisão:

Ela tem que estar com muito mais bagagem

Ela tem que ter mais escolarização, maior graduação para ser respeitada

Ela tem que conhecer muito mais

Ela tem que mostrar muito mais

Ela precisa provar mais

Novamente o que nos chama atenção é a repetibilidade das sentenças. Aqui recorremos a Achard (2015), mais uma vez, para lembrar que a repetição em AD implica a retomada de uma memória que foi regularizada. Como bem pontua Indursky (2013, p. 93) “são os discursos em circulação que são retomados, seja em textos, seja em enunciações, e seus sentidos, à força de serem repetidos, são regularizados”.

O dizer, aqui, retoma uma memória discursiva no que se refere a qualificação e a competência da mulher para assumir determinadas funções. Percebemos que todas as mulheres entrevistadas são unânimes em compreender a escolarização e a qualificação como fundamental para desempenhar sua função e para alçar cargos de direção, como é possível identificar na SD1: *Sim, eu acredito que o **Mestrado ele me ajudou muito a estar aqui hoje, também. Eu acho que quanto mais estudo...eu sempre falo, eu sou a defensora da educação,***

do estudo (...). No entanto, o sujeito do discurso tem a consciência de que o nível educacional não é necessariamente o único qualificador para tal, quando diz: **também**.

Apesar de ser algo de conhecimento comum que profissionais de qualquer área se qualifiquem constantemente para se aperfeiçoar e ascender na carreira, na visão das entrevistadas, essa exigência parece ser muito maior quando se refere a mulher. O uso do verbo modalizador **ter** junto a preposição **que**, funciona como modalizador de obrigação. O **ter que**, nesse caso, tem o sentido de **dever**. Há muitos dizeres em torno da mulher, que circulam em uma FDP, que dizem sobre o que a mulher **deve/tem que**. Ainda que não seja o foco de nossa análise, é importante trazer para a discussão, o que circula no discurso religioso, por exemplo, e que atravessa uma FDP. Em uma busca rápida realizada no Google, quando colocamos a expressão “a mulher tem que”³⁶, o algoritmo nos retorna diversas entradas sobre versículos da bíblia que apontam para a submissão da mulher em relação ao marido.

Se considerarmos, que em uma FDP, há um saber em funcionamento que coloca a mulher em uma posição hierárquica inferior ao homem, e que inclusive a desqualifica intelectualmente, portanto, não cabe a mulher a fala, mas sim o silêncio. A palavra final é do homem, é ele que sabe, é ele que deve comandar, direcionar. E recordando Federici (2017) devemos considerar que a mulher passou por processos de desvalorização, invisibilização e invalidação, durante vários períodos históricos que foram determinantes para a construção de uma formação imaginária que coloca a mulher nessa posição: de silêncio, de ignorância, de submissão. Nesse contexto, a mulher não era autorizada a falar. Quando muito, podia se manifestar no círculo familiar. Então quando uma mulher passa a ocupar um cargo de decisão e passa a ser autorizada a falar, a ordenar, há a ruptura desse dizer estabilizado, provoca o questionamento, a dúvida e aí retomando Pêcheux (1997a) acontece a resistência. Nesse movimento de desestabilizar, de romper com o que já está lá, causa desconforto. Portanto, sua fala é colocada em dúvida, como podemos observar na SD4: *porque se ele [homem] falar(...) tá tudo bem(...)mas se uma mulher falar isso, ela é louca!*

Em uma FDF, o uso do **ter que** também ocorre, como percebemos nas SDs 2 e 4, contudo, nos parece que há um funcionamento diferente em que o sentido empregado está relacionado ao sentido de **precisar**, de **necessidade**. Segundo o Dicionário Priberam da

³⁶ Pesquisa realizada no Google, no dia 20 de julho de 2023, às 15h15min.
https://www.google.com/search?q=A+mulher+tem+que&rlz=1C1GCEA_enBR915BR915&oq=A+mulher+em+que+&aqs=chrome..69i57j69i64.2703j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8

Língua Portuguesa, o verbo precisar³⁷, em uma de suas acepções, nos traz a ideia de ter precisão ou necessidade de e ainda, de “não poder prescindir de” (PRIBERAM, 2023). Ao olharmos para as SDs 5 e 6, por exemplo, o uso do verbo precisar toma esse sentido.

Podemos pensar, então, que não há uma obrigatoriedade, uma imposição legal, que exija que a mulher tenha uma qualificação maior, que ela estude mais que o homem. Esta, na verdade, tornou-se um impositivo social, justamente pela necessidade da mulher em disputar espaços que antes eram, como vimos no primeiro capítulo dessa dissertação, destinados ao homem. A partir do momento em que a mulher saiu em busca de sua autonomia, independência e passou a almejar postos de decisão, ela sentiu a necessidade de estar mais qualificada para competir, em “pé de igualdade” com homens, visto que esses já estavam lá. É nesse sentido que compreendemos quando o sujeito do discurso afirma na SD5: **a gente precisa provar** e na SD6: **nós precisamos provar mais, né?**

O que não está dito aqui é que o homem, forjado dentro de uma FS capitalista, passou por muitos anos de treinamento para assumir essas posições, por outro lado, a mulher foi treinada durante muito tempo para o trabalho da ordem do privado, ao que se refere aos cuidados da casa, do marido e dos filhos. De fato, para a mulher, a educação formal lhe foi negada, durante longo período, como nos mostram Lerner (2019) e Perrot (2005).

De certo modo, essas exigências em torno de uma qualificação maior em torno da mulher, também podem ser vistas como forma de barreira na progressão. Como vimos no primeiro capítulo, Xavier; Yannoulas (2019) apontam para a existência de filtros de exclusão, denominados “paredes de vidro”, que baseiam-se em elementos como a formação e estudo superior. Ou seja, caso a mulher queira acessar determinados cargos do alto escalão, ela é obrigada a buscar maior escolarização e aperfeiçoamento. Contudo, por vezes, a conquista do diploma nem sempre é garantia de acesso a esses cargos. O que ocorre, muitas vezes, é que mesmo sendo detentora de maior qualificação, um homem é nomeado para a função.

Feitas as análises como forma de evidenciar os saberes e os dizeres que circulam na FDP e na FDF, é preciso retomar a ideia de que as FDs não são homogêneas. Os discursos produzidos pelas mulheres entrevistadas nos dão pistas de que há contradições, deslizos, rupturas de sentido, falhas no ritual. E tudo isso integra uma Formação Discursiva. Como bem nos lembra Indursky (2005)

³⁷ Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/precisar>. Consulta em: 20-07-2023.

(...) não é possível cristalizar a FD; desde que a FD não se converta em um colete rígido que impeça a fragmentação da forma-sujeito; desde que lembremos constantemente que não há ritual sem falhas e que esta falha permite que novos saberes podem inscrever-se, obedecendo ao princípio da transformação; desde que saibamos que esta falha no ritual conduz o sujeito do discurso a apropriar-se de saberes alheios e inseri-los no âmbito de uma FD. Penso que é difícil lidar com a diferença, mas é ela que mostra que a FD, e não apenas o discurso, é lugar de tensão e não apenas de segurança (...) Para continuar trabalhando com a noção de FD é preciso suportar e expor-se à diferença (INDURSKY, 2005, p. 10-11).

Na materialidade dos discursos analisados é possível observar os atravessamentos de saberes e dizeres que ocorrem nas FDs Patriarcal e Feminista. Ora o sujeito do discurso se identifica totalmente com uma FDP, ora se identifica com uma FDF. Em determinados momentos, mesmo se identificando com uma FDF percebemos os deslizamentos que trazem saberes e dizeres de uma FDP para o seu interior.

É importante lembrar que as mulheres que entrevistamos são sujeitas “ao mesmo tempo, à língua e a história, ao estabilizado e ao irrealizado(...)”, como bem pontua Orlandi (2020,p. 51), “fazem seus percursos, mantêm a linha, se detêm junto às margens, ultrapassam limites, transbordam, refluem”. E é nesse movimento de tensão que o sujeito se significa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

(...) não é desejável o fechamento de uma máquina discursiva (...) entendo fechamento mais como um *efeito de fechamento*, e este efeito é necessário para que o analista possa fazer o seu trabalho.

Freda Indursky,
Formação Discursiva, ela ainda merece que lutemos por ela?

Assim como o efeito de fechamento proposto por Indursky (2005), também nos propomos aqui a realizar um efeito de fechamento dessa dissertação, por considerar que há muitos ditos e outros tantos não-ditos (não analisados) por conta da brevidade que é uma pesquisa de Mestrado.

As motivações que nos levaram a pesquisar sobre as mulheres em cargos de direção no município de Santa Terezinha de Itaipu, estão assentadas em algumas observações que realizamos diariamente, enquanto pesquisadora, enquanto servidora pública de carreira do município citado e enquanto mulher. As observações que causaram o desconforto necessário para que iniciássemos o processo de construção dessa pesquisa e a necessidade de dar voz as mulheres que por muito tempo não foram ouvidas, foram o ponto de partida para que pudéssemos alcançar nossos objetivos.

Retomando a justificativa para a construção dessa pesquisa, pontuamos a sua relevância não apenas acadêmica, mas social, considerando que a História, aquela tida como a oficial, por longo período, foi contada e escrita por homens. Desse modo, no primeiro capítulo dessa dissertação, para tratar sobre mulheres e trabalho, privilegiamos dar voz às narrativas do ponto de vista das mulheres. Percebemos, ao longo do percurso realizado, que a mulher nunca esteve alheia ao trabalho. Ela sempre trabalhou, em todas as épocas. O que ocorreram foram mudanças relacionadas às transformações históricas, às mudanças no modo de produção vigente e aos arranjos sociais.

Percebemos que as mulheres fazem parte de um grupo bastante heterogêneo, atravessado pela interseccionalidade de classe, gênero e raça: mulheres burguesas, operárias, brancas, negras, pobres, indígenas; e por esse fato compreendemos que o seu trabalho também é atravessado, de forma que para algumas mulheres há a possibilidade de acessar um trabalho formal e alçar cargos mais altos, pois, além da condição econômica privilegiada,

podem contar com uma rede de apoio familiar, ou ainda terceirizar os serviços de cuidado para outras mulheres.

Vimos também que o modo de produção capitalista se apropria da ideologia patriarcal, enquanto sistema de dominação masculina, que subjuga as mulheres e as explora, arranjando as relações sociais em torno de uma hierarquia de gênero. E mesmo que o sistema patriarcal esteja abalado na contemporaneidade devido as árduas conquistas realizadas pelos movimentos de mulheres, como o movimento feminista, por exemplo, ainda é possível observar no funcionamento do Estado, da família e da igreja (AIE), arranjados sobre sua ótica, a organização de um sistema simbólico, que faz circular saberes e práticas de sua Formação Ideológica.

Esses saberes e práticas que impregnam todo o ambiente social são responsáveis por perpetuar falas e atitudes machistas e misóginas em relação à mulher. Ainda que a nossa legislação tenha avançado muito em termos de promover a igualdade jurídica para ambos os sexos, o que se apresentou na pesquisa realizada e na materialidade das entrevistas é que a tão sonhada equidade de gênero apresentada no papel, não parece estar atrelada a uma prática social efetiva.

De acordo com o apresentado no segundo capítulo, foi possível perceber a importância do trabalho das mulheres no que se refere a formação e colonização do município de Santa Terezinha de Itaipu e nos primeiros anos de sua emancipação. Ao nos propormos olhar para esses fatos, lançamos luz a uma parte da História que era normalmente negligenciada das narrativas contadas pelos colonizadores, normalmente homens brancos, de descendência europeia, heterossexuais.

Foi possível verificar que, assim como pontuaram Saffioti (2011) e Federici (2017), os papéis sociais atribuídos à mulher no período da colonização da cidade, eram bem marcados e giravam em torno das tarefas de cuidado. Verificamos, através do relato da pioneira da cidade, a Formação Ideológica atravessada pelo viés patriarcal associado ao pensamento eurocêntrico que perpassa as relações de gênero.

Por outro lado, visualizamos que a partir da emancipação político-administrativa do Município de Santa Terezinha de Itaipu, as mulheres passaram a integrar a Administração Pública Municipal, inclusive sendo uma mulher a primeira a ocupar o cargo de Prefeita da cidade, e que hoje a Prefeitura está sendo novamente comandada por uma mulher. Outro fato importante a destacar é que no momento histórico atual, as mulheres são maioria a ocupar os cargos de direção da Administração Pública Municipal. Contudo, se por um lado são

maioria nesses, no cargo político de Secretária (nível hierárquico maior) encontramos apenas duas. Ademais, o fato de encontrar essas mulheres ocupando cargos em áreas como saúde, educação e assistência social apenas corrobora com as estatísticas e estereótipos de gênero, que mencionamos no primeiro capítulo, de que o lugar da mulher é cuidando.

Deste modo, entendemos que o fato de as mulheres estarem hoje ocupando a maior parte dos cargos de decisão no município, não significa, necessariamente, um fato consolidado, que tenha alterado permanentemente as estruturas e funcionamento dos arranjos existentes, mas sim, pode fazer parte de um momento histórico específico, que conforme nos lembra o materialismo histórico-dialético, abordado no terceiro capítulo, é passível de mudança.

Em relação ao trabalho das mulheres, enquanto diretoras de departamento da Prefeitura, demonstramos o quanto este é atravessado por outras atividades, sejam elas relativas à família, ao trabalho doméstico ou a qualificação e mesmo que estejam ocupando cargos importantes que demandam maior responsabilidade, disponibilidade de tempo e qualificação, ainda são elas que majoritariamente estão à frente da realização das tarefas de reprodução da vida.

Evidenciei ainda o quanto os saberes e dizeres da FD patriarcal estão estabilizados nos discursos das mulheres entrevistadas, que, por vezes, mesmo filiando-se a uma FD feminista, por serem interpeladas ideologicamente enquanto sujeitos do discurso, não percebem que são afetadas por outros saberes discursivos. Saberes esses que tratam de formações imaginárias em torno da mulher, que procuram qualificá-la e posicioná-la perante à família, à sociedade, à igreja, ao trabalho, à escola.

O poder da ideologia materializada no discurso, nos faz pensar o quanto desses saberes estabilizados são responsáveis por estigmatizar a mulher e impor a ela o seu lugar na sociedade. Quando a mulher passa a ocupar um lugar que não pertencia a ela (cargo de decisão) nesse movimento de resistência, ela ressignifica o seu papel social e se posiciona enquanto agente da história e não mais mera coadjuvante.

A linguagem materializada no discurso, é responsável por estabilizar, conceituar, estigmatizar, qualificar, mas também pode romper, deslizar, ressignificar, nos momentos em que há a dúvida, o questionamento e a contraidentificação, como bem pontuou Indursky (2005). E no movimento de deriva, de falha, ruptura, quando o sujeito se desidentifica, ocorre a contradição e a resistência.

Analisar o funcionamento discursivo da língua, além de olhar para os processos históricos, nos possibilitou realizar reflexões acerca das designações e dos processos de identificação e constituição das mulheres que são sujeitos dessa pesquisa e nos mostrou que almejar alçar um cargo de decisão, ocupá-lo e manter-se nesse cargo é um símbolo de luta e resistência para a mulher.

Quanto à falta, seguiremos no percurso, para quem sabe, posteriormente, encaminhar outras reflexões diante das análises realizadas, talvez com um novo olhar, mais experiente e mais ressignificado. Esperamos ainda que esse estudo possa ser retomado, revisado, citado, continuado e que as entrevistas realizadas sirvam como fonte documental de pesquisa, como bem pontuou Alberti (2005), para que a partir das análises e reflexões de outros pesquisadores, por outra perspectiva, contribuam enriquecendo a ciência e provocando discussões para a transformação da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2005.
- ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Vozes. Petrópolis,RJ: 1999.
- BADIOU; ALTHUSSER. **Materialismo histórico e materialismo dialético**, São Paulo: Global Editora, 1986.
- BARROSO, C. As mulheres nos altos escalões da administração pública no Brasil. *In: Revista do Serviço Público*, ano 43, v.116, n.3, p.10-17, 1988. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1839> . Acesso em 19 de abril de 2022.
- BRASIL. Lei 5.473/1968., de 10 de julho de 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15473.htm. Acesso em: 15 de maio de 2022.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 de maio de 2022.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero [recurso eletrônico]: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- COURTINE, Jean-Jaques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: Edufscar, 2009.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. Boitempo, São Paulo: 2016.
- _____. **Mulheres, raças, classes: desafios para o século XXI. In: Trabalho, logo existo: perspectivas feministas**. Margaret Maruani (org.); tradução de Dora Rocha. FGV Editora. Rio de Janeiro: 2019.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Elefante, São Paulo: 2017.
- _____. **O patriarcado do salário**. Vol. 1. Boitempo. São Paulo: 2021.
- FERRAÇA, M. Procedimentos de pesquisa com corpora experimental. **Projeto Entrevista e Discurso, mediado via plataforma teams**, em 24 de junho de 2022.
- FERREIRA, A.B.H. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5. Ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FRACCARO, G. **Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

GRIGOLETTO, E. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. *In: Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. Claraluz, São Carlos: 2007. Disponível em: https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=edIm-BgAAAAAJ&citation_for_view=edIm-BgAAAAAJ:LkGwnXOMwfcC. Acesso em: 24 de set. de 2023.

HOBBSAWN, E. **Era dos Extremos: o breve século XX**. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. Tradução de Irene Hirsch, Lólio Lourenço de Oliveira. Paz e Terra, São Paulo: 1998.

_____. **Sobre história**. Tradução: Cid Knipel Moreira. Companhia das Letras. São Paulo: 2013.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 8 ed. Tradução Bhuvi Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Características gerais dos moradores 2020-2021**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101957_informativo.pdf. Acesso em: 14 de fev. de 2023.

IBGE. Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil. *In: Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica*, n.38. 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 14 de fev. de 2023.

IBGE Santa Terezinha de Itaipu. **Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/santa-terezinha-de-itaipu/panorama>. Acesso em: 20 de out. de 2022.

INDURSKY, F. Formação discursiva: Ela ainda merece que lutemos por ela por ela? *In: II SEAD – Anais do SEAD Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. 2005. Disponível em: https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/sead2_simposios.html. Acesso em: 18 out. 2021.

INDURSKY, F. Lula Lá: estrutura e acontecimento. *In: Organon 35*, v. 17, Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Três décadas de evolução do funcionalismo público no Brasil (1986 - 2017): Atlas do Estado Brasileiro**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/indicadores>. Acesso em 02 de julho de 2022.

KLAUCK, S. A fronteira do oeste do Paraná: narrativas de desbravamento, imaginários e representações. *In: ARRUDA, Gilmar (Org.) Natureza, Fronteiras e Territórios: imagens e narrativas*. Livro digital. Londrina: EDUEL, 2013. Disponível em: www.geografia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/sugestoes_leitura/natureza_fronteiras_e_territorios.pdf. Acesso em: 06 de fevereiro de 2023.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**, São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2002.

LEANDRO FERREIRA, M. C. **Glossário de termos do discurso: projeto de pesquisa : A Aventura do texto na perspectiva da teoria do discurso: a posição do leitor-autor (1997-2001)**. Porto Alegre: UFRGS. Instituto de Letras, 2001.

LEITE, E. et al. Materialismo histórico dialético: Contribuições para a realização da pesquisa científica. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 04, Ed. 11, Vol. 05, p. 47-54. Novembro de 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/materialismo-historico>. Acesso em 31 de julho de 2021.

LERNER, G. **A criação do Patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens**. Editora Cultrix. São Paulo: 2019,

MAIA, B. A institucionalização do Concurso Público no Brasil: uma análise sócio-histórica. *In: Revista do Serviço Público (RSP)*, Brasília, 72 (3) p. 663-684, jul/set 2021. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/4639>. Acesso em 09 de maio de 2022.

MARQUES, T.C.N. A regulação do trabalho feminino em um sistema político masculino, Brasil: 1932-1943. *In: Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 59, p. 667-686, setembro-dezembro 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/nC7nYwNgORRSJ9c65byvvRx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 de abril de 2022.

MARX, K. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. – Boitempo. São Paulo: 2007.

MELO, H. P.; THOMÉ, D. **Mulheres e Poder: histórias, ideias e indicadores**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2018.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MODELLI, L. Constituição de 1988 foi avanço nos direitos das mulheres. **Revista Carta Capital**, outubro de 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/constituicao-de-1988-foi-avanco-nos-direitos-das-mulheres/>. Acesso em: 25 de agosto de 2023.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do Método de Marx**. Editora Expressão Popular. São Paulo: 2011.

ORLANDI, E.P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13ª edição. Campinas: Pontes Editores, 2020.

_____. Michel Pêcheux e a Análise do Discurso. *In: Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, n. 1, p. 9-13, junho de 2005.

PAGNO, T. A história da primeira prefeita de Santa Terezinha de Itaipu, Lenir Spada. **Revista 100 Fronteiras**, Foz do Iguaçu, ano 18, julho de 2022. Disponível em: <https://100fronteiras.com/historia/noticia/a-historia-da-primeira-prefeita-de-santa-terezinha-de-itaipu-lenir-spada/>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

PASINI, A. **Minha Rua, Nossa História**. Grasmil. São Miguel do Iguaçu: 2022.

PEDRO, J. Mulheres do Sul. *In: História das mulheres no Brasil*. Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi, 7.ed. Contexto, São Paulo: 2004.

PEDRO, J. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *In: Revista História*, UNESP, São Paulo, v.24, N.1, PP. 77-98, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/fhHv5BQ6tvXs9X4P3fR4rtr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 de nov de 2022.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. Tradução: Angela M.S. Côrrea. Contexto. São Paulo: 2007.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. Tradução de Eni Orlandi. *In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. Campinas: Unicamp, 1997. p. 61-161.

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a.

_____. Papel da Memória. *In: Papel da Memória*. Pierre Achard et al. Tradução: José Horta Nunes. 1ª edição. Campinas, SP: Pontes, 1999.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. *In: Estudo Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p. 3-15.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU. **A cidade: História**. Santa Terezinha de Itaipu, 28 de fev. de 2020. Disponível em: <https://www.stitaipu.pr.gov.br/cidade/historia.html>. Acesso em: 24 de out. de 2022.

QUILANTE, M.S.R.; WELTER, N.K. A História da colonização e emancipação política de Santa Terezinha de Itaipu: a participação das mulheres. *In: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE*. Vol I. 2013. Disponível em: [/www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013)

_unioeste_hist_artigo_roseli_dos_santos_manuel_quilante.pdf. Acesso em: 15 de out. de 2022.

SAFFIOTI, H.I.B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Editora Vozes. Petrópolis. 1976.

_____, **Gênero, Patriarcado e Violência**. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo: 2011.

SANTA TEREZINHA DE ITAIPU. **Lei Orgânica do Município de Santa Terezinha de Itaipu**. 1990.

SANTA TEREZINHA DE ITAIPU. **Lei Complementar N° 239/2022**. Disponível em: https://stitaipu.pr.gov.br/legislacao/lei.239-2022_comp/file.html. Acesso em: 14 de out de 2022.

SANTA TEREZINHA DE ITAIPU. **Lei Complementar N° 240/2022**. Disponível em: https://stitaipu.pr.gov.br/legislacao/lei.240-2022_comp/file.html. Acesso em: 14 de out. de 2022.

SCOTT, J. História das Mulheres. p. 63 a 96. *In: A escrita da História: novas perspectivas*. Peter Burke (org.). Tradução de Magda Lopes. Editora da Universidade Estadual Paulista. São Paulo: 1992.

SILVA, S.F.da. **Na trilha dos pioneiros: Santa Terezinha de Itaipu**, Gráfica Elza Ltda, Foz do Iguaçu: 1995.

TELLES, Norma. 2004. Escritoras, Escritas, Escrituras. In: PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. – São Paulo : Contexto.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. 2ª ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro: 1992.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR. **Acórdão N° 3212/21** – Tribunal Pleno. Revisão do Prejulgado 25. Superveniência de decisão do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral. Readequação dos enunciados i, ii, iii, iv e v. Modulação de efeitos. Relator: Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, 24 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/acordao-3212-2021-do-tribunal-pleno/338811/area/10>. Acesso em: 15 de out. de 2022.

VENANCIO, G. M. Lugar de mulher é... na fábrica; Estado e trabalho feminino no Brasil (1910-1934). *In: História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 34, p. 175-200, 2001. Editora da UFPR. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/274171344_LUGAR_DE_MULHER_E_NA_FABRICA_ESTADO_E_TRABALHO_FEMININO_NO_BRASIL_1910-1934. Acesso em 04 de abril de 2022.

XAVIER, Elaine de Melo; YANNOULAS, Silvia Cristina. Os tetos e as paredes de vidro da administração pública federal brasileira (1995–2017). **Revista da ABET**, v. 18, n. 2,

jun./dez. 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/abet/article/view/44259>. Acesso em 02 de julho de 2022.

ANEXOS

ANEXO I – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM MULHERES EM CARGOS DE DIREÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Dados pessoais:

- 1) Nome
- 2) Qual sua idade?
- 3) Qual seu estado civil?
- 4) Qual sua formação?
- 5) Qual o cargo que ocupa?
- 6) Quantos subordinados você tem hoje?

Apresentação profissional:

1. Poderia nos contar um pouco sobre sua experiência profissional e como foi sua ascensão ao cargo?
2. Você encontrou desafios para o seu crescimento profissional? Quais foram, na sua opinião, os principais problemas enfrentados para alcançar o cargo de gestão?
3. Você acredita que quanto mais escolarização e experiência a mulher tiver, maior será o desenvolvimento profissional dela? Esses fatores contribuem para a ascensão na carreira?

Família e trabalho

4. Como você administra sua vida pessoal e profissional? Você consegue conciliar essas tarefas com tranquilidade? Se a resposta for negativa, mencione alguns exemplos das dificuldades encontradas.

Discriminação

5. O fato de ser mulher influenciou, dificultou ou facilitou a sua ascensão ao cargo que ocupa hoje?
6. Você acha que as mulheres são discriminadas no acesso a cargos de decisão e poder? Você sente ou sentiu discriminação? Por parte de quem? Apenas de homens ou de outras mulheres?

Homem x mulher

7. Você acha que as mulheres precisam se esforçar mais do que os homens para que o seu trabalho seja reconhecido? Se a resposta for afirmativa, seria possível mencionar exemplos, quais?
8. Como você vê as questões da igualdade/desigualdade de gênero, nos cargos de decisão, na sociedade atual, ou no âmbito da Administração Pública Municipal?

ANEXO II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: MULHERES E TRABALHO: UM ESTUDO COM MULHERES EM CARGOS DE DECISÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU

Pesquisador responsável e colaboradores com telefones de contato:

LUCIANI HEINDRICKSON DA SILVA – FONE: (45) 99937-7414;

E-MAIL: luheind@yahoo.com.br

Endereço Institucional: UNIOESTE

Av. Tarquínio Joslin dos Santos, 1300

Foz do Iguaçu - PR - Brasil

CEP: 85870-650

Fone: (45) 3576-8100

Você está sendo convidada a participar de um estudo sobre Mulheres e Trabalho no âmbito da Administração Pública no Município de Santa Terezinha de Itaipu-PR, cujo objetivo é analisar a percepção de mulheres servidoras públicas no âmbito do município de Santa Terezinha de Itaipu, que ocupam cargos de gestão e decisão, na esfera do Executivo Municipal, sobre as barreiras que limitam a participação das mulheres em cargos de decisão na gestão pública e principais dificuldades enfrentadas por elas, para melhor compreender o fenômeno no mundo contemporâneo.

Essa pesquisa é objeto de estudo vinculado a um projeto de pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras, vinculado a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Foz do Iguaçu.

Se ocorrer algum transtorno, decorrente de sua participação em qualquer etapa desta pesquisa, a pesquisadora, providenciará acompanhamento e a assistência imediata, integral e gratuita. Havendo a ocorrência de danos, previstos ou não, mas decorrentes de sua participação nesta pesquisa, caberá a você, na forma da Lei, o direito de solicitar a respectiva indenização.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Entende-se que toda pesquisa com seres humanos pode gerar algum tipo de risco, mesmo que não seja risco eminente à vida do participante. Por tratar-se de pesquisa sobre relações

de trabalho compreende-se que você possa em algum momento, sentir-se constrangida ou desconfortável ao responder determinadas questões, por medo de sofrer retaliações ao expor suas percepções sobre as relações de trabalho, uma vez que isso pode significar expor comportamentos e práticas machistas e/ou misóginas institucionais e/ou dos próprios colegas. Será feito o possível para amenizar quaisquer tipos de desconforto ou constrangimento ao responder alguma pergunta, no entanto, pode ser que isso ocorra. Neste caso, solicita-se que a entrevistada informe prontamente à pesquisadora.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista/questionário à pesquisadora do projeto. A entrevista será gravada para posterior transcrição dos dados. O tempo de duração é de aproximadamente uma hora. As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a aluna e sua professora orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução CNS no 466/12 e Nº 510/2016.

Os benefícios relacionados com a sua colaboração nesta pesquisa é coletivo pois este estudo pretende propor discussões e possíveis contribuições para o setor público, no sentido de auxiliar os gestores e gestoras nas mudanças necessárias, na elaboração de políticas públicas para um ambiente mais justo e participativo, considerando a igualdade de gêneros.

Os resultados serão divulgados nos meios acadêmicos e científicos, na forma de artigos científicos, capítulo de livros, apresentação de trabalhos em eventos e na dissertação/tese. Você não pagará e nem receberá para participar do estudo. Será mantido a confidencialidade dos dados que serão utilizados só para fins científicos.

Este documento que você vai assinar contém 2 (duas) páginas. Você deve vistar (rubricar) todas as páginas, exceto a última, onde você assinará com a mesma assinatura de seus documentos. Este Termo será apresentado a você em duas vias, sendo que uma via é sua e você deverá guardá-lo em local seguro.

Para questionamentos, dúvida ou relato de algum acontecimento a pesquisadora poderá ser contatada a qualquer momento. Caso você precise informar algum fato ou decorrente de sua participação nesta pesquisa ou se sentir desconfortável em procurar o pesquisador, você poderá recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIOESTE (CEP), de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 15:30 h, na Reitoria da UNIOESTE, sala do Comitê de Ética, PRPPG, situado na rua Universitária, 1619 – Bairro Universitário, Cascavel – PR. Caso prefira, você também poderá acessar o CEP Unioeste via Internet pelo e-mail: cep.prppg@unioeste.br ou pelo telefone (45) 3220-3092.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar da pesquisa.

Nome do sujeito de pesquisa:

Assinatura:

Eu, Luciani Heindrickson da Silva, declaro que forneci todas as informações do projeto ao participante e/ou responsável.

Assinatura:

Santa Terezinha de Itaipu, _____ de _____ de 20 ____.